

COLEÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 18

CHINA E PORTUGAL

Cinco centúrias de relacionamento: uma leitura académica

Concepção e coordenação
de

ROBERTO CARNEIRO
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

China e Portugal

Cinco centúrias de relacionamento:
uma leitura académica

FICHA TÉCNICA

Título: CHINA E PORTUGAL
Cinco séculos de relacionamento: uma leitura académica

Concepção e Coordenação: ROBERTO CARNEIRO
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Editor: CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima · 1649-023 Lisboa
Tel. 2172141333
e-mail: cepcep@fch.lisboa.ucp.pt
www.cepcep.fch.lisboa.ucp.pt

Tiragem: 1000 exemplares

Data de publicação: Fevereiro de 2014

Depósito legal: 370999/14

ISBN: 978-972-9045-33-2

Concepção gráfica: SERSILITO-Empresa Gráfica, Lda.
Travessa Sá e Melo, 209 · Apt. 1208 · 4471-909 MAIA
Telef. 229436920 · Fax 229436922
e-mail: sersilito@sersilito.pt
www.sersilito.pt



COLECÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 18

China e Portugal

Cinco centúrias de relacionamento:
uma leitura académica

Coordenação
de

ROBERTO CARNEIRO
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

L I S B O A
2 0 1 4

Nota: O CEPCEP não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos que são da exclusiva responsabilidade dos autores que tiveram também a liberdade de redigir os textos em nova ou antiga ortografia.

PREFÁCIO

ROBERTO CARNEIRO

China e Portugal, Cinco centúrias de relacionamento: uma leitura acadêmica, apresenta-se, em essência, como um livro comemorativo, uma obra que celebra um extraordinário acontecimento: o encontro primeiro do Oriente e do Oriente, evento esse cujos frutos resistem a todas as intempéries e conjunturas que fustigaram os tempos, e que foi arauto dos conceitos de globalização, e de interdependência, que fizeram caminho até à sua incontornável expressão contemporânea.

Há seis centúrias, mais exactamente em 1415, teve início a extraordinária epopeia da expansão portuguesa, com a conquista de Ceuta. Numa sequência estonteante de aventuras marítimas, cerca de cem anos mais tarde, em 1513, o navegador português Jorge Álvares singrava por mares e litorais de Guangdong e acostava a essa província meridional do extenso continente chinês, maravilhando-se com um povo misterioso, cuja existência foi sendo cerzida ao longo de milénios de história e de poderes imperiais, avultando à época a poderosa dinastia Ming que governava Cathay.

Gerou-se a partir desse encontro primordial uma das vertentes mais fecundas do relacionamento intercultural de que há memória no planeta. Este singular, e único, relacionamento perdurou em Macau – fundada cerca de 40 anos mais tarde – onde essa recíproca fecundação se tornou tangível e resistiu à erosão implacável do tempo, território minúsculo que serviu de entreposto à aproximação de povos e culturas, tão distantes quanto díspares.

Macau é, inclusivamente, como bem o lembra o autor de um dos artigos de referência do presente livro, a plataforma na qual se sustenta um diálogo interreligioso complexo. É a partir desse choque filosófico e civilizacional que o próprio cristianismo de recorte “ocidental” se vem afeiçoando aos formatos orientais de ver a vida, o outro e o mundo, dando

lugar à emergência de novos entendimentos na maneira de compreender o transcendente, sem prejuízo da fidelidade à base doutrinal e vivencial em que ele se funda há dois milénios.

Seguramente, a consciência de *européu*, que integra uma matriz inequivocamente tributária do legado humanista e cristão, muito se ficou a dever a esse confronto multissecular de distintas cosmovisões, onde releva a rica mundividência sínica que os portugueses tiveram o privilégio de conhecer, em primeira mão, e de com ela estabelecer traços de união que perduraram para além das vicissitudes da política, da geografia da distância, e dos sobressaltos da história.

A presente obra recolhe, no essencial, as comunicações feitas numa série de seminários científicos que tiveram lugar no CEPCEP, no decurso do ano 2013, a título de preparação da histórica viagem à República Popular da China, realizada no período 31 agosto-12 setembro 2013, por iniciativa conjunta do Centro Nacional de Cultura (CNC) e do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP).

Deste modo, não espantará o leitor mais atento que o livro se desenvolva em obediência a um ritmo e a uma simetria verdadeiramente chineses. Assim, ele compreende quatro capítulos e doze artigos, três por capítulo, todos eles da autoria de reputados estudiosos das matérias em apreço, a saber:

A. 1511-1515 – Malaca, China, Ormuz, e a Suma Oriental de Tomé Pires (“que trata do Mar Roxo até aos Chins”)

- A.1. A China pelos olhos de Malaca. A Suma Oriental e o conhecimento europeu do Extremo Oriente, por Paulo Jorge de Sousa Pinto*
- A.2. Tomé Pires: boticário, tratadista e embaixador, por Rui Manuel Loureiro*
- A.3. A importância da Suma Oriental de Tomé Pires na historiografia do Arquipélago Malaio: sobrevalorização ou dependência?, por Manuel Lobato*

B. 1541-1552 – Xavier e o sonho de cristianização da China: O Padroado Português do Oriente

- B.1. Cristianismo e relações interculturais Europa-China: Sec. XVI e XVII – elementos de problematização, por Luís Filipe Barreto*
- B.2. São Francisco Xavier e aprendizagem do Extremo Oriente, por João Paulo Oliveira e Costa*
- B.3. A face chinesa da Companhia de Jesus (séculos XVI-XVII), por Isabel Murta Pina*

C. Século XXI – Duas línguas de futuro no mundo: português e mandarim

C.1. Português e Mandarim: as línguas portuguesa e chinesa como línguas globais, por José Ribeiro e Castro

C.2. 'Ting bu dong': a língua como barreira simbólica para os migrantes chineses em Portugal, por Irene Rodrigues

C.3. O fascínio do Império do Meio, por Guilherme d'Oliveira Martins

D. 2000-2025 – O Império do Meio renasce para a economia global: oportunidades para intermediar e triangular

D.1. O Espaço lusófono, os Oceanos e as Ásias, por José Félix Ribeiro

D.2. O Regresso do Império do Meio e os Países de Língua Portuguesa, por Carla Fernandes

D.3. As Grandes Divergências – Crises Extremas e Complexidade Política, por Joaquim Aguiar

Creemos que o leitor não deixará de se entusiasmar com a qualidade geral dos artigos integrantes da obra e, ousamos mesmo dizê-lo, com a novidade e fresca dos *insights* que muitos dos textos nos oferecem.

O CEPCEP e o CNC, co-editores irmanados nesta publicação, ficam endividados para com os autores que generosamente contribuíram para a sua feitura, nela empenhando o melhor dos seus conhecimentos e das novidades decorrentes dos seus trabalhos de investigação.

Para concluir, julgamos oportuno citar o vice-presidente e diretor executivo (CEO) do grupo chinês Fosun (recentemente entrado em Portugal com actividade no ramo segurador), Liang Xinjun. Afirmou ele recentemente: “Portugal é um país seguro e receptivo ao investimento chinês. Sentimo-nos muito confortáveis com Portugal por causa de Macau. Portugal manteve uma relação muito boa com o Governo e o povo da China”.

O desafio de continuar a sementeira do entendimento num planeta repentinamente muito mais “pequeno” do que outrora, mas feito de gentes diversas, é hoje, como nos cinco séculos decorridos, o destino do relacionamento Europa – China.

Neste xadrez onde se joga a reinvenção do mundo, Portugal e os Portugueses são reconvidados a uma missão irrecusável, na redescoberta de uma vocação de interface dialogal, a qual só eles podem desempenhar cabalmente.

Lisboa, 31 de dezembro de 2013

**1511-1515 – MALACA, CHINA, ORMUZ,
E A SUMA ORIENTAL DE TOMÉ PIRES**
(“que trata do Mar Roxo até aos Chins”)

A China pelos Olhos de Malaca. A *Suma Oriental* e o conhecimento europeu do Extremo Oriente

PAULO JORGE DE SOUSA PINTO*

OS PORTUGUESES EM BUSCA DE MALACA

No muito conhecido e muito citado “regimento” que o rei D. Manuel entregou a Diogo Lopes de Sequeira, ao nomeá-lo capitão da armada que partiu de Lisboa com o objetivo de chegar a Malaca, há um capítulo dedicado aos “chins”. Trata-se de um conjunto de instruções simples, nas quais o monarca lhe ordena que, logo que atingisse a célebre cidade, procurasse saber quem eram, de onde vinham, qual o seu aspeto e riqueza e como era o seu regime de frequência e estadia em Malaca, sem esquecer as informações sobre a sua terra natal, o seu rei e a sua religião¹.

O interesse dos portugueses pela China – em especial pelos seus habitantes, como se verá abaixo – era reduzido, mas o monarca vinha, desde há algum tempo, manifestando uma crescente curiosidade acerca daquelas paragens, sobre as quais quase nada se sabia de concreto em Lisboa. Era apenas mais um motivo que o levou a apressar o envio da armada de Diogo Lopes. Malaca é que estava no centro das suas preocupações: era necessário estabelecer o contacto com o rei da terra, construir uma fortaleza, garantir o acesso às especiarias e outras mercadorias asiáticas e antecipar-se às possíveis movimentações de Castela, onde já havia quem afirmasse que a cidade estava situada na área de influência castelhana,

* FCH/UCP – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura

¹ Regimento de Diogo Lopes de Sequeira, 13.2.1508, in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1898, II, p. 416.

definida pelo Tratado de Tordesilhas. A China era apenas um conceito geográfico indefinido, e só possível de atingir depois de alcançada Malaca.

A primeira viagem de Vasco da Gama parece não ter trazido qualquer informação acerca da China, com exceção de referências a uma armada de “cristãos brancos, com cabelos compridos, semelhantes aos alemães, sem barba, salvo em torno da boca” que havia chegado a Calecut oito décadas antes²; trata-se, seguramente, de uma referência à célebre expedição de Zheng He. Em 1501, o rei D. Manuel escrevia aos Reis Católicos e mencionava uma terra chamada “Malchina”, situada além do Ganges e alegadamente povoada de cristãos, “homens brancos”, onde vivia um rei poderoso e de onde provinham porcelanas e outras mercadorias³. Aparentemente, esta informação reflete os dados – igualmente muito vagos – fornecidos por José de Cranganor, um cristão da Índia que viera a Portugal no regresso da armada de Pedro Álvares Cabral. Em 1506, as cartas que chegavam da Índia já distinguiam claramente os “chins” dos cristãos que existiriam para lá de Malaca e, no ano seguinte, Fracanzio da Montalboddo publicava, em Itália, o seu *Paesi Novamente Retrovati...*, uma compilação de relatos das viagens portuguesas, espanholas e italianas, que conheceu grande sucesso mas onde nada mais consta acerca dos chineses ou da sua terra de origem⁴.

A chegada dos portugueses a Malaca, em 1509, assinala o início de um processo gradual de aquisição de conhecimentos que viria a culminar, quatro anos mais tarde, no desembarque dos primeiros portugueses no litoral da China. Foi o reconhecimento do potencial da cidade e das suas ligações aos portos e rotas da Insulíndia e do Extremo Oriente – naturalmente acelerado pela sua conquista, em 1511 – que permitiu obter dados novos e atualizados sobre a China e os seus habitantes, que diferiam substancialmente das informações que circulavam na Europa há séculos.

² Primeira carta de Girolamo Sernigi sobre a viagem de Vasco da Gama, in Carmen Radulet e Luís Filipe Thomaz (eds.), *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua História*, Lisboa, CNCDP, 2002, p. 80.

³ Carta de D. Manuel aos Reis Católicos, 28.8.1501, disponível on-line em www.novomilenio.inf.br/festas/1500c.htm.

⁴ “Sumário de todas as cartas que vieram da Índia”, 1506, in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 390. V. outras fontes em Francisco Roque de Oliveira, *A Construção do Conhecimento Europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630*, Dissertação de doutoramento, Univ. Autónoma de Barcelona, 2003, pp. 113-116.

UM CONHECIMENTO DESATUALIZADO

Até ao século XVI, a Europa possuía um conhecimento muito deficiente das realidades geográficas da Ásia Oriental. As noções que circulavam nos tratados eram herança dos geógrafos da Antiguidade e estavam misturadas com informações confusas, imagens de seres fabulosos, referências da Bíblia e histórias maravilhosas e bizarras sobre as terras que se estendiam para além do mundo muçulmano e as várias “Índias”. A “China”, que hoje entendemos como uma entidade única e bem definida, um país que se estende das estepes da Ásia Central ao Oceano Pacífico, não era conhecida na sua globalidade, antes surgia fragmentada nas noções da geografia europeia, com diversas designações e fontes informativas.

A variedade de nomes refletia esta diversidade. Curiosamente, os termos que os chineses hoje utilizam para se designarem a si mesmos – “Han”, c. de 92% da população atual da China, e o país: Zhōngguó, “país do meio” – não são usados por outros povos. Atualmente, a designação mais vulgarizada é “China”, cujo uso foi difundido nas línguas europeias através do português. A palavra provém de Qin, um dos “estados combatentes” que unificou pela primeira vez o país (221-206 a.C.), e difundiu-se através do sânscrito (pela forma *Cina*). A primeira referência na cultura europeia é do século I da nossa era, do *Périplo do Mar Eritreu*, um roteiro geográfico greco-romano que descreve o comércio e a navegação que se faziam entre o Mar Vermelho, a costa oriental africana e a Índia e que contém a seguinte menção: “a norte, no fim do mar exterior e numa terra chamada This, existe uma grande cidade no interior chamada Thinae, da qual é trazida seda crua e em fio através da Bactria e Barygaza e que também é exportada para Damirica, através do rio Ganges”⁵. Tratava-se, portanto, de uma informação que chegara à Europa pelos canais marítimos, via Índia, mas que não teve continuidade.

As noções dominantes na Europa tinham outra origem e davam conta de uma China continental e interior, das estepes, alcançada por via terrestre pelos viajantes do século XIII, como Giovanni da Pian del Carpine, William Rubruck ou o célebre Marco Polo, que foram realizadas numa época em que o poderio mongol se estendia da Coreia ao Mar Negro. A designação mais comum era a de “Cataio”, que provinha de Khitai – uma tribo mongol que adquirira alguma relevância durante os séculos XI e XII

⁵ *The Periplus of the Erythraean Sea*, ed. Wilfred Schoff, Londres, Longmans, Green & Co., 1912, p. 48.

– e que passou ao russo e a outras línguas continentais⁶. Foi o sucesso do relato de Marco Polo que mais contribuiu para a difusão e generalização deste conceito por toda a Europa.

Nos finais do século XV, as informações do viajante veneziano estavam obsoletas: o “Cataio” era uma designação anacrónica, a *Pax Mongolica* que havia permitido os contactos terrestres entre a Ásia Central e a Europa havia desaparecido e o “Grande Khan” já não existia há mais de um século. Sem conhecimentos geográficos atualizados, os europeus idealizavam uma “China” que não se sabia exatamente o que era, onde ficava ou quais os seus limites, mergulhada num mar de informações puramente livrescas, confusas e contraditórias, o que, aliás, apenas fazia aumentar o seu fascínio⁷. E de tal modo era esse fascínio intenso que levou Cristóvão Colombo a planear um projeto para lá chegar por via marítima, seguindo para ocidente, com as consequências imprevistas que se conhecem⁸.

As viagens portuguesas eram completamente alheias e decorreram à margem destas tradições. Foram, neste sentido, verdadeiramente revolucionárias, porque o seu avanço, ainda que lento e cauteloso, assentava na prática de navegação e não nas informações legadas pela Antiguidade ou pelos viajantes medievais. A viagem de Vasco da Gama descobriu a Índia – a verdadeira – e os portugueses obtiveram, a partir daí, todo um conjunto de informações sobre a Ásia marítima, portos, comunidades mercantis, reinos, rotas e produtos, que utilizaram de forma a preparar as viagens de reconhecimento do Índico e do que ficava mais além.

Como se viu no início, este espólio informativo incluía a China, mas apenas de forma marginal. Era Malaca o escopo principal do passo seguinte a dar, após o sucesso das primeiras viagens e do estabelecimento de uma base razoavelmente segura em Cochim; seria em Malaca que os portugueses tomariam contacto, pela primeira vez, com a China, por intermédio da comunidade chinesa ali presente. Seria através deste duplo olhar de Malaca – o de uma cidade portuária cosmopolita e mercantil e o de uma comunidade originária da China meridional e espalhada pelo Sueste Asiático – que os portugueses viriam a obter as primeiras informações atualizadas, em vários séculos, da China; ironicamente, uma China que, à época, se encontrava oficialmente encerrada ao exterior.

⁶ Sobre as várias designações da China, V. Luís Filipe F. R. Thomaz, “China”, *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, I, pp. 242-244.

⁷ Manel Ollé, *La Invención de China*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000, pp. 11-16.

⁸ Rui Loureiro, “A Ásia Oriental nos primeiros escritos de Colombo”, em *Nas Partes da China*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009, pp. 11-33.

TOMÉ PIRES E A *SUMA ORIENTAL*

Foi nos anos imediatos à tomada de Malaca, em 1511, que Tomé Pires escreveu a sua *Suma Oriental*, espécie de compilação descritiva onde reuniu todo um manancial de dados históricos e, sobretudo, utilitários, sobre reinos e portos, rotas e produtos, comunidades mercantis e práticas comerciais, preços, pesos e medidas, desde o Mar Vermelho até ao Extremo Oriente. Tomé Pires era de origem plebeia; provinha de uma família de boticários (o pai servira D. João II e ele próprio fora boticário do príncipe D. Afonso) e seguira para a Ásia como “feitor das drogas”. Era um homem de espírito observador, dedicado às questões práticas do trato das especiarias e para quem o comércio era uma atividade da maior importância: “o qual trato de mercadoria é tão necessário que, sem ele, não se susteria o mundo; este é o que nobrece os reinos, que faz grandes as gentes e nobilita as cidades, e o que faz a guerra e a paz”⁹.

Escreveu a *Suma Oriental* para oferecê-la ao rei, como uma espécie de repositório de informações úteis e fidedignas, em plena euforia causada pelos sucessos das armadas portuguesas na Ásia. É um trabalho notável, não apenas pelo que revela da argúcia, curiosidade e espírito metódico do autor, mas também por se tratar de um exemplo paradigmático de uma forma prática e empírica de ver as realidades asiáticas, em flagrante contraste com a erudição puramente livresca de outras obras geográficas da sua época. Tomé Pires não era um erudito e não cita os autores da Antiguidade, o relato das viagens de Marco Polo ou outras fontes informativas tradicionais. Isso não significa, contudo, que não as conhecesse: logo no prólogo introdutório, indica que os tratados geográficos continham erros sérios e opina que “alguns que escreveram se deviam vir alimpar de seus tratados”.

Talvez não nos apercebamos hoje do risco de descrédito que corria, no século XVI, quem escrevesse sobre estas temáticas sem citar os clássicos. Até Duarte Pacheco Pereira, o célebre autor do *Esmeraldo de Situ Orbis* e tomado como modelo do “experencialismo” dos Descobrimientos Portugueses – a quem se deve a expressão “a experiência, que é madre das cousas, nos desengana e toda a dúvida nos tira” – não deixa de acusar o peso da autoridade dos Antigos, de mostrar que os leu e conhecia e, em certas questões onde a contradição era evidente, de tomar o seu partido em detrimento do conhecimento prático das realidades.

⁹ *A Suma Oriental de Tomé Pires*, ed. Armando Cortesão, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978, p. 132.

A *Suma Oriental* está centrada sobre Malaca e o mundo mercantil que envolvia a cidade e os Estreitos. Tomé Pires concede um grande espaço a descrever a cidade e as alterações que se seguiram à conquista, assim como as oportunidades de negócio que se abriam aos portugueses. A China ocupa um espaço diminuto, não tomando mais do que parte de um capítulo, além de algumas referências dispersas¹⁰. Isso não deve ser motivo de espanto: Pires não conhecia a terra e a sua preocupação era descrever aquilo de que tinha conhecimento em primeira mão ou o que ouvia por fonte fidedigna. Portanto, limitou-se a reproduzir no seu tratado informações sumárias e gerais que obteve em Malaca: “segundo o que as nações de cá deste Levante contam”, a China era um reino muito rico e povoado e “de muitas cidades e fortalezas”. Afirma que tinha vários reinos do Sueste Asiático como seus tributários (entre os quais o próprio sultanato de Malaca) e chega a descrever a forma como o rei recebia os embaixadores estrangeiros, que “não o vêm, somente o vulto do corpo”.

Mais interessante é a forma como descreve os chineses, porque isso resultou do seu próprio contacto direto e observação das pessoas que conheceu em Malaca: a descrição da sua indumentária e aspeto (dizendo que “têm jeito de alemães”), as mulheres (que afirma serem semelhantes às castelhanas) e os seus hábitos de alimentação. A *Suma Oriental* contém a primeira descrição europeia do hábito de comer com pauzinhos: “comem com dois paus, tomam a porcelana com a mão esquerda, e com a mão direita e com a boca e com os paus se servem”¹¹.

A *Suma Oriental* tem pontos de contacto e permite comparações interessantes com outros relatos de viajantes da mesma época. O mais notório é o paralelo com o *Livro de Duarte Barbosa*, o escrivão de Cananor que esteve na Índia sensivelmente na mesma altura em que Tomé Pires permanecia em Malaca. A sua obra possui o mesmo teor prático e empírico de registo das realidades observadas pelo autor, só que a partir da costa ocidental indiana, e não do Sueste Asiático. Também Duarte Barbosa fala da China de forma sumária e com a sua atenção virada não para a terra, mas para os seus habitantes, nomeadamente aqueles que viviam em Malaca: a

¹⁰ *A Suma Oriental de Tomé Pires*, liv. IV, pp. 252-255.

¹¹ O manuscrito de Paris, publicado por Armando Cortesão, parece conter incorreções neste trecho; a versão truncada que existe na Biblioteca Nacional, em Lisboa, é aparentemente mais correta; Rui Loureiro, *O Manuscrito de Lisboa da “Suma Oriental” de Tomé Pires*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 145-146, n. 502.

maneira como se vestiam, aquilo em que comerciavam, os seus barcos, os seus modos e a forma como comiam¹².

Ludovico de Varthema, um bolonhês que viajou pelo Médio Oriente (foi o primeiro cristão a entrar em Meca), pela Índia e pelo Sueste Asiático, passou em Malaca pouco antes da chegada dos portugueses e diz que o sultão da terra pagava tributo ao “rei de Cini”, não sendo claro se se referia à China ou ao Sião. Seja como for, os chineses estão omissos do seu relato e os dois cristãos com quem viajou, que diz serem naturais da cidade de “Sarnau” e súbditos do “grande Khan do Cataio”, eram, com toda a probabilidade, siameses e não chineses¹³. Por fim, existem os registos de Giovanni da Empoli, um florentino que acompanhou Afonso de Albuquerque na tomada de Malaca. O seu relato, ao contrário do de Ludovico de Varthema, assinala o papel importante desempenhado pelos chineses em Malaca e descreve como os portugueses lá encontraram dois grandes juncos¹⁴.

Não deixa de ser curioso constatar como os portugueses parecem desinteressados das antigas noções da geografia medieval, enquanto que os italianos, que presenciaram as mesmas realidades concretas da Ásia dos primeiros anos do século XVI, têm presentes as noções e os conceitos geográficos de Marco Polo e denotam uma preocupação em fazê-los corresponder àquilo que viram e conheceram. Giovanni da Empoli chega mesmo a identificar de forma inequívoca – parece, aliás, ter sido o primeiro a fazê-lo – a China com o “Grande Khan” e o “Cataio”, algo que Tomé Pires parece sugerir mas que claramente não lhe interessava e estava fora do escopo da sua *Suma Oriental*¹⁵.

MALACA, A CHINA E OS CHINESES ULTRAMARINOS

Se a *Suma Oriental* é parca em informações sobre a China e se Tomé Pires a escreveu sem contacto presencial com a terra, possui, então, alguma relevância para o conhecimento europeu da China? Na verdade,

¹² *Livro do que Viu e Ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, ed. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 155-157.

¹³ *The Travels of Ludovico di Varthema*, Londres, Hakluyt Society, 1863, pp. 212-213 e 224.

¹⁴ Marco Spallanzani, *Giovanni da Empoli – un mercante fiorentino nell’Asia portoghese*, Florença, Studio per Edizioni Scelte, 1999, p. 182.

¹⁵ Sobre esta questão, V. Rui Loureiro, “Informações italianas sobre a China nos primeiros anos do século XVI”, em *Nas Partes da China*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009, pp. 35-54.

sim, não tanto por aquilo que descreve, mas precisamente pelo desconhecimento que revela, ou seja, mostra como os portugueses possuíam dados atualizados sobre os negócios e a vida comercial da Ásia marítima, mas os seus conhecimentos ficavam-se pelos assuntos costeiros; ora, a China era, fundamentalmente, um enorme reino continental. Este desconhecimento das realidades sociais, políticas, linguísticas e culturais da China veio a contribuir decisivamente para os equívocos em que os portugueses incorreram e para o fracasso da embaixada à China que o próprio Tomé Pires viria a protagonizar, poucos anos mais tarde.

De facto, os portugueses encontraram em Malaca uma comunidade chinesa, razoavelmente próspera, que utilizava a cidade como o principal ponto de abastecimento de pimenta (sobretudo de Samatra), de que a China era grande consumidora. Ao longo do século XV, o sultanato malaio adquirira proeminência regional e fama praticamente mundial, graças, sobretudo, à sua privilegiada localização – no Estreito que ligava o Índico ao arquipélago malaio-indonésio e ao Extremo Oriente – e ao regime de monções que a favorecia de forma extraordinária. Malaca era um excelente ponto de articulação entre dois mundos, a ligação entre comunidades mercantis vindas de extremos opostos da Ásia, o local de passagem – e de espera pela monção adequada – para quem vinha da Índia e pretendia seguir para oriente, e vice-versa. Uma política fiscal sensata, a segurança do porto, um aparelho administrativo dedicado aos assuntos marítimos e às especificidades das várias comunidades, liberdade religiosa e um código de leis marítimas eram fatores que potenciavam a atração de mercadores de toda a Ásia.

Quanto aos chineses, o facto de Malaca ser tributária do Império do Meio, desde praticamente a sua fundação, era um fator de atração e de favorecimento da comunidade, que ali possuía um *syahbandar*, ou mestre do porto. Porém, talvez por se considerarem desfavorecidos em relação aos mercadores guzerates – muçulmanos, como o sultão e as elites malaias –, os chineses estavam descontentes com o sultão. Quando os contactos entre os homens da armada de Diogo Lopes de Sequeira e as autoridades degeneraram em conflito e parte dos portugueses foi aprisionada, os chineses serviram de intermediários e, quando Afonso de Albuquerque chegou e hesitou entre a diplomacia e a guerra, foi informado de que estariam na disposição de lhe prestar auxílio, se optasse por tomar a cidade pela força.

Depois da conquista, os portugueses ficaram a aguardar o regresso dos “chins”. Para sua surpresa, não vieram na monção de 1512, talvez por medida de cautela e precaução. Só em 1513, finalmente, o fizeram. Foi

então que, no seu regresso à China, guiaram um navio português, adquirido para esse efeito e financiado pela Fazenda Real e por um mercador indiano, ao litoral do Guangdong. Tratou-se, como é sabido, da embarcação capitaneada por Jorge Álvares¹⁶.

Os primeiros contactos foram auspiciosos, mas faltava aos portugueses um conhecimento aprofundado sobre as especificidades da China; em concreto, da situação da China naquela época, da política oficial de encerramento das fronteiras e de semi-isolacionismo. Os homens de Afonso de Albuquerque (entre os quais o próprio Tomé Pires) e, por consequência, o próprio rei D. Manuel, que se entusiasmara com as notícias e decidira ordenar a preparação de uma embaixada oficial, conheciam as realidades chinesas pelo prisma dos mercadores que frequentavam sazonalmente Malaca e os portos do Sueste Asiático e que provinham do Fujian ou do Guangdong, regiões meridionais e com tradição de séculos de contacto com o “sul”¹⁷. A China Ming, porém, era diferente: tinha a sua capital em Beijing, no norte, um aparelho burocrático muito complexo e formal, um conjunto de regras rígidas de protocolo e de etiqueta e, sobretudo, uma ideologia oficial xenófoba que desencorajava os contactos exteriores e exaltava a superioridade da civilização chinesa.

Após um breve período de expansionismo marítimo – marcado pelas célebres viagens de Zheng He, no primeiro quartel do século XV – a China Ming fechara-se sobre si mesma. Os Ming eram uma dinastia, digamos, “nacionalista”, que varrera os mongóis (a dinastia Yuan) do poder nos meados do século XIV e que se assumia, portanto, como paladino de um regresso aos valores e aos modelos tradicionais da China após um século de dominação estrangeira. O agravamento dos problemas na Ásia Central e da pressão mongol sobre a fronteira norte do império levou os imperadores a concentrar a sua atenção sobre esta região. Em simultâneo, a turbulência dos vizinhos do sul e o aumento da insegurança da costa – muito agravada pelo incremento da pirataria japonesa – eram problemas e preocupações permanentes. Foi então adotada uma política oficial de encerramento da costa: era proibida a saída de naturais do reino e a entrada de estrangeiros¹⁸. Qualquer atividade comercial com o exterior

¹⁶ Sobre os pormenores da viagem, V. Rui Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 149-154.

¹⁷ Jorge Manuel Flores, “Macau: os anos da «gestação»”, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, I, ii, pp. 151-176.

¹⁸ Wang Gungwu, “Ming foreign relations: Southeast Asia” in Dennis Twitchett and John K. Fairbank (eds.), *The Cambridge History of China*, Cambridge University Press, 1998, vol. 8, pte. 2, pp. 301-332.

estava interdita; para ser autorizada, teria que cumprir um rigoroso conjunto de formalidades e estar integrada numa missão tributária. Queria isto dizer que o comércio privado com o exterior era proibido; só era permitido se estivesse integrado numa embaixada de um reino tributário, que alcançasse o território chinês para prestar a sua vassalagem ao imperador.

Os portugueses desconheciam tudo isto. Ignoravam, entre outras questões, que os mercadores que encontraram em Malaca e com quem se entendiam perfeitamente, pois possuíam interesses, linguagem e visão do mundo idênticas, estavam oficialmente banidos da China. Estavam integrados em poderosas redes mercantis que se estendiam por todo o arquipélago, com ramificações ao Japão e eram, na sua maior parte, originários do Fujian – a quem os portugueses viriam posteriormente a designar por “chinchéus”. A sua ligação à terra-mãe era precária, apenas permitida pela conivência das autoridades costeiras chinesas, e sujeita às flutuações da política oficial, entre épocas de grande rigidez e períodos de maior tolerância às suas atividades.

A China vivia em tensão crescente entre uma política oficial de encerramento e as realidades concretas da oferta e da procura. Os seus têxteis e porcelanas tinham grande procura no exterior, as suas elites procuravam todo um conjunto de mercadorias importadas e o próprio mercado chinês tinha uma imensa carência de prata. A presença dos portugueses no litoral chinês, a partir de 1513, contribuiu para agravar estas contradições internas e para alterar o próprio posicionamento da China perante a Ásia e o mundo. O momento que desencadeou este processo foi a conquista de Malaca, cujo impacto a longo prazo na história da China começa agora a merecer a atenção da própria historiografia chinesa¹⁹.

¹⁹ Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Os impactos da conquista de Malaca em relação à China quincentista: propostas para uma periodização da História Moderna da China”, em *Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, Macau, IPOR, 2007, pp. 11-42.

Tomé Pires: boticário, tratadista e embaixador

RUI MANUEL LOUREIRO*

1. TOMÉ PIRES, BOTICÁRIO E FEITOR DE DROGAS¹

Tomé Pires, segundo refere Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia* (c. 1560), era “filho do boticairo d’ElRey dom João”.² Apesar de ser homem de baixa condição social, terá sido educado em ambiente cortesão, pois o mesmo cronista quinhentista sublinha a sua amizade com Lopo Soares de Albergaria, fidalgo da Casa Real que governou o Estado da Índia entre 1515 e 1518, e que era filho do chanceler-mor de Dom Afonso V. Além do mais, o próprio Pires fará menção num dos seus escritos às “delicadezas em que me eu criei viciosamente”.³ Pires decidiu enveredar pela carreira paterna, pois Fernão Lopes de Castanheda afirma que ele desempenhou as funções de “boticairo do principe dom Afonso”,⁴ enquanto Afonso de Albuquerque escreveria em 1513 que ele era “boticairo do primcipe”,⁵ referindo-se certamente ao príncipe Dom João, futuro rei de Portugal. É provável que Tomé Pires tivesse começado a exercer o seu mester pouco antes de 1490, pois afirmaria mais tarde ter sido boticário “bem a vera vinte

* Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Centro de História de Além-Mar.

¹ Para desenvolvimento dos temas abordados nesta secção, ver Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, pp. 9-23; Rui Manuel Loureiro, *O Manuscrito de Lisboa*, pp. 13-43; Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, pp. 166-176; e Rui Manuel Loureiro, “O Sudeste Asiático na Suma Oriental”, pp. 106-123.

² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. 2, p. 473.

³ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 7, p. 59.

⁴ Fernão Lopes de Castanheda, *História*, vol. 1, p. 876.

⁵ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 1, p. 145.

anos”,⁶ antes de embarcar para o Oriente em 1511. Assim, poderia ter servido o príncipe Dom Afonso até 1491 (data da sua morte) e o príncipe Dom João depois de 1502, permitindo harmonizar as declarações dos dois testemunhos citados. A data do seu nascimento, assim, seria sempre anterior a 1470, uma vez que dificilmente estaria habilitado para o exercício de um cargo tão delicado antes dos vinte ou vinte e poucos anos. O local do nascimento de Tomé Pires ainda não foi apurado, pois as referências conhecidas não são inteiramente concludentes. Fernão Mendes Pinto, o celebrado aventureiro português que deambulou longos anos pelas partes do Oriente, afirma ter encontrado uma filha de Pires pouco depois de 1540, numa das suas viagens pelo interior da China, atribuindo-lhe o nome de Inês de Leiria. O episódio narrado na *Peregrinação* (Lisboa, 1614), contudo, é demasiado controverso para justificar uma atribuição peremptória da naturalidade de Tomé Pires a Leiria.⁷ O próprio boticário manteve relações epistolares com Lisboa, onde viviam alguns dos seus familiares, e nomeadamente um irmão, João Fernandes, e uma irmã, que talvez se chamasse Maria Godinha. A metrópole portuguesa, assim, poderia ser também a sua terra natal.

A primeira fase da vida de Tomé Pires, anterior à partida para a Índia, permanece na obscuridade. Terá viajado pela Europa e pelo Mediterrâneo, como algumas passagens dos seus escritos parecem sugerir? Terá feito estudos humanísticos aprofundados? Gaspar Correia escreve que o boticário era “homem muyto prudente, e muyto corioso de saber todalas cousas da India”.⁸ E Lopes de Castanheda repete que Pires era “homem discreto & curioso”.⁹ João de Barros, o grande historiador quinhentista, reafirma a sua curiosidade de “enquerir, e saber as cousas” e o seu “espírito vivo pera tudo”, sublinhando ainda uma “natural discrição com letras”.¹⁰ À falta de provas concretas, passagens dispersas dos escritos de Pires poderiam abonar em favor de um período de formação livresca, para além da pretensão explícita de “estemdidas leituras”, feitas em tempos de “benesse”.¹¹ Assim, apesar de se querer apresentar como homem de rudes letras, “lusitano E baixo na gemte plebea”, mais versado em “cousas de fazenda”,¹² Tomé Pires não deixa de alardear uma discreta erudição nos seus escritos, com

⁶ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 345.

⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 91, pp. 255-257.

⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. 2, p. 473.

⁹ Fernão Lopes de Castanheda, *História*, vol. 1, p. 876.

¹⁰ João de Barros, *Da Ásia – Década III*, vol. 5, p. 217.

¹¹ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 134.

¹² Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 134.

referências a Aristóteles, Ptolomeu, e também a alguma literatura de viagens medieval.

Paralelamente a eventuais estudos humanísticos, é indubitável que o boticário adquiriu profunda competência no seu ofício, antes da partida para a Índia, certamente através de uma aprendizagem empírica, já que nunca refere autoridades livrescas quando, nos seus escritos, trata de drogas e de especiarias. Estes méritos profissionais, aliás, justificariam uma nomeação régia para “feitor das drogarias” na Índia, com um vencimento anual de “trinta mill reaes”, acrescidos de “vimte quimtaes de drogarias”.¹³ O cargo era importante, pois o seu detentor devia supervisionar todo o processo de escolha, aquisição e acondicionamento das drogas asiáticas enviadas para Portugal, de modo a evitar o embarque de mercadorias de fraca qualidade. Pouco antes da chegada de Tomé Pires ao litoral do Indostão, os navios portugueses tinham carregado “hua soma derva lonbrigueyra” de valor duvidoso, assim como “hua soma de Ruybarbo podre” comprado em Malaca.¹⁴ A nomeação de um feitor para as “drogarias” visava precisamente evitar situações deste género. Além do mais, o feitor poderia responder mais eficazmente a encomendas feitas a partir de Portugal. Numa das suas cartas, Tomé Pires menciona “huum Roll de çertas drogarias” recebido nas naus da carreira, ao qual deveria dar atempado despacho.¹⁵

A partida de Tomé Pires rumo ao Oriente teve lugar em 1511, na armada de Dom Garcia de Noronha. O boticário viajou provavelmente nos navios de Cristóvão de Brito ou de Dom Aires da Gama, que aportaram a Cananor em Setembro de 1511. Após alguns meses de residência nesta localidade da costa indiana, onde terá desempenhado funções de feitor das drogas, Pires foi chamado a Cochim por Afonso de Albuquerque, que o encarregou de viajar até Malaca, a fim de tirar “inquiriçam” de numerosas irregularidades que ali estavam a ser cometidas pelos funcionários régios.¹⁶ Em Junho de 1512 Tomé Pires já se encontrava no grande centro portuário da Península Malaia, onde haveria de residir nos três anos seguintes, desempenhando funções de “escrivão da feitoria” e também de “contador” e “veador das drogarias”.¹⁷ Em carta ao irmão João Fernandes, logo em finais de 1512, dizia-se “rriquo mais do que cuydaees”, lamen-

¹³ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 7, p. 4.

¹⁴ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 446.

¹⁵ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 446.

¹⁶ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 1, p. 145.

¹⁷ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 7, p. 58.

tando embora a aspereza do clima e a dureza das condições de vida.¹⁸ Tanto quanto se consegue apurar, a estada em Malaca foi repetidas vezes interrompida por expedições a Samatra, Java, e talvez ao Pegu.

Em Janeiro de 1515, Tomé Pires largava de Malaca rumo à Índia, com intenção de regressar logo depois a Portugal, na posse de considerável fortuna. Em cartas dirigidas à família, falara com saudade do “gram prazer” que era “estar cada huum onde nação e falam todos português”, questionando mesmo se as riquezas acumuladas compensariam tantos trabalhos e perigos passados.¹⁹ Mas os eventuais planos de regresso à Europa seriam rapidamente postos de parte, pois em Setembro de 1515 chegava à Índia o novo governador Lopo Soares de Albergaria, que no seu regimento trazia o encargo de despachar uma armada sob o comando de Fernão Peres de Andrade, para “assentar trato & amizade na China, & em Bengala”.²⁰ Esta expedição deveria transportar um embaixador, que seria desembarcado em Cantão, para a partir daí tentar entrar em contacto com o supremo governante chinês, estabelecendo as bases de um relacionamento pacífico, e mutuamente proveitoso, com o Estado da Índia. O cargo de embaixador veio a ser atribuído ao Tomé Pires graças a um curioso conjunto de circunstâncias. Em primeiro lugar, era pessoa de muito crédito, que, para além da dignidade que lhe era conferida pela idade, juntara considerável fortuna durante escassos anos de residência no Oriente. Ao mesmo tempo, era homem de baixa condição, facilmente sacrificável caso o relacionamento com os chineses não decorresse da melhor forma. Depois, em virtude das suas inegáveis habilitações profissionais, o boticário seria o homem mais apropriado para reconhecer as “muytas drogas” que se dizia existirem no Celeste Império.²¹ Em quarto lugar, o interesse dos portugueses pela Ásia Oriental era basicamente mercantil, de modo que um experiente feitor das drogarias poderia avaliar devidamente todas as potencialidades de um futuro relacionamento. Por último, Tomé Pires era amigo pessoal de Lopo Soares de Albergaria, o novo governador, com quem tivera oportunidade de conviver durante os anos de juventude. Em finais de Abril de 1516, após alguns meses de preparativos, Fernão Peres de Andrade largava do litoral do Indostão rumo a Malaca, levando a bordo o boticário e feitor Tomé Pires, temporariamente promovido à dignidade de embaixador de

¹⁸ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 7, pp. 58-59.

¹⁹ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 7, p. 59.

²⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *História*, vol. 1, p. 856.

²¹ Fernão Lopes de Castanheda, *História*, vol. 1, p. 856.

el-Rei Dom Manuel I, que, muito embora não o soubesse, embarcava para uma viagem à China sem regresso.

2. A PRIMEIRA EMBAIXADA PORTUGUESA À CHINA²²

A expedição comandada por Fernão Peres de Andrade teve um estrondoso sucesso, pois aquele capitão português conseguiu levar os seus navios até ao porto de Cantão durante o ano de 1517, ultrapassando os sucessivos obstáculos que lhe foram colocados pelas autoridades costeiras chinesas. Durante longos meses, os portugueses estiveram ancorados diante da grande metrópole da província de Guangdong, efectuando proveitosos negócios e colhendo amplas notícias sobre a realidade sínica, por ocasião de sucessivas visitas à cidade e de múltiplos contactos com a população local e com os mandarins cantonenses. Entretanto, um dos navios da expedição, capitaneado por Jorge de Mascarenhas, explorou demoradamente o litoral chinês até às imediações de Amoy. Fernão Peres regressaria a Malaca em 1518, com as encorajadoras notícias de que a terra ficava ‘assentada’, como então se dizia, e que Tomé Pires e a sua comitiva haviam sido desembarcados em Cantão, onde ficavam a aguardar despacho imperial para rumarem a Pequim. Em anos subsequentes, e nomeadamente em Lisboa, Fernão Peres de Andrade seria responsável pela difusão de notícias sobre as realidades chinesas com que pudera contactar em primeira mão. Terá sido ele, decerto, um dos informadores de João de Barros relativamente ao Império do Meio.

Entretanto, a embaixada portuguesa chefiada por Tomé Pires não chegou a atingir os seus objectivos, em virtude de uma complexa sucessão de eventos. Inicialmente, tudo parecera correr da melhor forma, pois os membros da comitiva haviam sido devidamente alojadas em Cantão pelas autoridades provinciais chinesas. Mas um documento chinês da época sublinha que os **fulangji** – nome pelo qual os portugueses passaram desde então a ser designados – não figuravam nas listas oficiais de estados tributários do Império do Meio, circunstância que motivou uma demorada troca de correspondência entre os mandarins da província de Guangdong e a burocracia de Pequim. Quando, em Agosto de 1519, Simão de Andrade

²² Para desenvolvimento dos temas abordados nesta secção, ver Paul Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain”, pp. 81-292; Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, pp. 23-65; Rui Manuel Loureiro, “A Malograda Embaixada de Tomé Pires”, pp. 39-55; Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, pp. 191-288; e Jin Guo Ping & Wu Zhiliang, *Revisitar os primórdios de Macau*, pp. 97-133.

conduziu uma nova expedição lusitana ao litoral chinês, a missão portuguesa ainda se encontrava na mesma cidade, após dois longos anos de espera. Tomé Pires e os seus companheiros de embaixada residiriam em Cantão até Janeiro de 1520, dedicando-se a frutuossas transacções mercantis e contactando com os grupos de portugueses que, a partir de Malaca, afluíam ao litoral chinês em busca dos ‘negócios da China’, as chorudas transacções que se podiam efectuar em território chinês, trocando mercadorias oriundas das regiões tropicais, como especiarias e incensos, por produtos chineses manufacturados, como sedas e porcelanas.

A autorização de entrada em território chinês chegou finalmente a Cantão em 1520, e Tomé Pires e os seus companheiros foram conduzidos a Pequim, seguindo ao longo de vários meses o trajecto normal das embaixadas estrangeiras, que realizavam grande parte da jornada por via aquática, através dos rios e canais que sulcavam a China em todas as direcções. Em Nanquim, os portugueses tiveram oportunidade de efectuar uma demorada paragem, onde, de acordo com algumas fontes coetâneas, o embaixador se encontrou repetidamente com o imperador Zhengde, que então fazia um périplo pelas províncias meridionais do seu império. Por um lado, uma carta de Martim Afonso de Melo Coutinho, que se baseava em notícias recebidas de Cantão, referia que Tomé Pires fora extremamente bem recebido em Nanquim, e que “folgava tanto elRey dos chyns com ele”, que “nam cavalgava sem elle e a caça o levava muytas vezes a lhe mostrar seus desemfadamentos”.²³ Por outro lado, uma missiva de um dos companheiros do embaixador, Cristóvão Vieira, declarava que os portugueses naquela cidade tinham visto “o rey em pessoa”, apesar de ser costume chinês o imperador “nunca sair de seus aposentamentos”; além disso, segundo a mesma fonte, Zhengde tinha-se avistado repetidamente com os portugueses, chegando mesmo a jogar “com Thomé Pirez às távolas”.²⁴ Significativamente, estas informações algo invulgares são confirmadas por documentação chinesa e coreana da época, que refere que o imperador chinês teria convivido com alguns dos membros da embaixada portuguesa, interessando-se pela sua língua e pelos seus costumes.²⁵

Porém, após a chegada da comitiva portuguesa à capital imperial chinesa, os acontecimentos começam a precipitar-se, culminando no total fracasso da embaixada. Em primeiro lugar, começaram a chegar a Pequim inquietantes relatórios, oriundos do litoral do Guangdong, a respeito

²³ Ronald B. Smith, *Martim Afonso de Mello*, p. 6.

²⁴ Rui Manuel Loureiro, *Cartas dos cativos*, p. 70, n. 163.

²⁵ Jin Guo Ping & Wu Zhiliang, *Revistar os primórdios de Macau*, pp. 97-133.

das expedições lusitanas que agora demandavam regularmente a ilha de Tamão, a ilha onde em 1513 ancorara Jorge Álvares. Os portugueses, segundo parece, desobedeciam amiúde às directivas das autoridades provinciais, quebrando algumas das regras protocolares que regiam o comportamento dos forasteiros: disparavam tiros de canhão, recusavam-se a pagar impostos, impediam outros mercadores de negociarem antes deles, desrespeitavam os mandarins, compravam mulheres e crianças, aplicavam a justiça em território chinês e, acima de tudo, haviam tentado construir uma fortaleza numa das ilhas da embocadura do Rio das Pérolas. Enfim, e de acordo com o testemunho mais tardio do dominicano Gaspar da Cruz, no seu *Tratado das cousas da China* (Lisboa, 1570), os “Fancui, que quer dizer homens do diabo”, como também eram apelidados os portugueses, adoptavam uma postura turbulenta e irreverente, perfeitamente inaceitável para os oficiais em serviço na região de Cantão.²⁶

Depois, estas notícias, que indispueram desde logo os oficiais pequenenses contra a embaixada portuguesa, foram agravadas pela chegada a Pequim de um emissário do antigo sultão de Malaca, que apresentou veementes queixas contra a violenta actuação dos portugueses, que em 1511 haviam ocupado aquele centro portuário da Península Malaia. O sultanato de Malaca, convém lembrá-lo, estivera ligada à China por laços formais de dependência até à data da ocupação portuguesa. Em terceiro lugar, a carta de el-Rei Dom Manuel ao soberano chinês, de que Tomé Pires era portador, causou enorme perplexidade em Pequim, pois verificou-se que o seu conteúdo não correspondia à respectiva tradução, que fora preparada em Cantão por intérpretes locais. Enquanto a versão chinesa respeitava o cerimonial usual em tais documentos, a missiva original assumia um tom igualitário perfeitamente intolerável num documento originário de um pretense estado tributário e dirigido ao Filho do Céu. Finalmente, para complicar ainda mais a situação da comitiva lusitana, o imperador Zhengde, que estava de regresso à sua capital setentrional depois de uma larga digressão pelas regiões do sul e do leste da China, contraiu uma grave doença e veio a falecer em princípios de 1521, ainda antes de ter recebido Tomé Pires. Alguns documentos chineses da época sugerem ainda que os portugueses se teriam feito passar por enviados siameses, para assim poderem contornar o obstáculo causado pelo facto de o seu país de origem não figurar nos protocolos imperiais. A descoberta pelas autoridades chinesas deste subterfúgio contribuirá ainda mais para agravar

²⁶ Frei Gaspar da Cruz, *Tratado*, p. 222.

uma situação já tensa. Esta última alegação, contudo, não é confirmada por fontes europeias.

O embaixador e os seus acompanhantes, na sequência de todos estes eventos, foram encaminhados para Cantão, onde foram colocados debaixo de prisão. E as autoridades imperiais, na sequência de um curto período de confrontos entre as armadas chinesas e as embarcações mercantis oriundas de Malaca que continuavam a afluir ao litoral de Cantão, interromperam formalmente as relações com os portugueses, proibindo os *fulangji* de comerciarem em território chinês. Os portugueses não se haviam apercebido de que a morte de um imperador, no Celeste Império, motivava o imediato encerramento de todos os contactos com o exterior, até à subida ao trono do sucessor escolhido. Em anos seguintes, transferidos de cárcere em cárcere, os membros da embaixada acabariam por sucumbir um a um, sem voltarem a abandonar a China. O próprio Tomé Pires, de acordo com o testemunho de um dos capitães de Malaca, teria morrido em 1527 ou 1528, no seu cativeiro cantonense. Entretanto, como foi anteriormente referido, não pode deixar de ser tomado em conta o testemunho bastante mais tardio de Fernão Mendes Pinto, que na sua *Peregrinação*, concluída por volta de 1580, faria referência a uma chinesa de nome Inês de Leiria, alegadamente filha do antigo embaixador Tomé Pires, que encontrara no interior da China.

É óbvio que o exclusivismo e a deliberada política de isolamento praticados pela China também contribuíram para o malogro da primeira missão lusitana a Pequim. Mas a responsabilidade principal coube à prepotência e enorme falta de tacto demonstradas pelos portugueses. A primeira aproximação formal de Portugal ao Império do Meio, de facto, ocorreu de uma forma pouco auspiciosa, pois a anterior experiência oriental não preparara os portugueses para o confronto com esta enorme potência asiática. Em outras regiões orientais, como no Indostão, por exemplo, os portugueses tinham conseguido instalar-se através de uma hábil exploração dos conflitos e rivalidades que antagonizavam os pequenos estados costeiros, como Calecute ou Cochim, impondo-se como representantes de mais um potentado mercantil, entre tantos outros. Mas na China depararam com um estado poderosíssimo, rigorosamente unificado e rigidamente centralizado, que controlava de forma muito rigorosa a mais pequena parcela de território e o mais insignificante dos seus súbditos. E que não estava disposto a tolerar ingerências externas causadoras de excessivas perturbações no seu espaço marítimo. Para além do mais, a ideologia oficial chinesa, de raiz confuciana, considerava o Celeste Império como superior e distinto de todos os vizinhos bárbaros, encarando com grande desprezo e ostensiva

indiferença os contactos com o exterior. Um relacionamento em termos diplomáticos europeus, de igual para igual, como o que foi tentado pelos portugueses a partir de 1517, teria forçosamente de fracassar, perante uma civilização tão impenetrável e tão auto-suficiente. Em 1521, precisamente no mesmo ano em que o Rei Venturoso falecia em Lisboa, a estratégia manuelina de aproximação à China revelava as suas enormes, e fatais, limitações: com o monarca lusitano morria também um vasto projecto imperial, que chegara a prever a construção de uma fortaleza nas ilhas ao largo de Cantão, assim como a manutenção de uma armada permanente, que ofereceria protecção à navegação mercantil portuguesa no Mar do Sul da China.

3. TOMÉ PIRES E A “SUMA ORIENTAL”²⁷

Quando em 1515 regressou à Índia, Tomé Pires trazia consigo, para além de uma razoável fortuna, um extenso manuscrito, a que dera o título de *Suma Oriental*, no qual descrevia com enorme riqueza de pormenores um significativo número de regiões e de povos da Ásia marítima, desde as margens do Mar Vermelho, nas cercanias do Mediterrâneo, até aos mais longínquos arquipélagos dos Léquios e do Japão. Dotado de um singular poder de observação, de uma curiosidade insaciável e de evidentes capacidades inquiridoras, o boticário português conseguira reunir por escrito, em escassos três anos de vivência asiática, um prodigioso acervo de dados sobre inúmeras realidades orientais até então perfeitamente desconhecidas dos europeus (portos e mercadorias, preços, pesos e medidas, hábitos e costumes, organização política e social, crenças e superstições). O seu trabalho de compilação informativa, evidentemente, ligava-se de forma íntima ao projecto albuquerqueiano de consolidar a presença portuguesa nos mares asiáticos, o qual exigia um apurado conhecimento do terreno, em termos geográficos, económicos, políticos e religiosos.

A *Suma oriental*, entre tantas outras novidades, incluía a primeira descrição da China registada por um observador português, baseada essencialmente em informações recolhidas em Malaca, por um lado junto de mercadores asiáticos, por outro lado junto de Jorge Álvares, o primeiro português que em 1513 visitara o litoral chinês. Tomé Pires revelava

²⁷ Para desenvolvimento dos temas abordados nesta secção, ver Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, pp. 3-9 e 65-80; e Rui Manuel Loureiro, *O Manuscrito de Lisboa*, pp. 27-43.

alguma surpresa – que indicia o absoluto ineditismo das suas notícias – ao descrever a fama de que gozava o Celeste Império entre os povos da Ásia Oriental, mas nem por isso deixava de apontar elementos de natureza mercantil, lado a lado com informes sobre as principais características da civilização chinesa. Entre outros dados importantes, a *Suma Oriental* referia-se já ao sistema tributário que nessa época regulava as relações da China com o mundo exterior, sendo Tomé Pires o primeiro europeu a salientar que apenas embaixadas tributárias eram autorizadas a desembarcar em território imperial. Missões diplomáticas deste tipo, originárias de muitas regiões asiáticas, demandavam periodicamente o litoral chinês, a fim de renovarem a submissão formal em relação ao Celeste Império. Estas embaixadas eram normalmente aproveitadas por ambas as partes envolvidas para a prática de um comércio que de outro modo era bastante restringido pelas autoridades centrais, pois a dinastia Ming adoptara, desde meados do século XV, uma posição abertamente hostil a todos os contactos com o estrangeiro, cultivando um deliberado isolamento e mesmo uma aberta xenofobia. O boticário português enumerava as mercadorias intercambiadas de parte a parte, por ocasião destas embaixadas formais. Os enviados estrangeiros traziam produtos tão valiosos como a pimenta, o sândalo branco, o lenho-aloés, o âmbar, pedrarias finas e também pássaros empalhados – as célebres aves-do-paráiso –, oriundos da Insulíndia. Em compensação, os chineses forneciam sobretudo diversos tipos de sedas, mas também aljôfar, almíscar em pó e em papos, cânfora de botica, ruibarbo, pedra-ume, salitre, enxôfre, cobre e ferro. Quanto às porcelanas, segundo afirmava Tomé Pires, circulavam em número infinito, de forma que seria demasiado prolixo fazer-lhes detalhada referência. Entre muitas outras novidades, o boticário português referia-se ainda ao porto de “Oquem”, que a crítica histórica tem identificado como a primeiríssima referência portuguesa, e europeia, ao local onde mais tarde se viria a desenvolver o estabelecimento luso-chinês de Macau.

Tomé Pires, como foi referido, não regressou a Portugal depois da estada em Malaca, pois a missão diplomática ao Celeste Império interpôs-se no seu caminho. Porém, antes da partida da expedição de Fernão Peres de Andrade rumo ao litoral chinês, o boticário deve ter enviado o original da *Suma Oriental* para o Reino, nas naus da carreira da Índia, já que a obra estava explicitamente dedicada ao monarca lusitano. O manuscrito autógrafo terá efectivamente chegado a Portugal em 1515 ou 1516, mas desapareceu nos arquivos reais, pois não se lhe consegue descortinar o rasto na documentação dos anos seguintes. E, com excepção de Gaspar Correia, que poderá ter conhecido Tomé Pires na Índia, nenhum cro-

nista português quinhentista se refere à *Suma Oriental*. Embora contendo preciosíssimas notícias de carácter geográfico e etnográfico sobre a Ásia, e principalmente sobre o desconhecido mundo oriental que se estendia para além de Malaca – ou talvez por isso mesmo – a *Suma oriental* conheceu uma reduzida difusão na época da sua redacção. Com efeito, parece ter circulado apenas nos círculos luso-indianos ligados a Afonso de Albuquerque e também, naturalmente, nos meios ultramarinos da corte régia portuguesa.

Actualmente conhecem-se apenas duas cópias manuscritas da obra, uma completa conservada em Paris, e outra incompleta, guardada em Lisboa. O manuscrito parisiense, intitulado “Somma orientall que trata do maar Roxo athee os chijs compilada por thome pirez”, terá sido copiado por volta de 1516, talvez para Afonso de Albuquerque, a partir da versão original redigida pelo próprio Tomé Pires. Por caminhos que se desconhecem, acabou por ser depositada na Bibliothèque de l’Assemblée Nationale, em Paris, onde hoje se encontra. Sabendo-se que esta biblioteca francesa foi constituída na sequência da revolução de 1789 com fundos bibliográficos confiscados a aristocratas gauleses, será difícil determinar a exacta origem do códice português, que continha igualmente o chamado «Livro de Francisco Rodrigues». O manuscrito lisboeta, que não contém nome de autor, terá sido copiado em Lisboa por volta de 1526, conservando-se hoje na Biblioteca Nacional de Portugal. Mas contém apenas uma versão parcial da *Suma Oriental*, com cerca de um terço da obra original. Faltam-lhe as secções dedicadas a Malaca e à Insulíndia, precisamente aquelas que incorporavam as notícias mais relevantes para leitores europeus.

Um emissário do erudito veneziano Giovanni Battista Ramusio, que visitou Lisboa entre 1525 e 1528, conseguiu adquirir uma cópia da *Suma Oriental* muito semelhante à do manuscrito lisboense, mas o exemplar obtido não tinha nome de autor, certamente por lhe faltarem as páginas da dedicatória, único local onde figurava a referência a Tomé Pires. Ramusio veio a publicar uma versão italiana, anónima, do texto obtido em Lisboa, no primeiro volume da sua célebre colectânea de viagens *Navigazioni et Viaggi*, impresso em Veneza em 1550. No prefácio ao texto de Tomé Pires, o editor queixava-se das dificuldades encontradas na obtenção do manuscrito: “con grandissima fatica e difficultá avendo mandato a farla trascrivere insino a Lisbona, a pena ne abbiamo potuto avere una copia, e quella anche imperfetta”.²⁸ Precisamente na altura em que o agente de Ramusio visitou Lisboa, as ilhas de Maluco estavam a ser intensamente

²⁸ Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, vol. 2, p. 541.

disputadas entre Dom João III e a coroa espanhola. Por esse motivo, todas as informações relativas àquelas longínquas paragens eram tratadas em Portugal com o maior sigilo, de modo a não fornecer a eventuais antagonistas um excessivo conhecimento do terreno. Essa conjuntura explica, certamente, a impossibilidade de um estrangeiro obter em Lisboa uma cópia integral da *Suma Oriental*, que era então o tratado geográfico mais exaustivo sobre a Insulíndia.

O manuscrito de Paris, intitulado “Somma orientall que trata do maar Roxo athee os chijs compilada por thome pirez”, foi redescoberto em 1937 por Armando Cortesão, que dele preparou uma célebre edição para a Hakluyt Society, *The «Suma Oriental» and the «Book» of Francisco Rodrigues* (Londres, 1944), integrando o texto original e uma tradução inglesa, além de extensa introdução e prolixas anotações. A edição portuguesa, da responsabilidade do mesmo historiador, e contendo a versão portuguesa da obra e traduções da introdução e das notas inglesas, seria publicada em Coimbra em 1978, com o título *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. A edição de Cortesão, louvável a todos os títulos, está hoje, passado mais de meio século, algo envelhecida, pelos critérios de transcrição utilizados, pelos numerosos lapsos cometidos, pelo facto do aparato crítico estar em numerosos pontos ultrapassado, por se terem entretanto desenvolvido exponencialmente as investigações em torno das matérias e época abordadas na *Suma Oriental*, e pela circunstância de ter sido respeitada a confusa organização actual do manuscrito, que não respeita a concepção original de Tomé Pires, talvez por em algum momento os fólhos terem sido reorganizados por algum dos seus possuidores. Quanto ao manuscrito lisboeta, que tem como título “Soma horientall que trata do mar Roxo ate os chims”, está incorporado num códice que contém ainda uma “Chronica geral dos susesos do Reino de Gusarate a que chamaam de Cambaia”. Esta cópia da obra de Tomé Pires, apesar de não incluir uma porção substancial dos materiais originalmente preparados pelo boticário português, apresenta-se, ainda assim, como um tratado bastante exaustivo sobre a geografia do litoral asiático compreendido entre o Mar Vermelho e a cidade de Cantão. Esta versão foi recentemente publicada em Macau pelo autor das presentes linhas, em edição crítica prolixamente anotada: *O Manuscrito de Lisboa da “Suma Oriental” de Tomé Pires* (Macau, 1996). Ali se avançam alguns contributos para o que poderá ser uma futura edição crítica da obra do boticário e embaixador português Tomé Pires.

Tomé Pires viveu um tempo de «tratados e embaixadas». *Tempo de tratados*, em duplo sentido: por um lado, as autoridades do nascente Estado da Índia, nos primeiros anos do século XVI, procuravam estabelecer tratados de comércio e de amizade com inúmeros potentados asiáticos, de forma a consolidar a presença e intervenção portuguesas no Oriente; por outro lado, as autoridades lusitanas, e mormente o governador Afonso de Albuquerque, diligenciavam no sentido da produção de tratados descritivos sobre o novo mundo oriental que estava a ser desvendado pelos navegantes portugueses. Os dois exemplos maiores dessa tratadística que caracterizou a abertura de ‘novos mundos ao mundo’ foram a *Suma Oriental* de Tomé Pires e o *Livro das cousas do Oriente* de Duarte Barbosa, com uma primeira redacção em 1516-1517. Bem vistas as coisas, existe uma certa complementaridade entre estas primeiras geografias descritivas da Ásia marítima, que talvez não fosse obra do acaso, pois enquanto Barbosa se concentra sobretudo nas regiões banhadas pelo Índico ocidental, Tomé Pires debruça-se maioritariamente sobre os espaços ribeirinhos do Índico oriental e do Mar do Sul da China. Complementarmente, os anos inaugurais do século de Quinhentos são também um *tempo de embaixadas*, já que se multiplicam as missões portuguesas enviadas a outros tantos estados asiáticos, desde a Pérsia até à China, num afã diplomático imenso, que pretende cartografar e entender o xadrez político da Ásia marítima, de forma a lançar em bases firmes o projecto imperial lusitano. Ao redigir a *Suma Oriental*, Tomé Pires participou activamente, e de forma brilhante, na compilação de súmulas informativas destinadas aos estrategas régios. E ao encabeçar a primeira missão diplomática à China, estava a contribuir de forma activa para o estabelecimento da rede de parcerias e alianças que garantiria a sobrevivência a longo prazo do Estado da Índia. Paradoxalmente, seria vítima de uma enorme escassez informativa a respeito do Império do Meio, responsável em última instância pelo malogro do primeiro encontro estatal luso-chinês. Em breve, porém, os portugueses assimilariam a lição da malograda embaixada do boticário português, e retomariam em distintos moldes as suas aproximações ao litoral sínico, de forma a assegurar a sobrevivência dos imensamente lucrativos negócios da China.²⁹

²⁹ Ver Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens de Macau, passim*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, João & COUTO, Diogo do – *Da Ásia*, ed. Nicolau Pagliarini, 9 vols, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975
- Cartas de Afonso de Albuquerque*, ed. Henrique Lopes de Mendonça & Raimundo António de Bulhão Pato, 7 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1884-1935
- CASTANHEDA, Fernão Lopes – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ed. Manuel Lopes de Almeida, 2 volumes, Porto, Lello & Irmão, 1979
- CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, ed. Manuel Lopes de Almeida, 4 volumes, Porto, Lello & Irmão, 1975
- CORTESÃO, Armando – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1978
- CRUZ, Frei Gaspar da – *Tratado das cousa da China*, ed. Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Edições Cotovia, 1997
- JIN GUO PING & WU ZHILIANG, *Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, Macau, Instituto Português do Oriente & Fundação Oriente, 2007
- LOUREIRO, Rui Manuel – *Cartas dos cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1992
- LOUREIRO, Rui Manuel – *O Manuscrito de Lisboa da “Suma Oriental” de Tomé Pires*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996
- LOUREIRO, Rui Manuel – *Em busca das origens de Macau*, Lisboa, Ministério da Educação, 1996.
- LOUREIRO, Rui Manuel – “A Malograda Embaixada de Tomé Piresa Pequim”, in Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China – Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 39-55
- LOUREIRO, Rui Manuel – *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000
- LOUREIRO, Rui Manuel – “O Sudeste Asiático na *Suma Oriental* de Tomé Pires”, *Revista de Cultura* (Macau), n.º 4, 2002, pp. 106-123
- PELLIOT, Paul – “Le Hoja et le Sayyid Husain de l’Histoire des Ming”, *T’oung Pao* (Leiden), vol. 38, 1948, pp. 81-292
- PINTO, Fernão Mendes – *Peregrinação*, ed. Adolfo Casais Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988
- RAMUSIO, Giovanni Battista – *Navigazioni e Viaggi*, ed. Marica Milanesi, 6 vols., Turim, Einaudi, 1978-1988
- SMITH, Ronald Bishop – *Martim Afonso de Mello*, Bethesda, Maryland, Decatur Press, 1972

A importância da *Suma Oriental* de Tomé Pires na historiografia do Arquipélago Malaio: sobrevalorização ou dependência?

MANUEL LOBATO*

AS PRIMEIRAS GEOGRAFIAS ASIÁTICAS DA ERA DOS DESCOBRIMENTOS

A célebre *Suma Oriental* de Tomé Pires, o conhecido boticário de D. João II, constitui a mais antiga geografia geral da Ásia marítima escrita por um português, redigida indubitavelmente entre 1512 e 1515, embora não se saiba a data exacta da conclusão da sua redacção. Neste breve apontamento esboçaremos primeiramente uma contextualização da obra e da produção e divulgação para depois aferirmos da sua importância e validade na época em que foi escrita e na historiografia contemporânea.

Nos primeiros anos após a chegada ao Oceano Índico, os portugueses procuraram conhecer o novo “Velho Mundo” que se lhes deparava, corrigindo pela experiência e pela observação as noções da geografia clássica e ptolomaica. Apesar das depredações do tempo e da incúria dos homens, é impressionante o número de descrições e relatos que nos chegaram desses primeiros anos do século XVI. A maioria de tais escritos tem, contudo, um âmbito geográfico limitado e circunstancial. Com efeito, de todo esse vasto *corpus* literário sobressaem duas obras, quicá as mais conhecidas. O *Livro de Duarte Barbosa* e a *Suma Oriental* de Tomé Pires, constituindo esta última o motivo que nos trouxe aqui hoje.

* Instituto de Investigação Científica e Tropical

Como é sabido, estas obras distinguem-se do restante manancial de relatos de viagem e expedições militares, diplomáticas e comerciais, pelo seu carácter mais sistemático e abrangente, a pretensão mesmo de cada uma delas fornecer, à sua maneira, um repositório de novos conhecimentos geográficos, políticos, económicos e culturais, ou seja, de se assumirem como geografias de âmbito mais universalista. Apesar de escritas quase em simultâneo, já que Duarte Barbosa terminou o seu manuscrito em 1516 e Tomé Pires provavelmente no ano anterior ou mesmo antes, as duas obras apresentam assinaláveis diferenças, que se prendem quer com as trajectórias diferenciadas dos seus autores quer com os contextos também diversos em que foram redigidas.

Ainda que os seus propósitos não sejam coincidentes, ambos os autores usam uma metodologia semelhante na recolha da informação, expressa lapidarmente por Duarte Barbosa logo na “Prefacção” ao seu *Livro*: “tendo (...) visto e ouvido varias cousas resolvi-me a escreve-las (...) taes como as vi e ouvi de dia em dia”, perguntando “aos mouros, cristãos e gentios pelos usos e costumes de que eram práticos” (BARBOSA 1996: 49). Esta indagação empírica – que não ficará muito atrás das técnicas de entrevista que qualquer sociólogo ou antropólogo usa no trabalho de campo nos nossos dias – é, afinal, a razão por que estas obras sobressaem no conjunto das fontes narrativas produzidas em qualquer época sobre a região do Oceano Índico. No entanto, o peso relativo das diversas regiões é muito desigual em ambas as obras. Duarte Barbosa descreve extensamente a costa oriental africana, desde os estabelecimentos muçulmanos mais a sul (nas ilhas Hucicas, actual Bazaruto, junto ao cabo de S. Sebastião) até ao cabo Guardafui (BARBOSA 1996: 53-88), enquanto o espaço concedido à Ásia do Sueste no seu todo, da Birmânia ao Champá, ocupa apenas uns 15% da obra (BARBOSA 2000: 326-409) e o subcontinente indiano cerca de 65% (BARBOSA 1996: 171-231 e 2000: 1-325). O contraste no tratamento concedido em cada um dos textos às diferentes áreas geográficas resulta flagrante. A costa oriental africana está ausente na *Suma Oriental*, enquanto a região dos estreitos e o subcontinente indiano ocupam uma extensão relativamente modesta perante o sueste asiático, o qual preenche dois terços da obra, 40 dos 62 fólhos (140-178v) correspondentes ao texto completo de Tomé Pires no códice da Chambre des Députés em Paris (CORTESÃO 1944: XIV).

Embora com sucesso diverso, estes manuscritos tiveram percursos comparáveis e até certo ponto semelhantes. Com efeito, tudo indica que ambos os manuscritos conheceram circulação restrita aos meios oficiais da corte de D. Manuel e D. João III. Os motivos prendiam-se naturalmente

com o controlo da informação que a Coroa portuguesa procurava impor sobre textos que desvendavam países e oportunidades de negócio que ela queria reservar para si, em especial as zonas produtoras de especiarias, como as Molucas e as ilhas de Banda. Não obstante, o manuscrito de Barbosa seria traduzido para castelhano, em 1524, pelo embaixador genovês na corte de Madrid, Martin Centurione, a cuja tradução tiveram acesso vários eruditos europeus e a partir da qual o texto foi vertido para alemão, em 1530, por Hieronimus Zeitz (BARBOSA 1996: 9, 18, 26, 30-39). Contudo a primeira edição impressa sairia em italiano no *Primo Volume della Navigationi et Viaggi*, a célebre compilação de Giovanni Battista Ramusio, publicado em Veneza em 1550 (fls. 310v-348v), juntamente com uma tradução de uma versão incompleta da *Suma Oriental*, na qual não consta o nome do autor (fls. 349-363).

Com efeito, Ramusio, que não logrou obter a parte mais detalhada do texto de Tomé Pires, a qual versa sobre Malaca e o sueste asiático, admite no seu “Discurso di M. Gio. Battista Ramusio sopra il Libro di Odoardo Barbosa, & sopra il Sommario delle Indie Orientale” tratar-se de uma tradução sobre uma cópia “imperfetta”. Além desta referência à mutilação do texto de Tomé Pires, o próprio Ramusio contribuiu para a escassa atenção que esta obra, por ele designada *Sommario di tutti li regni, città, & popoli orientali*, viria a suscitar, ao considerá-la uma mera resenha de Duarte Barbosa feita por um autor, cujo nome ele não alcançou, o qual, com a finalidade de ganhar notoriedade, teria incluído algumas informações adicionais, especialmente sobre as ilhas Molucas, parte essa de que Ramusio obteve notícia através do seu agente em Lisboa, mas da qual este não conseguiu obter cópia (Cortesão 1944: lxvi- lxvii).

Enquanto o *Livro de Duarte Barbosa* viria a ser publicado, em 1813, em português, por Mendo Trigoso, numa edição da Academia Real das Ciências (reeditada em 1946 e 1992), e em inglês, em 1866, por Lord Henry E. J. Stanley of Alderley, para a Hakluyt Society, a partir da mesma tradução castelhana de Centurione que servira de base à italiana de Ramusio, pelo contrário, o truncado *Sommario di tutti li regni, città, & popoli orientali*, publicado pelo mesmo Ramusio sem indicação do nome do autor, permaneceria a única versão conhecida – mas largamente despercebida – do texto de Tomé Pires, até Armando Cortesão publicar, em 1944 e em tradução inglesa, uma cópia supostamente completa do original português, por ele localizada em 1937 em Paris.

O grande interesse dos textos de Barbosa e Pires para os estudos sobre o Oceano Índico e a Ásia do Sul e Sueste no dealbar do século XVI resulta das inúmeras informações absolutamente novas neles contidas

que não podem ser supridas através de outras fontes, coevas ou não. Isto deve-se a um número razoável de razões que tentaremos enumerar de forma breve. Como sabemos os escritos dos viajantes europeus na Ásia anteriores à chegada dos portugueses, na sua maior parte muito mais antigos e eivados de notícias fantasiosas ao gosto medieval, são o resultado de itinerários que incluíram largos trajectos terrestres, nem sempre incidindo sobre as regiões marítimas que os portugueses mais directamente contactaram. Estes vinham animados por uma curiosidade natural de conhecer e registar novas paragens e novos grupos humanos dentro de uma mentalidade que tem sido frequentemente associada ao experimentalismo e espírito científico renascentistas, mas que eventualmente se enquadraria melhor no pré-renascimento próprio da Idade Média tardia, já que raros são os autores portugueses que escreveram sobre novas terras e novas gentes, novos mares e novos céus, que verdadeiramente tivessem bebido na cultura humanista do primeiro ou do segundo humanismo italiano. Pelo contrário, dão mostras de uma atitude conscientemente iconoclasta, afastando-se do espírito humanista pela forma como se empenham não em recuperar mas antes em rebater e corrigir os autores clássicos à luz da experiência, nisso dando clara mostra de uma mentalidade moderna marcada pela curiosidade geográfica e etnográfica.

No entanto, este ímpeto observador terminaria ao cabo de algumas décadas de contactos rotineiros com a Ásia marítima. Se não fosse o monumental trabalho de compilação desenvolvido pelos grandes cronistas, como João de Barros e Diogo do Couto, que também recorreram à entrevista de intervenientes em episódios por eles narrados, muitas das informações ter-se-iam perdido irremediavelmente pelo desinteresse em escrever e arquivar relatórios que não obedecessem a preocupações políticas, económicas e religiosas concretas. Grande parte da massa documental gerada posteriormente a finais da década de 1530 pelos responsáveis de cargos fronteiros nas fortalezas e armadas do Estado da Índia perdeu-se, para não falar da correspondência trocada entre privados e entre estes e as instâncias asiáticas da coroa. Hábitos nocivos, marcados pela negligência, que a administração inspirada no modelo espanhol, progressivamente adoptado sob a regência de dona Catarina, haveria de corrigir e que a administração filipina definitivamente impôs em Portugal, embora sem o rigor e o grau de exigência burocrática e arquivística decorrentes da escala reduzida e das concessões idiossincráticas próprias da realidade portuguesa.

A SUMA ORIENTAL DESAPARECIDA E REENCONTRADA RENOVA A HISTORIOGRAFIA

Por outro lado, para tentarmos perceber em que medida a importância da obra de Tomé Pires transcende o seu mero pioneirismo, há que olhar para o facto de que algumas destas regiões que constituem o mundo do Oceano Índico não possuíam uma tradição histórica e literária comparável à tradição europeia ou chinesa, pelo que não abundam os escritos de natureza historiográfica que a elas se referem. Tal como acontece na costa oriental africana, também no arquipélago malaio as principais fontes disponíveis anteriores à chegada dos europeus são compostas pelas descrições dos geógrafos e viajantes árabes, completadas por alguns achados arqueológicos, nomeadamente lápides tumulares e inscrições oficiais e numismáticas ou religiosas, a que, no contexto dos chamados mares do sul da China ou Nanyang, se vem juntar uma diversidade de fontes chinesas, nem sempre fáceis de interpretar pelo seu laconismo e toponímia rebarbativa. No que diz respeito aos escassos escritos de carácter histórico produzidos localmente e no contexto da cultura malaia, como o celebrado *Sejarah Melayu* (BROWN e ROOLVINK 1970), ainda que tais escritos façam eco – tal como Tomé Pires – de tradições orais muito anteriores ao século XVI, nomeadamente listas e genealogias de reis malaios, incluindo os de Malaca, na verdade estas tradições terão sido reduzidas a escrito, segundo os especialistas, já numa época tardia, provavelmente na segunda metade do século XVI, ou mesmo na passagem para o século XVII, tendo ficado registadas versões orais que circulavam nesta época.

É neste contexto que a publicação há setenta anos da obra completa de Tomé Pires veio marcar a diferença no que aos estudos sobre o arquipélago malaio diz respeito. Coincidentemente, a II Guerra Mundial operou uma cesura nestes estudos através do impacto da publicação, em 1934, da dissertação de doutoramento de J. C. van Leur, traduzida para inglês em 1955 sob o título *Indonesian Trade and Society*. Pela primeira vez emergia uma visão histórico-cultural do arquipélago que punha a tónica nas especificidades locais e relegava as influências culturais exógenas – nomeadamente budista, hinduísta, chinesa, islâmica e europeia – para o plano superficial de “um fino e estaladiço verniz”. O caminho desbravado por Van Leur triunfaria após a II Guerra Mundial marcando o fim de uma historiografia que privilegiara a erudição e o estudo das influências externas e que recusara a existência de uma história regional de *per si* e com personalidade própria a uma região muito complexa, que injustamente designara por “Indochina” e “Insulíndia”, privando-a da sua identidade

própria. Esta nova componente asianista e regionalista reforçar-se-ia com a chegada das independências relativamente às potências coloniais europeias – americana no caso das Filipinas – e com o triunfo das correntes políticas e intelectuais nacionalistas que ansiavam pelo desenvolvimento das respectivas histórias nacionais. Nesta perspectiva, a publicação em inglês da narrativa de Tomé Pires sobre Malaca e a Ásia do Sueste vinha contribuir para preencher substancialmente as graves lacunas de que enfermava – e ainda enferma – a história do arquipélago malaio no período que antecedeu a chegada dos europeus, em particular dos portugueses, cuja ocupação de Malaca precedeu em mais de meio século o estabelecimento dos espanhóis em Manila.

A primeira edição completa e pós-ramusiana de Tomé Pires, publicada em inglês, em 1944, e cuidadosamente preparada por Armando Cortesão para a reputada série da Hakluyt Society, foi sofregamente usada pela historiografia da região nos anos seguintes, continuando até hoje a ser uma das principais referências para o período da chamada *Early Modern Age* do arquipélago malaio. Na verdade, a narrativa de Pires vinha lançar luz sobre uma diversidade de questões. Um rápido olhar sobre os títulos produzidos nesses anos pode ser elucidativo: R. O. Winstedt, autor de uma injustificadamente muito reputada (SALLEH 1998: 138-140) *A History of Malaya* surgida em 1935, publicava em 1948 uma breve nota sobre “The Malay Founder of Medieval Malacca”, na qual logo a abrir o autor chama a atenção para que “There is also new material in the *Suma Orientalis* of Tome Pires”. Aliás, de acordo com Winstedt, Pires constitui mesmo a única novidade sobre a genealogia dos sultões de Malaca desde que ele próprio publicara, em 1920 e 1938, duas novas fontes malaias: um capítulo num manuscrito do *Bustan al-Salatin* do Shaikh Nur al-din e uma versão arcaica dos *Anais Malaio*s, respectivamente.

Oito anos volvidos sobre a publicação da *Suma Oriental*, H. J. de Graaf, um erudito historiador de primeiro plano, especializado na história e cultura javanesas, publicaria em holandês um artigo seminal sobre “A *Suma Oriental* de Tomé Pires e a era da transição religiosa em Java”.

Em 1961, Paul Wheatley publicava o seu célebre *The Golden Kher-sonese: studies in the historical geography of the Malay Peninsula before A.D. 1500*, sendo a Aurea Khersoneso o nome grego para o que se pensa ser a Península Malaia, obra que conheceria várias reedições pela Malaya University Press (1973, 1980), a última das quais em 2010. Nela figura um mapa da Península Malaia com, a seguinte legenda: “Fig. 52. The Malay Peninsula in the fifteenth century. Place-names are mainly those mentioned in the *Suma Oriental* of Tomé Pires. (...)”, o que parece bas-

tante elucidativo sobre a importância deste autor para o conhecimento da geografia da região na época que antecedeu a chegada dos europeus (WHEATLEY 1961: 318).

Contudo, o primeiro estudo de grande projecção que fez intenso uso – e provavelmente abuso, como se verá adiante – da obra de Tomé Pires foi a dissertação de doutoramento de M. A. P. Meilink-Roelofs, publicada em inglês, em 1962, como *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. Ao longo das 408 páginas deste livro, a autora incluiu 615 referências a Tomé Pires. Assim, logo na primeira página da “Introdução” ela presta tributo à sua principal fonte e justifica um certo desinteresse da sua parte pelas fontes europeias mais tardias:

“Thanks to the great interest displayed by the Portuguese on their first contact with this strange new world of the East Indies – the most valuable expression of this interest being Tome Pires’ *Suma Oriental* – it has been possible to compile quite an accurate and comprehensive account of trade in the Malay-Indonesian region during the early period, that is to say just before the coming of the Europeans. But, later on, too many matters were assumed to be common knowledge for the Europeans to enlarge upon them” (MEILINK-ROELOFSZ 1962: 1).

Meilink-Roelofs alcançou os mais rasgados elogios do então expoente máximo da historiografia económica francesa e mundial, Pierre Chaunu, que reconhecia, no entanto, que “Elle a été servie, il est vrai, par l’admirable *Suma Oriental* de Tome Pires. Le meilleur des chapitres III, IV et V en découle” (CHAUNU 1964: 319-320). A obra de Meilink-Roelofs tornar-se-ia conhecida em Portugal graças ao professor Vitorino Magalhães Godinho, que a cita e segue frequentemente nos dois volumes da primeira edição de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. É a época do auge da história económica, ou melhor, de uma certa história económica, que punha a tónica nos dados quantitativos e na inventariação das trocas comerciais: quais os portos que se interrelacionavam, qual a sua dimensão e importância, quem os controlava, quais as comunidades mercantis neles estabelecidos, quem os visitava e quais as redes mercantis que neles se articulavam, em que tipo de navios viajavam, de que dimensões, quais as etnicidades dos seus proprietários, tripulações e pilotos, que produtos neles viajavam, que rotas seguiam, em que quantidades, por que preços, quem os vendia e quem os comprava, etc., enfim, toda uma grelha de questões que hoje nos pode parecer um pouco pobre, mas na época satisfazia plenamente o programa científico de uma história económica que se

queria também social e, neste caso, asiática. Ora, no que toca ao sueste asiático, dificilmente se poderia encontrar textos que, como o de Tomé Pires, melhor correspondessem àqueles objectivos, para mais em inglês.

CRÍTICA SUBLINHA A IMPORTÂNCIA E VALIDADE DA *SUMA ORIENTAL*

O trabalho não suscitou apenas aplausos. Houve quem logo colocasse reservas e a principal delas foi a fácil aceitação da informação veiculada por Tomé Pires. Assim, em 1963, D. K. Bassett, um historiador da *East India Company* e da presença britânica e europeia na região, reagia numa recensão crítica ao livro de Roelofsz:

“Meilink-Roelofsz may have accepted Pires’ descriptions of Malay-Indonesian society, trade and government with fewer reservations than a historian trained in more politically-documented fields would approve. Even a historian of South-East Asia, I suggest, would prefer to apply more stringent tests to the internal evidence of the *Suma Oriental* than Dr. Meilink-Roelofsz has done” (BASSETT 1963: 135-136).

Já Armando Cortesão havia vaticinado que a intrigante e confusa secção sobre Malaca na *Suma Oriental*, apesar de ter sido redigida *in situ*, oferecia largo campo para controvérsia e uma perspectiva que poderia ser considerada preconceituosa (CORTESÃO 1944: 229 n. 1). Contudo, Pires adverte o leitor de que a informação por si compendiada foi retirada de vários autores e que exprime a opinião da maioria daqueles que indagou (CORTESÃO 1944: 229 [fl. 164v]), aludindo não apenas a cartas ou relatórios portugueses a que terá tido acesso, mas igualmente a entrevistas com portugueses e asiáticos e, provavelmente, a narrativas orais malaias que terá escutado em sessões organizadas para o efeito, como era habitual na utilização colectiva e cerimonial de tal literatura.

O texto de Tomé Pires é particularmente importante no que toca às questões políticas e religiosas, embora tenha atraído a atenção dos especialistas em história religiosa mais tardiamente do que o fez relativamente à história económica. Não é este o lugar para enumerar as muitas e intrincadas polémicas que o processo de introdução do Islão nas diferentes regiões do sueste asiático suscitou nem os contornos que o debate sobre a islamização da Malásia e da Indonésia adquiriu nos últimos anos. Pires afirma que o islão chegou à região vindo de Bengala (CORTESÃO 1944: 143) e não do Médio Oriente, como anteriormente se admitia, embora uma das

sumidades na questão, G. E. Marrison, tenha sustentado, em 1951, a tese de que tal introdução se teria feito a partir do Sul da Índia, ignorando Pires, que nem sequer cita (MARRISON 1951). Pires regista as lendas sobre a introdução do Islão na região, sobre a fundação de Malaca e sobre as relações entre os diferentes reinos e famílias reais, episódios mais ou menos efabulados, que fazem apelo à intervenção de personalidades religiosas. Pires apresenta versões nem sempre concordantes com as que são veiculadas nas fontes malaias, o que resulta num enriquecimento considerável. O texto de Tomé Pires dificilmente poderia ter obtido maior impacto entre os especialistas. Taufik Abdullah, um dos mais eminentes islamólogos do mundo malaio escreveria a este propósito:

“Perhaps it was not the aim of Tomé Pires to begin the almost never-ending controversy on the process of Islamisation in the Indonesian archipelago. But when he stated in his long forgotten book that ‘many Moors and many mollahs’ tried very hard ‘to make the said king [of Pasai] turn Moor’ [CORTESÃO 1944: 241-242.] he, Tomé Pires, had already come forward with a theory, which would be subjected to scholarly scrutiny. Since Tomé Pires wrote his piece two centuries after the alleged historical event took place, his statement cannot be taken as a first-hand account. The highly fragmented nature of both internal historical sources and foreign reports have made it very difficult for historians to come with a ‘definitive’ reconstruction of the early process of Islamisation” (ABDULLAH 1989: 19).

Relendo com atenção verificamos, no entanto, que há aqui um tremendo equívoco. A informação em causa disponibilizada por Pires nesta matéria dificilmente poderá ser considerada de origem estrangeira, porquanto ele se limitou a registar tradições orais que os seus informantes lhe facultaram. Curiosamente também é sobre questões de história local que Pires tem sido sujeito a maior reserva pela historiografia do sueste asiático, como, por exemplo, quando atrasa em mais de meio século a introdução do islão em Pacém (Pasai). De qualquer forma, o conteúdo da obra interessa muito mais à história regional do que à dos portugueses naquela região, muito embora contribua também para o esclarecimento de alguns enredos em que estes se envolveram. Com efeito, geográfica e cronologicamente dedica especial atenção ao entrecruzamento de ambas as histórias: Malaca, capital do sultanato malaio e empório marítimo ocupado pelos portugueses. Por exemplo, sobre a conjura entre o sultão de Malaca, Mahmud Syah (r. c.1481-1510), o *bendahara* local e os mercadores guzerates estantes naquele porto, para apresarem de surpresa a

expedição portuguesa que o visitou em 1509 sob o comando de Diogo Lopes de Sequeira, Pires apenas narra a intriga palaciana, abstendo-se de descrever acontecimentos de todos conhecidos (CORTESÃO 1944: 255-257). Em certa medida, Pires procedeu à exaltação da importância política e comercial de Malaca, da sua organização interna durante o período do sultanato, descrevendo em especial as suas dependências territoriais de ambos os lados do Estreito, desde Perak a Singapura e de Siak a Kampar, Indragiri e Lingga, até Pahang, já no Golfo do Sião (CORTESÃO 1944: 260-264), bem como as suas ligações marítimas desde o Japão ao Guzerate e daqui a Áden e ao Cairo, construindo assim uma imagem de potentado regional e de empório asiático que seria pela primeira vez transposta para a historiografia precisamente por Meilink-Roelofs. Nos últimos anos essa imagem da organização interna de Malaca e da geografia política comercial do sueste asiático, construída com base em Tomé Pires, tem sofrido forte contestação, como podemos ver em Roderich Ptak:

A quick reading of most modern works reveals that Pires remains the central text without which the complex web of Southeast Asian trade around 1500 might never have been disentangled. Pires spent much time in Melaka and the larger part of his book is devoted to this place. The picture drawn by him was later investigated by such modern authors as Melink-Roelofs, who, for the most part, took Pires by his word, without openly considering the possibility that his report and other early Portuguese references to Melaka were probably written in a way intended to attract the attention of readers in Goa and Lisbon, possibly to obtain more support, more funds, more ships and more men for the further exploration of Southeast Asia and the onward route to China. 'The one who would control Melaka, had his hands at the throat of Venice'. The expectations firmly associated with these and related views in the early sixteenth century, still prior to Albuquerque's conquest, could not be upset, no one would dare to downgrade the commercial position of Melaka, its size, its influence, and the need to conquer it" (PTAK 2004: 2).

Na verdade, a validade da imagem legada por algumas fontes portuguesas datadas do período imediatamente após a captura de Malaca, em particular pela *Suma Oriental*, tem sido questionada também por autores portugueses (ALVES 1999: 67 e 2003: 31). As premissas destes críticos são perfeitamente aceitáveis e os seus argumentos bem fundamentados. Essencialmente baseiam-se no comprometimento com o projecto conquistador de Afonso de Albuquerque por parte de vários oficiais, entre os quais Tomé Pires, que viria a desempenhar várias funções em Malaca relaciona-

das com a fiscalização do comércio de especiarias para as quais foi escolhido pelo próprio Afonso de Albuquerque na sequência do cargo que ele exercera anteriormente de “feitor das drogarias” da Índia (LOUREIRO 2002: 108, 111). Nos seus escritos, esses oficiais teriam encarecido o papel de Malaca e a dimensão da cidade e do seu porto para justificarem *a posteriori* a conquista de Malaca perante o rei D. Manuel e os seus conselheiros em Lisboa, a qual ele não teria explicitamente ordenado.

É evidente que a Malaca descrita na *Suma Oriental* pode não ter existido. “Quem possuir Malaca tem a mão na garganta de Veneza”. Nós não sabemos qual o uso que era dado aos relatórios confidenciais. Podemos presumir que serviam para que certas figuras ou grupos fizessem valer os seus argumentos e justificassem ou influenciassem a tomada de decisões, configurando políticas e estratégias que conhecemos mal. Sabemos que as cartas enviadas por Pires e outros ao próprio Albuquerque veiculando informação supostamente verdadeira eram lidas por terceiros. No *Livro VI* da *Suma Oriental* dedicado a Malaca, Pires insere uma nota quase entre parêntesis contendo instruções sobre o modo de endereçar cartas oficiais às autoridades nativas da região, tratando os reis locais por rajás e chamando a atenção para que o rei de Portugal se auto-intitulasse sultão e assim se posicionasse hierarquicamente acima deles (CORTESÃO 1944: 245). A informação podia ser manipulada e servir propósitos manipuladores. Podemos imaginar Afonso de Albuquerque a encomendar a Pires os maiores encómios sobre Malaca, como se fosse a melhor coisa da Índia ou do mundo, pois foi essa a imagem deste porto que Tomé Pires acabaria por transmitir, não sendo aliás o primeiro europeu a fazê-lo, pois Ludovico de Varthema, que ali esteve 5 ou 6 anos antes da conquista portuguesa, já o dissera com menor abundância de detalhes, referindo-se ao seu movimento comercial (VARTHEMA 1863: 224). De igual modo, a informação veiculada por Tomé Pires sobre Java, aonde se deslocou entre Março e Junho de 1513, foi considerada fidedigna quando comparada com outras fontes coevas (NOORDUYN 1976).

CONCLUSÃO

Não dispomos de espaço para aflorar aqui a riqueza informativa do texto de Tomé Pires, já que no plano formal e estilístico, não obstante o encanto que a prosa rude do início de Quinhentos sempre encerra, é um escrito bastante frustrante e confuso, como o próprio Armando Cortesão reconheceu na nota que apresenta o referido *Livro VI* sobre Malaca (COR-

TESÃO 1944: 229 n. 1). Bastaria dizer que não se abre trabalho recente ou tese sobre as origens obscuras do mundo malaio em que o nome de Tomé Pires não surja na discussão dos argumentos.

Gostaria apenas de sublinhar que o interesse pelo texto de Pires radica na informação veiculada em primeira mão, de que se pode colher uma multiplicidade de exemplos. Assim, deve-se-lhe a primeira referência ao Achém, que rapidamente haveria de se tornar no principal rival da Malaca portuguesa (CORTESÃO 1978: 255-257; ALVES 1990: 93). É através dele que ficamos a saber também da existência em Java de 50 mil sufis pertencentes a quatro ordens diferentes e vivendo de acordo com o padrão de pobreza e castidade próprio dos faquires indianos, dos quais ele diz ter visto alguns aquando da sua estadia naquela ilha (CORTESÃO 1944: 177). Sem tal informe, os estudiosos não teriam podido suspeitar sequer da presença deste grupo ascético, difícil de identificar por não ter deixado atrás de si traços visíveis comparáveis aos que foram perpetuados pelos sufis inseridos no tecido social e em confrarias regulares (*tarekat*), a quem se deve toda uma tradição construtora e arquitectónica local que remonta também ao século XV, data dos exemplares mais antigos de mesquita javanesa (WAHBY 2007: 164).

Ao iniciar a descrição das ilhas de Maluco, diz: “noso emtemto nom sera pasar daq por diamte pois pa iso nam há neçesidade somente das Jlhas do crauo he daqi me tornarey pa casa” (CORTESÃO 1978: 338-339). Com efeito, a descrição geopolítica e económica que preside à concepção da obra obedece a um conhecimento assaz estreito do arquipélago malaio que, na verdade nunca será completamente superado até ao dealbar do século XX, porquanto um grande número de ilhas e vastas regiões permanecerão na sombra. Mesmo se o mapa do arquipélago foi sendo razoavelmente bem preenchido ao longo do século XVI, uma descrição das regiões nele representadas continuaria a faltar. Neste sentido, ao compilar o conhecimento possível em Malaca a partir das redes malaia e javanesa, Pires mais não fez do que prefigurar o modelo descritivo de que os europeus – e não unicamente os portugueses – foram herdeiros, a despeito de todos os avanços posteriores.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge M. dos Santos. 1990. "Une Ville Inquiète et un Sultan Barricadé: Aceh vers 1588 d'après le *Roteiro das Cousas do Achém* de l'Evêque de Malaka". *Archipel* 39: 93-112.
- IDEM. 1999. *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- IDEM. 2003. "Três sultanatos malaios do Estreito de Malaca nos séculos XV e XVI (Samudera-Pasai, Aceh e Malaca/Johor). Estudo Comparativo de História Social e Política". Tese de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa.
- ABDULLAH, Taufik. 1989. "Islam and the Formation of Tradition in Indonesia: A Comparative Perspective". *Itinerario*. Número especial 1: 17-36.
- BARBOSA, Duarte. 1813. "Livro de Duarte Barbosa" [ed. Mendes Trigoso]. In *Collecção de Notícias para a História e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas*. Vol. 2, n.º 7. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- IDEM. 1866. *A Description of the Coasts of East Africa and Malabar in the Beginning of the Sixteenth Century, by Duarte Barbosa, Translated from an Early Spanish Manuscript in the Barcelona Library*. Notes and a Preface, by The Hon. Henry E. J. Stanley. Londres: Printed For The Hakluyt Society [reimp. Nova Delhi: Asian Educational Services, 1986 e 1995].
- IDEM. 1921. *The Book of Duarte Barbosa. An Account of the Countries Bordering on the Indian Ocean and their Inhabitants, Written by Duarte Barbosa, And Completed About The Year 1518 A.D. Translated from the Portuguese text, first published in 1812 A.D. by the Royal Academy of Sciences at Lisbon, in Vol. II of its Collection of Documents regarding the History and Geography of the Nations beyond the seas*. Edited and annotated by Mansel Longworth Dames. 2 vols. Vol. II: *Including the Coasts of Malabar, Eastern India, Further India, China And The Indian Archipelago*. Londres: Printed for the Hakluyt Society [reimp. Nova Delhi: Asian Educational Services, 1989].
- IDEM. 1946. *Livro em que dá Relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Introdução e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- IDEM. 1992. *O Livro de Duarte Barbosa*. Introdução e notas de Neves Águas. Lisboa: Europa-América.
- IDEM. 1996-2000. *O Livro de Duarte Barbosa. Edição crítica e anotada*. Prefácio, texto crítico e apêndice por Maria Augusta da Veiga e Sousa. 2. vols. Lisboa: CNCDP / CEHCA-IICT.
- BASSETT, D. K. 1963. "European Influence in Southeast Asia, c.1500-1630". *Journal of Southeast Asian History* 4.2: 135-136.
- BROWN, C. C. e R. ROOLVINK (eds.). 1970. *Sejarah Melayu or Malay Annals*. Kuala Lumpur e Singapura, Oxford University Press.

- CHAUNU, Pierre. 1964. "Pour une histoire économique de l'Insulinde au XVI^e siècle". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 19.2: 317-321.
- CORTESÃO, Armando (ed.). 1944. *The Suma Oriental of Tomé Pires. An Account of the East, from the Red Sea to Japan, Written in Malacca and India in 1512-1515, and the Book of Francisco Rodrigues, Pilot-Major of the Armada that Discovered Banda and the Moluccas. Rutter of a Voyage in the Red Sea, Nautical Rules, Almanack and Maps, Written and Drawn in the East Before 1515*. Edited by Armando Cortesão. 2 vols. Londres: Hakluyt Society.
- IDEM. 1978. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. 2.^a ed. Leitura e notas de Armando Cortesão. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1963-65. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 1.^a ed. 2 vols. Lisboa: Arcádia.
- DE GRAAF, H. J. 1952. "Tomé Pires' *Suma Oriental* en het tijdperk van godsdienstovergang op Java" ["A *Suma Oriental* de Tomé Pires e a era da transição religiosa em Java"]. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* CVIII: 132-171.
- LEUR, J. C. van. 1955. *Indonesian Trade and Society*. Haia: Van Hoeve.
- LOUREIRO, Rui Manuel. 1996. *O Manuscrito de Lisboa da Suma Oriental de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- IDEM. 2002. "O Sudeste Asiático na *Suma Oriental* de Tomé Pires". *Revista de Cultura / Review of Culture*. International Edition 4: 107-123.
- MARRISON, G. E. 1951. "The Coming of Islam to the East Indies". *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society* 24.1: 28-37.
- MEILINK-ROELOFSZ, M. A. P. 1962. *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. Haia: Martinus Nijhoff.
- NOORDUYN, J. 1976. "Concerning the Reliability of Tomé Pires' Data on Java". *Bijdragen tot de Taal-, Land en Volkenkunde* 132.4: 467-471.
- PTAK, Roderich. 2004. "Reconsidering Melaka and Central Guangdong: Portugal's and Fujian's Impact on Southeast Asian Trade Early Sixteenth Century". In Peter Borschberg (ed.). *Iberians in the Singapore-Melaka Area (16th to 18th Century)*. Wiesbaden / Lisboa: Harrassowitz Verlag / Fundação Oriente, pp. 1-21.
- RAMUSIO, Giovanni Battista. 1550. *Primo Volume della Navigazioni et Viaggi*. Veneza: Gli Heredi di Lucantonio Giunti.
- SALLEH, Muhammad Haji. 1998. "Un-writing with the Voice. Orality as a Post-Colonial Literary Apparatus in Malaysian Literature". In Theo d'Haen (ed.). *(Un)writing Empire*. Amsterdam / Atlanta: Editions Rodopi, pp. 135-155.
- VARTHEMA, Ludovico di. 1863. *The travels of Ludovico di Varthema in Egypt, Syria, Arabia Deserta and Arabia Felix, in Persia, India, and Ethiopia, A.D. 1503 to 1508*. Edited by George Percy Badger. Trans. by John Winter Jones. Londres: Hakluyt Society.
- WAHBY, Ahmed E. I. 2007. "The Architecture of the Early Mosques and Shrines of Java: Influences of the Arab Merchants in the 15th and 16th Centuries?" Dissertação de Doutoramento. Vol. 1: "The Text". Bamberg: Otto-Friedrich-Universität.

- WHEATLEY, Paul. 1961. *The Golden Khersonese: studies in the historical geography of the Malay Peninsula before A.D. 1500*. Malaya University Press (reed. 1973, 1980, 2010).
- WINSTEDT, R. O. 1935. "A History of Malaya". *Journal of the Royal Asiatic Society. Malayan Branch* XIII: 1-270.
- IDEM. 1948. "The Malay Founder of Medieval Malacca". *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* XII.3/4 *Past and Present*: 726-729.

**1541-1552 – XAVIER E O SONHO
DE CRISTIANIZAÇÃO DA CHINA:
O PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE**

Cristianismo e Relações Interculturais Europa-China: Sec. XVI e XVII – Elementos de Problematização

LUÍS FILIPE BARRETO*

Os temas e os problemas envolvidos na questão Cristianismo e China são múltiplos e complexos. Julgo que uma primeira fundamentação, o colocar de algumas questões chave, é um procedimento útil para, nestes inícios do século XXI, pensar, de forma realista, a problemática em jogo.

I – O primeiro ponto prévio prende-se com a expansão que leva ao regular e contínuo relacionamento intercultural moderno dos europeus com a China Ming (1368-1644). É bom que os europeus no seu todo e os portugueses na sua individualidade histórico-cultural não pensem essa planetarização como singularidade ou exclusividade.

A necessidade e a possibilidade de expansões marítimas e terrestres é uma constante eurasiática dos séculos XV e XVI (e seguintes) que vemos ocorrer com portugueses, castelhanos, franceses, ingleses, holandeses, mas também no Reino de Moscovo – Rússia com a conquista das Estepes – Ásia Central (conquista de Kazan em 1522, avanço na Sibéria nos anos de 1581, Estreito de Bering em 1648), na Turquia Otomana com um Império Asiático, Europeu e Africano em expansão a partir de meados do século XIV, na Pérsia Safávida, a partir dos anos de 1505-1508 com um Império que se estende do Eufrates a Kandahar e do Cáucaso ao Índico, na China Ming e Qing, com a última expedição de Zheng He, a chegar à “cidade do quadrado celeste” Meca, em 1433 e com a expansão Qing para ocidente,

* Centro Científico e Cultural de Macau

com o Japão à conquista falhada da Coreia (1592) como primeiro passo para a conquista da China.

Expansões globais de economias em parte urbanas, mercantis e financeiras, de impérios da pólvora ou do prestígio cultural e político, das religiões cristã, islâmica, mesmo dos budismos Chen – Zen acontecem, cruzam-se e confrontam-se nestes mundos do mundo, dos séculos XV a XVII. Tempos de abertura múltipla, contraditória, concorrencial, dialogal e conflitual. Na Eurásia destes séculos não existe pois um pólo dinâmico de abertura (Portugal e a Cristandade – Europa), mas sim, um universo internacional e intercultural multipolar e dinâmico que, no plano religioso, manifesta uma alta expansão dos Cristianismos, Ocidental Católico e Oriental Ortodoxo Grego, e dos Islamismos Sunita e Xiita. É aliás esta coexistência, concorrência, conflitualidade, que levará às tentativas sincréticas com o Neoconfucionismo Chinês, tanto do Cristianismo (por via dos missionários jesuítas) como do Islamismo com o filósofo mandarim chinês Li Zhi (1527-1602). Uma idade de aberturas, de constelações globais ditadas pela possibilidade e necessidade em que indivíduos, grupos, sociedades, culturas e impérios, experimentam novos horizontes de saber e de poder.

II – A segunda questão prévia a destacar é a da distância e diferença no relacionamento, internacional e intercultural das Europas da Europa com a China, nos séculos XVI e XVII e nos nossos dias.

Hoje, nos inícios do século XXI, alguns de nós na Eurásia estão bem conscientes de que a *Diferença*, sempre diferença hierárquica, é a ordem da realidade. Nos séculos XVI e XVII, apenas uns, muito poucos, começavam a tecer os fundamentos dessa consciência plural e universal. Quase todos viviam em regime de *Identidade* e de alargamento e expansão dessa mesma identidade aos outros.

Hoje, temos a possibilidade de entender a distância Europa – China como, também diferença aceitável. Nos séculos XVI e XVII, ver essa diferença era um desafio difícil de alcançar e apenas alcançável como diferença de falha e de falta. Hoje temos a possibilidade de ver e saber que todos somos *Outros*, mas nos séculos XVI a XVIII, apenas quase só é possível o ver e o saber do Outro e do Mesmo. Apenas passado mais de meio milénio é que se deu a viragem histórica que permite fortalecer a possibilidade do nosso actual ponto de vista.

Nos séculos desta primeira planetarização moderna estamos frente a ordenamentos bem diversos do mundo, a modos e vias de fazer mundos

com caminhos que até aí pouco se haviam cruzado, tocado e trocado, sem aparentemente mútua implicação essencial.

A revolução agrária neolítica tinha gerado milenares e seculares vias diferenciais mais autónomas que interdependentes. Apenas com a revolução planetária dos séculos XV, XVI, XVII, as sociedades, culturas, impérios e civilizações da Eurásia começam a ser tão interdependentes quanto autónomas. A idade de mais interdependência global que autonomia local apenas vai começar a nascer com a civilização industrial dos séculos XIX e XX.

A chegada dos Portugueses ao Nanyang, Mares do Sul da China, em 1509 (Malaca) marca os inícios de um processo multissecular de encontro e de confronto de dois universos bem diversos de ordenamento e de relacionamento internacionais. Os Portugueses, recém chegados dos Mares Ocidentais (Índico e Atlântico) trazem para o Pacífico Asiático um outro padrão de relações internacionais. Um padrão assente em Estados Dinásticos, em aberta balança concorrencial de poder, entre formalmente iguais, também por via dos seus Impérios extra europeus. Um padrão internacional concorrencial de alta oscilação também conflituosa, ligado e ordenado pelo ideal de Cidade de Deus Universal, de Cristianismo em mundialização concorrencial frente à outra religião de salvação universal (o Islão).

Os mares e as terras da Ásia Oriental, em especial a partir do período da dinastia Tang (618-906), possuem um outro ordenamento e unidade internacionais, uma outra configuração das relações internacionais assente numa hierárquica e estável unidade ditada pelo Budismo, Confucionismo, Estado e Sociedade de via administrativa. Relações internacionais entre desiguais, com uma controlada e harmoniosa concorrência, de lucro e de interesse numa hierarquia estabilizada em torno da hegemonia cultural da Civilização Chinesa. Estatuto hierárquico e hegemónico de região central governada pelo filho do Céu – Imperador. Mundo sinizado que encontra desde cedo um outro pólo, o da Civilização Japonesa, que reclama poder internacional equivalente de regulador global da paz, harmonia, tolerância.

Tendo em conta os pesos demográfico, económico, tecnológico em jogo, os recém entrados, neste espaço, nos séculos XVI e XVII, (Portugueses, Espanhóis, Holandeses, etc.) foram obrigados a um processo de aprendizagem, adequação e acomodação das suas regras internacionais à realidade existente e aos tipos de ordenamento político, diplomático, comercial, habituais na Ásia Oriental. E, no entanto, naturalmente no início sem ainda conhecimento da nova realidade, a prática e a ideia, foi a

de transportar para os Litorais e Mares da China, realidades do Índico e do Atlântico, alcançar feitoria – fortaleza aos moldes do relacionamento internacional imposto com a expansão marítima e mercantil dos canhões e das velas.

A ideia de conquista na e da China é enunciada bem cedo na idade moderna da expansão europeia e atracção asiática. Em Malaca e Cochim, nos anos de 1512 a 1515, o boticário, geógrafo, escrivão e diplomata Tomé Pires (contador e vedor das drogas na feitoria de Malaca e primeiro embaixador europeu à China, em 1517-1521) escreve na *Suma Oriental*, dedicada ao Rei D. Manuel, que: “...*afirmam as pessoas e capitães que muitas vezes foram lá que com dez naus subjugaria o governador da Índia que tomou Malaca, toda a China nas beiras do mar...*”¹.

O sonho de conquista material da China, de subjugação dos Mares e Litorais de Guangdong, vai-se tornar pesadelo político, diplomático e militar entre 1517 e 1522. Mas esta conflitualidade luso-chinesa é também processo de aprendizagem, de busca de posição possível e de relacionamento proveitoso. A emergência de Macau, em 1555-1557, marca o nascimento de uma fórmula de acomodação. Duma cidade portuária internacional sinolusonipónica capaz de possibilitar a instalação de Portugueses (e doutros europeus e asiáticos) na boca de Cantão, ao longo de séculos e séculos e até 1999.

Macau, como doutra forma Nagasaqui, é construção frágil de acomodação, parceria em permanente renovação. Mas a sua existência, com sucessão e sucesso, prova estabelecidos, regulares e contínuos, relacionamentos internacionais (económicos, políticos, interculturais). Durante os séculos XVI e XVII a mera possibilidade de existir cristianismo e cristianização na China Ming e dos inícios dos Qing, pressupõe a existência, manutenção e funcionamento da cidade marítimo-mercantil e financeira de Macau. Macau é a base logística e a plataforma de sustentação e viabilidade do cristianismo moderno na China, dos séculos XVI e XVII e será, do século XVIII até aos nossos dias, no século XXI, uma das aberturas interculturais chave da China com a Europa.

III – A terceira questão chave a colocar como prévio desafio problemático é a da grande distância, grande diferença, entre as Civilizações Europeia e Chinesa. As relações económicas e interculturais, políticas e financeiras, diplomáticas e comerciais, multisseculares, regulares e contínuas (de maior ou menor intensidade) não anulam esta distância máxima

¹ Tomé Pires, *A Suma Oriental*, ed. A. Cortesão, Coimbra, I. Universidade, 1978, pg. 364.

de cosmovisão e de valores: “...a China é o Outro fundamental e, sem o encontro com a China, o Ocidente não conseguirá tornar-se verdadeiramente consciente dos contornos e dos limites do seu Eu cultural...”².

Todos somos Outros mas a diferença de mundos intelectuais entre os Dez Mandamentos e os Sete Pecados Mortais da Civilização Cristã e a Cosmovisão da Sinosfera assente nas Cinco Relações Filiais, nas Cinco Felicidades e nas Cinco Virtudes Morais é a grande divergência civilizacional. Para alguns, por exemplo, Albert Chan –*Orientalism in Sinology*, 2009, e François Julien – *L’Invention de L’Ideal et le Destin de l’Europe*, 2009, essa diferença é de tal modo extensa e intensa que gera uma impossibilidade de compreensão e entendimento, restando tão só, a comparação de diferenças e oposições. Para muitos outros, o reconhecimento de uma essencial diferença e oposição não anula a possibilidade (embora apenas parcial) de mútua compreensão e entendimento, de mútua tradução e interpretação dialogal.

O que é importante hoje, nestes inícios do século XXI, é compreendermos que Europa e China são duas formas bem diversas de fazer mundo e humanidade e que: “...uma definição de nós próprios não pode consistir em nos distanciarmos dos outros como se tratassem de antípodas nem tão pouco em os atrair para o nosso lado como se fossem fac-similes, mas sim em nos situarmos entre eles...”³.

Nos séculos XVI e XVII, no nascimento do relacionamento regular e contínuo, também intercultural, a mútua imagem da Europa e da China é bem mais de antípoda (com aspiração a fac-simile por conquista espiritual ou ritual) do que de posicionamento diferencial, como o hoje possível.

Por maior que seja o relacionamento material e intelectual ou por mais intensa que seja a proximidade, económica e política, a diferença essencial surge sempre em formas mais dialogais ou conflituosas conforme as oscilações dos tempos e dos poderes.

A Civilização Chinesa possui uma forte identidade. É a Civilização etno e autocentrada por excelência. A sua cosmovisão assenta nas hierárquicas Cinco Relações Filiais (wulun): mestre/discípulo; senhor/servidor; pai/filho; marido/mulher; mais velho/mais novo; amigo/amigo. Nas Cinco Felicidades (wufu): riqueza, saúde, longevidade, paz, virtude e nas Cinco

² Umberto Bressiani, *La Filosofia Cinese nel Ventesimo Secolo*, I Nuovi Confuciani, Roma, Urbaniana U. Press, 2009, pg. 19.

³ Clifford Gertz, *Local Knowledge. Further Essays in Interpretative Anthropology*, N. Iorque, Basic Books, 1983, pg. 200.

Qualidades Morais (wuchang): humanidade, sentido do dever, sabedoria, segurança, obediência.

Por maior que seja o diálogo e a transferência de valores civilizacionais entre a Europa e a China, no passado e no presente, a diferença, maior ou menor, existe e permanece. Em termos de relações interculturais, de cristianismo e de cristianização, o reconhecimento e a aceitação desta diferença de vias e de resultados civilizacionais, obriga a pensar em termos de mútua aculturação, de sincretismo e de acomodação e não em termos de conquista espiritual. O conseguir pensar e actuar neste horizonte de Outros tão diversos foi, nos séculos XVI e XVII, e é hoje o grande desafio em jogo no relacionamento Europa – China.

IV – O quarto ponto prévio é o de uma chamada de atenção para o imenso peso da China e da Civilização Chinesa à escala global. Nos séculos XVI e XVII, a China é o grande pólo demográfico do planeta, com cerca de 180 a 230 milhões de habitantes, a primeira economia mundial com um produto interno bruto manufactureiro apenas superado pela Europa nos inícios do século XIX, com uma moeda padrão internacional no Nanyang e na Ásia Oriental.

Estas dimensões demográfica e material ajudam a entender o estatuto internacional e civilizacional da China no mundo da primeira modernidade global e também na actual globalização do século XXI com o seu bilião e mais de trezentos milhões de habitantes em desenvolvimento acelerado, segunda economia e primeira potência financeiras mundiais.

Do século XVI até à primeira metade do século XVIII, assistimos a um grande impacto das culturas, material e intelectual, chinesas na Europa e nos europeus, sobretudo entre as elites urbanas, económicas, políticas e culturais. É a idade da China como modelo administrativo, económico, social, que apenas a partir de 1750 a 1830 desaparece, quase por completo, sendo substituída por uma imagem da China imóvel, fechada, atrasada, devido à grande divergência da Civilização Industrial.

Em Quinhentos e Seiscentos, a Cristianização da China, pensada maioritariamente como conquista espiritual é um projecto que se destina ao paraíso terreal das manufacturas das sedas e porcelanas, ao centro do mundo económico global da época que suga a moeda e os metais preciosos ocidentais (sobretudo a prata americana), à civilização tomada como padrão ou comparação com a Europa das Cristandades.

A China como economia, sociedade e civilização que desperta o interesse das Europas da Europa, que se torna moda de consumo e opinião, conhecimento e debate, pode ser sinalizada através de dois breves

exemplos. Um primeiro, satírico, que revela a actualidade do “... *grande imperador da China...*” quando Miguel de Cervantes, na Dedicatória da segunda parte do *Don Quijote de la Mancha*, Madrid, 1615, revela ter recebido uma carta convite em caracteres chineses do imperador da China para aí fundar “...*um colégio onde se lesse a língua castelhana...*” sendo ele o reitor e tomando como livro básico de ensino, a própria *História de Don Quijote...* Um segundo, de espelho crítico, enunciado pelo Padre Manuel da Costa, S.J. (1601-1667) na *Arte de Furtar*, Amesterdão?, 1652 “...*mandar à China dois pares deles (estudantes mais hábeis)...para estudarem a Medicina, com que todo aquele vastíssimo Império se cura, que sem controvérsia é a melhor do mundo...e melhor fora irmos lá buscar esta ciência para reparar a vida, que as porcelanas quebram...*”⁴.

A China como destino máximo das Europas da Europa dos inícios de Seiscentos está bem presente nestes enunciados que transmitem a multiplicidade e a atracção dos negócios da China, das “...*preciosas coisas da China...*” (Luís Mendes de Vasconcelos, 1608).

A Cristianização da China é, não apenas o sonho de superar a distância máxima civilizacional, como, também o desejo de vencer espiritualmente uma balança de trocas altamente desfavorável no plano material, porque na Europa e nas Neoeuropas Americanas a “...*porcelana é a droga que mais facilmente se vende...*” (Anónimo, 1758).

V – Todas estas questões prévias, traçadas no arco temporal passado – presente, possibilitam agora olhar para a problemática de uma forma bem mais realista, como desafio e dificuldade, como obstáculo e possibilidade, no relacionamento intercultural Europa – China. Relacionamento, possivelmente, entre as duas mais fortes civilizações e conjuntos imperiais em busca de predomínio global neste meio milénio de modernidades.

A ideia de conquista tão só espiritual da China começa a surgir em meados de Quinhentos, na mesma altura em que vai nascendo a função Macau de pacífico comércio internacional e de relacionamento político e intercultural dos Europeus (Portugueses) nos Mares e Litorais da China, ou seja, de consciência objectiva da impossibilidade de conquista territorial e material.

Em carta do Estreito de Singapura, juntamente com Malaca a fronteira ocidental última dos Mares da China, a 21 de Julho de 1552, Francisco

⁴ Manuel da Costa, *Arte de Furtar*, ed. R. Bismut, Lisboa, I. Nacional, 1991, pgs. 75-76.

Xavier informa que: "...*eu vou às ilhas de Cantão...com esperança que algum mouro ou gentio me levará à terra firme da China...*"⁵.

A ideia e o ideal de moderna cristianização da China parte dos Mares e Litorais para as Terras Continentais e Interiores acompanhando os caminhos dos relacionamentos económicos e políticos, marítimos e financeiros. Nos séculos XVI e XVII, a viagem europeia à China, é essencialmente marítima e litoral e o viajante, mercador ou missionário, marinheiro ou nobre, funcionário ou diplomata, é um visitante ao outro poço maior da global planetarização.

O desejo de Francisco Xavier, cheio de dúvidas e incertezas "...*e se Deus nosso senhor não abrir caminho na China...*"⁶, aposta na hipótese de chineses islâmicos ou budistas possibilitarem o acesso ao cristianismo da China Insular à China Continental. Hipótese infundada pois este acesso será fruto do comércio internacional global sinolusonipónico em parceria com a burocracia neoconfuciana estatal.

Os mares de incerteza e de dúvida quanto à cristianização da China, no arranque dos meados de Quinhentos, surgem-nos exemplarmente enunciados pelo mercador escritor e irmão noviço jesuíta Fernão Mendes Pinto na certidão de nascimento de Macau aí escrita a 20 de Novembro de 1555: "...*me parece que não há maior engano do que cuidar que em algum tempo naturalmente possa haver alguns cristãos chins senão se Deus fizer outros de novo, porque estes que ao presente há na terra é por demais falar nisso...*"⁷.

Em Macau, no acto do seu nascimento em língua portuguesa, o notário histórico – cultural afirma a impossibilidade dum relação intercultural que leve à cristianização, à conquista intelectual da China pela Europa. No micro espaço de rede planetária que concretiza a parceria de relacionamento pacífico, marítimo, mercantil, financeiro, intercultural, afirma-se a impossibilidade dum relacionamento desigual de aculturação moderna da China pela Europa. E, no entanto, os caminhos do sincretismo do cristianismo missionário jesuíta com o neoconfucionismo estatal chinês, foram nascendo e crescendo de tal modo que passados cerca de setenta e cinco anos, o cristianismo moderno na China descobre os primeiros sinais dum Cristianismo Chinês Antigo contemporâneo dos Budismo e Islamismo chineses.

⁵ *Epistolae S. Francisci Xaverii*, ed. G. Schurhammer e I. Wicki, Roma, M.H.S.I., 1996, vol II, pg. 472.

⁶ *Epistolae S. Francisci Xaverii*, ed. cit., pg. 476.

⁷ *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, ed. R. Catz e F. M. Rogers, Lisboa, Presença, 1983, pg. 61.

Entre 1623 e 1625, nos arredores do santuário taoista de Louguantai, a cerca de noventa quilómetros de X'ian, é descoberta a estela em caracteres chineses intitulada “Memorial da Propagação na China da Religião Luminosa vinda de Daqin”. A religião luminosa (jinqjiao) em causa é o Cristianismo vindo do Império Romano Oriental, de Nestorianos, Persas e Sírios e a estela escrita em 781 é um sincretismo da teologia cristã oriental com o taoísmo⁸.

A partir do século XVII, o cristianismo europeu na China, em sincretismo com o neoconfucionismo, descobre a existência do cristianismo chinês, sincretizado ao taoismo, autorizado por édito imperial Tang, a partir de 638 e com grandes períodos de afirmação nos anos 650-683 e 712-755. Descobre também que o destino do Cristianismo Chinês se cruzou com o do Islão e do Budismo de forma concorrencial. O édito imperial de 845 proíbe as “religiões dos estrangeiros” afirmando a vitória do Budismo Sinizado contra o Zoroatrismo, o Cristianismo Nestoriano e o Islão, que a partir da conquista da Pérsia, em 642-652, se encontra às portas da China e senhoreia as rotas terrestres internacionais da seda.

A partir de meados de Seiscentos sabe-se que existem duas realidades bem diferentes e que são o Cristianismo Chinês e os projectos da modernidade europeia e ocidental de Cristianização da China. Duas realidades fruto de diversos tempos e caminhos, terrestres e marítimos, num relacionamento intercultural eurasiático. Sabe-se também que os caminhos do Cristianismo na China implicaram sempre a acomodação, a sincretização, a sinização possível com o taoismo e o neoconfucionismo. Foi impossível, desde os Tang aos Ming e Qing, a imposição de uma outra via de valores individuais e sociais contrária ao essencial das tradições civilizacionais da China. Foi possível uma entrada e instalação na China por via da sinização e, no entanto, essa via foi alcançada e teve grande êxito com o Budismo e ficou sempre residual e minoritária com o Cristianismo⁹.

As aventuras e desventuras do Cristianismo, mas também do Budismo e do Islamismo na China, mostram que as grandes religiões, culturas e civilizações possuem mecanismos próprios de identidade essencial: “... esta diversidade resulta em grande medida do desejo de cada...se opor às que a rodeiam, de delas se distinguir, numa palavra de ser si mesma... não se ignoram, trocam-se frequentemente mas, para não morrerem,

⁸ Veja-se Michael Keevak, *The Story of a Stele. China's Nestorian Monument and Its Reception in the West, 1625-1916*, H. Kong, H. Kong U. Press, 2009.

⁹ Veja-se Erik Zürcher, *Boudhisme, Christianisme et Société Chinoise*, Paris, Julliard, 1990.

*é necessário, que entre outras relações, persista entre elas uma certa impermeabilidade..”*¹⁰.

O que estes tempos da mais longa duração milenar revelam é que os caminhos da troca material e espiritual e do mútuo conhecimento são realidades objectivas que não anulam a *Diferença* enquanto existirem *Identities* como a Europa e a China.

¹⁰ C. Lévi-Strauss, “Race et Culture (1971)” in *Le Regard Éloigné*, Paris, Plon, 1983, pg. 15. Sobre os diferentes caminhos de modernidade Europa-China, veja-se R. Bin Wong, *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience*, Ithaca, Cornell U. Press, 1997.

São Francisco Xavier e a aprendizagem do Extremo Oriente Asiático

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA*

A Expansão Portuguesa iniciou-se em 1415 com a conquista de Ceuta. A tomada deste porto estratégico para o controlo do comércio entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte encaixava-se simultaneamente na lógica da Cruzada. De facto, a formação do Império Português obedeceu sempre a um feixe de diferentes motivações, em que se contava o desejo genuíno de alargar a Cristandade.

Os Portugueses chegaram à China 98 anos depois da vitória de Ceuta, mas só no final do século XVI é que os missionários conseguiram iniciar o seu trabalho apostólico no interior do Celeste Império, fora da cidade de Macau. O relacionamento luso-chinês assentou numa ligação pacífica, sustentada pelo comércio, mas o estabelecimento de bases de confiança mútuas demorou décadas.

São Francisco Xavier, um dos fundadores da Companhia de Jesus, foi o religioso que provocou uma mudança de paradigma no modo como a Igreja e o Império encaravam a propagação do Cristianismo. O jesuíta morreu às portas da China, na ilha de Sanchuão, a 3 de Dezembro de 1552, mas a sua acção na Ásia foi determinante para o desenvolvimento de uma relação de confiança entre portugueses e chineses, como veremos nas linhas que se seguem.

* Universidade Católica Portuguesa: CEPCEP. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: CHAM.

A DESCOBERTA DO EXTREMO ORIENTE ASIÁTICO

Quando chegaram à Índia, em 1498, os Portugueses desconheciam completamente o Extremo Oriente da Eurásia. O Livro de Marco Polo falava no Império do Cataio e na ilha de Cipango, mas a Coroa lusa nunca se preocupou com a busca dessas terras, apesar de Cristóvão Colombo ter navegado para Ocidente precisamente na expectativa de encontrar o Cipango. A primeira súplica sobre os potentados asiáticos, trazida por Vasco da Gama, só abarcava a orla costeira asiática até ao Sueste Asiático, mas em 1500 Pedro Álvares Cabral foi convidado a instalar a feitoria de Calicute no mesmo local onde outrora fora edificado um entreposto chinês.

Como é sabido, entre o século XIII e o primeiro terço do século XV, a China fora a maior potência do Oceano Índico, mas retirara-se desde 1433, no final das célebres viagens do almirante Zheng He, e os mercadores chineses só navegavam até Malaca. O Japão, por sua vez, era desconhecido na Índia e no Índico e os próprios nipónicos também pouco sabiam sobre o mundo exterior, salvo da existência da China e da Coreia, a que juntavam uma ideia vaga sobre a Índia por ser a pátria do Buda. Nos primeiros contactos com o mundo oriental, os Portugueses logo deram conta da circulação de produtos interessantes que eram fabricados por esses misteriosos “chins”, nomeadamente uma louça vidrada. As primeiras peças de porcelana chegaram cedo a Portugal, pois em 1504 já são referenciadas na corte castelhana como uma oferta do monarca luso.

Em 1508, ao enviar uma armada a descobrir Malaca, D. Manuel I instruiu o capitão-mor para inquirir sobre os chineses: devia averiguar a sua grandeza e poder, a sua religião e os seus negócios. E foi precisamente em Malaca que se deram os primeiros contactos luso-chineses, em 1509, aquando da chegada da armada de Diogo Lopes de Sequeira à cidade. Os mercadores muçulmanos conspiraram contra os cristãos e não houve acordo, mas gerou-se então uma simpatia entre portugueses e chineses. Dois anos depois, Afonso de Albuquerque conquistou a cidade e já contou com o apoio discreto dos comerciantes chinas. Malaca era a grande placa giratória que ligava os mercados do Pacífico Ocidental e da Insulíndia com o resto do mundo. Por isso, logo após a conquista da cidade, Albuquerque enviou missões diplomáticas ao Pegu e ao Sião e enviou uma expedição em busca das Molucas. O Pegu assegurava o fornecimento de arroz, o Sião era a potência hegemónica da Indochina que tinha de ser apaziguada e as Molucas eram o fornecedor do cravo, da maça e da noz-moscada que faziam de Malaca o seu reexportador

mundial. Estas eram as prioridades para a viabilização de tão ousada expedição militar.

Assegurada a sobrevivência do porto malaio em todas as suas vertentes, os Portugueses procuraram alargar a rede de negócios; assim, em 1513 chegaram a Cantão os primeiros enviados do capitão de Malaca, e o comércio luso-chinês desenvolveu-se rapidamente. Os anos que se seguiram foram de euforia, pois os mercadores que demandavam o Mar da China obtinham ganhos elevadíssimos. Havia bastado quinze anos para que os Portugueses, descobridores da Índia, atingissem o Celeste Império. No entanto, este primeiro encontro assentou apenas em trocas comerciais, sem que se criasse um estabelecimento luso no território chinês. D. Manuel I entusiasmou-se com as notícias que lhe chegavam do Extremo Oriente e tentou criar uma nova rota das especiarias ligando a ilha de Samatra à China meridional; em 1521, enviou uma esquadra com a missão de erguer uma fortaleza nas imediações de Cantão, mas, entretanto, os Chineses tinham começado a encarar com desconfiança o poderio português e proibiram os recém-chegados de continuar a comerciar nos seus portos. A cordialidade inicial deu lugar à hostilidade e ao conflito.

Há que referir que o aparecimento dos navios portugueses no Mar da China foi um acontecimento perturbador na óptica da geo-estratégia chinesa. Civilização milenar, a China nunca encarara a fronteira marítima como uma ameaça. Situada nos confins da Eurásia, não tinha nas redondezas nenhuma potência capaz de tentar a invasão pelo mar. Nos últimos séculos, o seu litoral era flagelado pela pirataria japonesa (os célebres *wako*), que perturbava as populações costeiras, mas que não punha em causa a integridade do Império do Meio. A fronteira terrestre, pelo contrário, era a grande preocupação e fora protegida pela célebre Grande Muralha, cuja primeira construção remontava ao século III AC. A geo-estratégia chinesa assentava, assim, quase sempre numa atitude defensiva focada na ameaça que vinha do interior da Ásia. O aparecimento de um povo estranho nas suas águas, com a fama de ter conquistado cidades poderosas, apesar de pertencer a um reino longínquo, e com um potencial militar significativo, perturbou naturalmente a corte imperial. Numa época em que os Ming acabavam de reconstruir boa parte da Grande Muralha, o aparecimento deste povo ameaçador provocou uma reacção violenta própria de um estado que se sentia acossado e que conservava a memória de inúmeras invasões de que a mais brutal e a mais humilhante fora a dos Mongóis, que se haviam assenhoreado de todo o império entre 1279 e 1368.

O primeiro contacto entre as gentes do Extremo Ocidente e do Extremo Oriente gerou, pois, um equívoco, pois embora ambas as partes desejassem desenvolver o comércio pacífico, o desconhecimento das práticas culturais do interlocutor contribuíram decisivamente para que sobreviesse a desconfiança e se chegasse à ruptura. Com efeito, se os Chineses tinham uma longa experiência de agressões por potências externas, os Portugueses chegaram à China com a experiência da Índia, em que a imposição dos seus interesses se fazia a tiros de canhão contra os rivais muçulmanos. Paradoxalmente, foi na China, que não era uma potência islâmica, que o expansionismo manuelino fracassou, apesar da superioridade da sua tecnologia militar naval; deu-se, na verdade, um desajustamento civilizacional que provocou equívocos e que ambas as partes demoraram a superar. Assim, em 1522/1523, a guarnição de Malaca receava a ocorrência de um grande ataque chinês e as autoridades de Cantão prepararam-se para a invasão portuguesa.

Neste primeiro encontro (1513-1522) a questão religiosa parece ter estado completamente ausente do relacionamento luso-chinês. É provável que alguns clérigos estiveram em Cantão nomeadamente aquando da presença das armadas enviadas pela coroa, como as que foram comandadas por Fernão Peres de Andrade, em 1517, e pelo seu irmão, Simão de Andrade, em 1519. No entanto, não encontramos neste período nenhuma preocupação com o anúncio do Evangelho na China, o que se adequava às práticas do tempo. Com efeito, neste período, nem a coroa nem a Igreja tinham desenvolvido uma política de propagação sistemática do Cristianismo. Vivia-se o período conturbado de crise religiosa que levou ao Cisma Protestante e à Reforma Católica, mas ainda não tinham sido encontradas as respostas para fazer despontar uma Igreja mais militante. É particularmente significativo que em 1527, ao reformar os regimentos das fortalezas do Império, D. João III tenha determinado que cabia aos respectivos capitães (e não aos vigários) a tarefa de tentar atrair as populações vizinhas ao Cristianismo.

Entretanto, o Japão continuava a ser ignorado, do mesmo modo que o Cipango não era procurado. Na sua *Suma Oriental*, Tomé Pires referiu a existência deste reino insular a Leste da China, mas nenhuma outra fonte portuguesa se lhe referiu nos anos seguintes e nenhum capitão ou aventureiro partiu em busca dessa ilha distante. O facto de os Portugueses não poderem invernar na costa da China ajuda a perceber este facto; a costa do Celeste Império marcava, por então, o limite dos interesses lusos na região.

O ESTABELECIMENTO DOS PORTUGUESES NOS MARES DO EXTREMO ORIENTE ASIÁTICO

O fracasso do encontro luso-chinês de 1513 a 1522 levou a um corte de relações oficiais, mas os mercadores de ambos os lados cedo tentaram superar o mal-entendido. Sabemos que em 1527 os navios mercantis chineses já fundeavam de novo em Malaca. Eram bem recebidos pelos oficiais de coroa portuguesa que tinham consciência da grande importância do trato chinês para a prosperidade do porto malaio. Os mercadores privados portugueses que frequentavam as rotas a Leste de Malaca também regressaram discretamente às águas do Mar da China, mas não podiam contar com uma recepção acolhedora por parte das autoridades chinesas. Vindos da Insulíndia e dos portos do Sião e do Camboja, os Portugueses não ofereciam produtos diferentes dos que eram levados pelos mercadores asiáticos, pelo que não eram um parceiro interessante, sobretudo quando eram tidos como um povo agressivo e perigoso para a segurança do Celeste Império.

Apesar da hostilidade dos mandarins, centenas de aventureiros portugueses demandaram a costa chinesa entre 1523 e 1543. A sua vida errante a arriscada está retratada admiravelmente por Fernão Mendes Pinto na sua *Peregrinação*, uma obra que não pode ser lida como se fosse uma crónica, mas que nos proporciona um excelente retrato da vida quotidiana desses homens. Tanto eram piratas como eram “honestos” comerciantes; andavam de porto em porto trocando mercadorias, tendo por base principal a cidade de Malaca ou algum porto da Indochina. Os que sobreviviam, enriqueciam mas podiam perder a vida na viagem seguinte, fosse por causa da fúria dos elementos, fosse devido às feridas sofridas em combate. Indiferente à deambulação dos aventureiros, a Leste de Malaca, a coroa portuguesa só intervinha nas Molucas.

A persistência dos aventureiros tornou a sua presença cada vez mais regular em zonas a norte de Cantão; embora muitos destes homens tivessem os seus próprios navios, em diversas ocasiões associavam-se a outros asiáticos e incorporavam-se nas suas tripulações. Apesar da sua origem europeia, estes aventureiros falavam as línguas comuns ao mercadejar da região, e Fernão Mendes Pinto deixou-nos testemunhos de que sabia falar tanto malaio como japonês, por exemplo. Foi assim que, em 1543, três portugueses se associaram a um capitão chinês, cujo junco foi arrastado por uma tempestade até ao Japão. Este acontecimento fortuito provocou uma alteração radical da presença lusa na região.

O Império do Sol Nascente vivia semi-isolado do mundo, pelo que o aparecimento dos *nanbanjin* (os bárbaros do Sul) causou surpresa logo seguida de uma enorme curiosidade. A chegada dos Portugueses pôs os nipónicos em contacto com uma realidade completamente desconhecida: por um lado a grandeza e a configuração do próprio planeta, e por outro a extraordinária riqueza da sua fauna e flora, bem como da própria raça humana, mais a prodigiosa capacidade inventiva da Humanidade. Da miríade de novidades que pasmaram as gentes das ilhas do Sol Nascente, realce-se a constatação de que existiam homens de pele negra e a descoberta das armas de fogo. Embora a pólvora tivesse sido inventada pelos Chineses há muitos séculos, os Japoneses não dispunham nem de espingardas nem de canhões no seu arsenal bélico, apesar de viverem há mais de cem anos uma guerra civil que parecia interminável. Tanto a lenda de Fernão Mendes Pinto como os registos coevos nipónicos referem que os descobridores do Japão tinham consigo uma espingarda e que a arma deu logo nas vistas. Na verdade, seis anos depois deste primeiro encontro, ocorrido na ilha de Tanegashima, já existiam fábricas de espingardas no Japão, e a arma viria a revolucionar as tácticas militares e a abreviar o conflito interno.

Além de terem despertado o interesse dos Nipónicos pelo exótico, os Portugueses mostraram-se igualmente um parceiro comercial interessante. De facto, o Império Japonês estava de relações cortadas com o Chinês pelo que as relações mercantis entre ambos estavam bloqueadas. Sendo um elemento neutro nesse conflito, e tendo uma prática de intermediação começada com as caravelas na costa ocidental africana, os *nanbanjin* estavam disponíveis para reanimar o habitual jogo de trocas de seda chinesa pela prata japonesa, o que coincidiu com uma fase de grande crescimento da extracção mineira no país do Sol Nascente. Ao aparecerem na costa chinesa não com as especiarias e as madeiras aromáticas do Sul, mas com a prata nipónica, os Portugueses tornaram-se muito mais interessantes para as autoridades do Celeste Império, mesmo que continuassem a ser encarados como uma ameaça militar. Depois da descoberta do Japão, os Portugueses começaram por obter portos temporários no litoral chinês; além de trazerem a prata, os Portugueses combatiam a pirataria que infestava a região, pelo que representavam simultaneamente um bom parceiro comercial e um factor de protecção suplementar.

Foi neste contexto que os mandarins de Cantão acabaram por autorizar a fixação dos aventureiros lusos na foz do rio das Pérolas, a partir de 1554. Foram, pois, precisos dez anos, para que o trato do Japão fosse suficientemente importante para que a China cedesse e permitisse a ins-

talação permanente dos Portugueses num ponto do seu império. A coroa lusa estabelecera, entretanto, o monopólio do trato sino-nipónico em 1550 confiando-o anualmente a um concessionário que devia congregar a fazenda de todos os mercadores interessados no negócio. A grande nau saía de Goa e fazia escala no Sueste Asiático e na China, antes de chegar ao Japão; a partir de 1557 passou a fundear em Macau, e o pequeno porto transformou-se rapidamente numa grande escápula do comércio oceânico e prosperou nas décadas seguintes. Apesar da desconfiança para com os estrangeiros, os mandarins habituaram-se ao relacionamento com os Portugueses e a posição lusa enraizou-se de tal forma que resistiu quer ao colapso da rede de negócios oceânicos do Estado da Índia sob o ataque dos Holandeses, quer à mudança dinástica ocorrida aquando da conquista da China pelos Manchus.

No Japão, os mercadores portugueses experimentaram vários portos da ilha de Kyushu ao longo da década de 50, até que o de Hirado se tornou no preferido, pela sua localização, na costa ocidental desta ilha. Todavia, o daimio local hostilizou o Cristianismo e os missionários que, entretanto, se tinham fixado na ilha procuraram um porto alternativo que fosse igualmente interessante para os mercadores, mas que se situasse no território de um protector da missão. O feudo de Omura foi o eleito e, ao cabo de várias tentativas mal sucedidas, a nau do trato passou a fundear em Nagasaki, a partir de 1570. Pequeno porto de pescadores, como Macau, Nagasaki tornou-se rapidamente numa cidade cosmopolita e única pois desenvolveu-se dentro do modelo urbanístico e cultural nipónico, mas sendo habitada quase só por cristãos. Nagasaki foi a base dos Portugueses no Japão, até que o xogunato os expulsou definitivamente, em 1639.

UM NOVO PARADIGMA MISSIONÁRIO

O estabelecimento dos Portugueses no Extremo Oriente Asiático decorreu na mesma época em que a Igreja começava a mudar de atitude em relação à propagação do Evangelho pelo mundo. A Reforma Católica dava os primeiros passos e a nova missão foi logo impulsionada pelos primeiros ventos de mudança. Associada ao avanço dos Conquistadores nas Índias de Castela, praticamente limitada aos entrepostos controlados pelos Portugueses no resto do mundo, a Igreja ainda não actuava sistematicamente em territórios sujeitos a reis não cristãos, seguindo a tradição da Cruzada que entendia o alargamento do poder cristão como fase prévia ao trabalho apostólico.

Nos primórdios da renovação do Catolicismo, emergiu a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola. A nova congregação foi autorizada pelo papa em 1540 e despertou de imediato o interesse d'el-rei de Portugal. Dois dos seus fundadores foram enviados à corte de D. João III: o português Simão Rodrigues e o basco Francisco de Xavier. O monarca apreciou o seu dinamismo e convidou o padre Francisco a partir para a Índia, e este embarcou na armada de 1541, que levava Martim Afonso de Sousa, o novo governador da Índia. A viagem foi atribulada, e os navios tiveram de fazer uma escala demorada em Moçambique, pelo que Xavier só desembarcou em Goa no ano seguinte.

Movido pelo forte espírito de renovação característico das instituições recém-fundadas em tempo de mudança, o padre Francisco não se adaptou ao modelo de actuação dos clérigos que viviam no Estado da Índia e não quis ficar confinado às terras sob o controlo de Goa. Apaixonado pela sua vocação, Xavier impressionou vivamente os seus contemporâneos, embora criticasse veementemente os costumes da sociedade colonial. Da Índia passou às Molucas; na viagem de regresso, estando em Malaca à espera da monção favorável, foi interpelado por alguns dos aventureiros que tinham sido os pioneiros das relações luso-nipónicas, entre os quais Jorge Álvares e Fernão Mendes Pinto. Aqueles homens que traziam com eles três japoneses, de que o mais importante era um samurai de nome Anjirô, falaram com o jesuíta sobre as maravilhas do arquipélago do Sol Nascente e sobre o povo nipónico.

Os Portugueses sempre haviam tido pouca admiração pelos Chineses, o que é explícito logo na *Suma Oriental* de Tomé Pires, mas ganharam desde cedo uma grande estima pelos Japoneses. A sociedade dos samurais, impregnada de um sentido da honra que podia levar ao *seppuku*, ajustava-se mais ao perfil psicológico destes aventureiros, muitos deles pequenos nobres que tinham trocado o serviço militar pelo comércio, mas que não haviam perdido o seu *ethos* social, impregnado dos valores da cavalaria. Além disso, no caso do Japão, não se repetia a desconfiança dos Chineses; pelo contrário, os Portugueses eram procurados e inquiridos por inúmeros curiosos que queriam saber mais sobre o mundo exterior.

Jorge Álvares, autor da primeira descrição do país e do seu povo, afirmou que havia japoneses que andavam durante três dias para irem ver o navio dos *nanbanjin*, a fim de observarem os homens negros. A facilidade no relacionamento e o espírito curioso dos nipónicos levaram os aventureiros a convidar o missionário a ir anunciar o Evangelho ao Japão. Xavier entusiasmou-se com a ideia, e simpatizou com os japoneses que tinha diante de si, e decidiu que iria prosseguir a sua acção missionária no

país do sol Nascente, depois de reorganizar os trabalhos da Companhia na Índia. É verdade que alguns clérigos já tinham transposto as fronteiras do Estado da Índia e que haviam mesmo conseguido a conversão de toda uma casta do sul da Índia – os Paravas; Frei Gaspar da Cruz, um dominicano, deambulava pela China e descrevera o país num relato que haveria de ser impresso em Portugal no ano de 1570, mas a os padres não se tinham internado Índia adentro, nem sequer no território do Império de Vijayanagar, que era hindu e que mantinha boas relações com Goa.

Ao decidir que partia para o Japão, o padre Francisco estava a inaugurar uma nova era na História da propagação do Cristianismo, pois a Igreja do Padroado Português do Oriente começava uma prática, que jamais abandonaria, de dispor de uma parte do seu clero em territórios sujeitos a soberanos não cristãos, o que se tornaria depois numa prática comum da Igreja Católica e das outras igrejas missionárias. Até então predominara a expectativa de que o simples contacto dos gentios com o Cristianismo, os atrairia ao baptismo, mas décadas de convivência sem grandes adesões carecia de uma nova atitude. Por meados do século XVI, finalmente, a Igreja começou a desenvolver corpos de clérigos dedicados exclusivamente à missão – ao anúncio do Evangelho aos não cristãos. Depois, a acção do jesuíta no país do Sol Nascente gerou novos sinais de mudança nas práticas da evangelização moderna.

REAPRENDER A EVANGELIZAR

A propagação do Cristianismo na época moderna decorreu no âmbito de um processo expansionista europeu que criou diversos impérios ultramarinos. Estas estruturas intercontinentais assentavam no controlo das vias de comunicação planetárias (as rotas oceânicas) e num conceito de superioridade civilizacional que se baseava, sobretudo num conhecimento científico mais completo e numa tecnologia militar mais eficaz, a que se juntava a Fé de que a sua religião era a verdadeira e estava, por isso, acima das outras, que eram tidas como obra do Demónio. A Europa cedo ganhou a convicção de que lhe cabia “civilizar” o mundo, e a hegemonia mundial que conseguiu manter durante vários séculos criou-lhe a ilusão de que estava de facto a moldar a Humanidade aos seus valores.

A evangelização na época moderna decorreu, assim, no âmbito de uma acção imperial e colonial, e mesmo os missionários que actuavam fora das áreas sob administração das potências europeias, *grosso modo*, comungavam deste conceito de superioridade civilizacional europeia e

cristã. A Igreja foi, pois, uma das armas do expansionismo europeu; a conversão dos povos conquistados ou aliados favorecia os interesses dos impérios coloniais, e a criação de comunidades cristãs noutras regiões facilitava o desenvolvimento dos negócios e aumentava a influência da Europa pelo mundo. A acção dos missionários do Padroado Português do Oriente na China e no Japão inseriu-se, sem dúvida, nesta dinâmica, o que foi compreendido inclusive pelas autoridades sónicas e nipónicas.

Assim, as condições em que decorreu a expansão missionária eram muito diferentes das que tinham estado na base da cristianização da Europa, ao longo do primeiro milénio. Nesse longo período de acomodação dos povos europeus aos valores do Evangelho, os anunciadores da Palavra de Cristo nem eram apoiados por estruturas de poder imperiais, nem queriam impor um paradigma civilizacional previamente definido. Na verdade, a conversão da Europa fez-se lentamente num esforço sistemático dos padres para ajustar os princípios básicos da mensagem do Evangelho às práticas religiosas e à moral dos pagãos, e os padres dispersos pelos confins da Europa dispunham de uma margem razoável de improviso.

No entanto, quando as caravelas e as naus começaram a ligar as partes do mundo como nunca sucedera antes, a memória dessa adaptação lenta e sistemática perdera-se e os Católicos encaravam a sua doutrina e as suas práticas como se se tratasse da verdade saída directamente das exortações de Jesus Cristo. Esta convicção, aliada à ideia geral de superioridade europeia, levou os missionários a terem então muito maior dificuldade em aceitar as práticas culturais dos povos ultramarinos; além disso, a Igreja dispunha agora de um sistema de comunicação muito eficaz que levava toda a informação até à Cúria papal tão depressa quanto os circuitos o permitiam. Ferida pelo cisma protestante, a Igreja Romana enveredou por uma política de uniformização dos ritos e o Concílio de Trento aguçou a desconfiança relativamente à introdução de práticas dos povos ultramarinos no quotidiano dos cristãos. Fechados no castelo civilizacional europeu, os dirigentes da Igreja não tinham sensibilidade para compreender a especificidade do trabalho missionário em territórios longínquos, mesmo quando os religiosos instalados nessas paragens distantes alertavam para a necessidade de respeitar as culturas locais e de acomodar as práticas cristãs às culturas locais.

Assim, a missiões iniciada por meados do século XVI caracterizou-se por um grande desejo de criar nas partes ultramarinas novas comunidades cristãs iguais às que existiam na Europa. Apesar de navegarem durante meses e se afastarem do berço da sua civilização, os missionários desembarcavam “do outro lado do mundo” sem terem sido confronta-

dos com outras práticas civilizacionais, e as cidades onde desembarcavam eram desde logo reproduções das urbes metropolitanas. Por isso, muitos dos clérigos que deixaram a Europa nunca tiveram de lidar verdadeiramente com outras civilizações, até porque o próprio clero era predominantemente (ou mesmo exclusivamente) europeu. Notamos, assim, que a missão da época moderna funcionou em moldes muito diferentes dos que haviam possibilitado a cristianização da Europa, ao longo do primeiro milénio, o que não viria a suceder de forma tão clara nem no Japão nem na China.

Figura ímpar, Francisco de Xavier iniciou o seu trabalho apostólico imbuído do espírito do seu Tempo e determinado a viver exclusivamente de acordo com os valores da civilização cristã. No entanto, ao perceber que a sua fidelidade a um paradigma estranho aos povos com que convivía lhe retirava a capacidade de ser escutado por esses mesmos povos, decidiu que devia abdicar de algumas das suas práticas “europeias”. O primeiro episódio ocorreu no Japão, quando o missionário trocou os seus trajes humildes por uma veste aparatosa e rica, a fim de ser escutado na corte do daimio de Ouchi. Foi, aparentemente, um pequeno gesto, mas representou um esforço significativo, e hoje é visto como um acto precursor do modelo da acomodação missionária. O facto mais curioso é que, hoje, este processo de inculturação, levado a cabo por uma parte da Igreja missionária é visto como uma prática inovadora quando, na verdade, se tratava de um “regresso às origens” – ao modelo seguido pelos padres do primeiro milénio. No entanto, era visto com desconfiança e era severamente criticado pela maioria, devido aos riscos de gerar dissidências e cismas. A Igreja Romana tornara-se já numa estrutura rígida e profundamente eurocêntrica.

A PERCEPÇÃO DA CHINA

Francisco de Xavier e os seus companheiros desembarcaram em Kagoshima, a 15 de Agosto de 1549. Começava uma das missões mais frutuosas da Igreja Moderna que se tornaria suficientemente forte e dinâmica para provocar o medo e a repressão violenta por parte do Império Nipónico, a partir do início do século XVII, depois da Igreja ter alcançado os 300.000 baptizados, em que se incluíam algumas das figuras mais proeminentes da estrutura política do país. O jesuíta permaneceu no arquipélago do Sol Nascente durante dois anos e três meses, e quando partiu deixou uma comunidade com mais de 2.000 baptizados.

A acção dos missionários no Extremo Oriente obteve mais baptismos do que o labor apostólico realizado na Índia ou no Sueste Asiático. Terá beneficiado, sem dúvida, do fundo religioso da região, em que predominava o Budismo Mahayana, ou do Grande Veículo, ao contrário do que sucedia na Índia onde pontificavam o Hinduísmo e o Islamismo, ou do que ocorria no Sueste Asiático onde predominavam o Islão e o Budismo Theravadha, ou do Pequeno Veículo. O Budismo do Grande Veículo correspondia à tradição que fora capaz de se adaptar mais às práticas pré-budistas dos seus fiéis, e propagara-se pelos caminhos da Rota da Seda, tendo chegado à China e passado daí para o Japão. Religião mais versátil e mais sincrética, tinha inclusive uma seita nipónica, os Amidistas, que acreditavam que o karma podia alcançar o Nirvana ao cabo de uma única existência e que bastava aos seus fiéis acreditarem firmemente no Buda à hora da morte para se salvarem; estas crenças tornavam mais fácil a passagem de um amidista para a religião cristã do que os seguidores de religiões ligadas às teorias mais genuínas do karma.

Ao longo do seu périplo japonês o padre Francisco foi-se apercebendo dos fundamentos da civilização nipónica e compreendeu que esta se forjara uns mil anos antes através de um processo intenso e rápido de sinização. Embora o culto do imperador assentasse numa religião própria, o Xintoísmo, as religiões budista e confucianista, mais o sistema político-administrativo, o tipo de urbanismo e de arquitectura, bem como a escrita, eram de origem chinesa. E apesar do estado de guerra entre os dois impérios, a cultura nipónica não perdera a consciência de que era uma parte de um conjunto mais vasto, centrado precisamente no Império do Meio. Assim, apesar dos resultados encorajadores obtidos, o jesuíta entendeu que devia trocar o seu trabalho no país do Sol Nascente pela tentativa de converter a China ao Cristianismo, na convicção de que a conversão do Celeste Império facilitaria a adesão dos impérios seus vizinhos.

A decisão de Xavier pode ser entendida como uma tentativa de chegar ao principal foco civilizacional da região, com o intuito de começar por converter o centro, na expectativa de que o Cristianismo irradiasse, assim, mais facilmente por todo o Extremo Oriente Asiático. Aliás, já fora com esse objectivo que se deslocara a Kyoto, a capital imperial do Japão, em Janeiro de 1551. Nessa altura, porém, o caos gerado pela guerra civil levou-o a desistir de permanecer na cidade e regressou rapidamente ao sudoeste do arquipélago, que era a zona frequentada pelos mercadores portugueses.

A passagem do jesuíta por Goa, na primavera de 1552 gerou entusiasmo, quer entre as autoridades do Estado da Índia, quer entre os demais

jesuítas que, entretanto, tinham passado para a Ásia. As cartas enviadas para a Europa nesse ano e nos seguintes transmitiam a esperança de que o Japão e, quiçá, também a China se iriam converter rapidamente ao Cristianismo. E esta era outra novidade que distinguia o processo de evangelização destes tempos modernos, relativamente à construção das comunidades primitivas e à cristianização do Velho Continente. É, de facto, muito comum, a crença dos homens dos séculos XV, XVI ou XVII em que a conversão de um reino à religião cristã poderia ser relativamente rápida. O baptismo dos reis ou dos chefes era encarado como sinal da adesão de todo um reino, na senda do que ficara registado na memória da Igreja e que ainda é celebrado nos nossos dias. Com efeito, a Igreja celebra frequentemente a conversão de um determinado povo, como sucedeu em 1989 com o milénio da “conversão” da Rússia (associada ao baptismo do rei São Vladimiro), ou em 1996 com os 1500 anos da “conversão” da França (relacionada com o baptismo de Clóvis). Tal como esquecera que o triunfo do Cristianismo resultara da sua capacidade de se sincretizar com práticas e crenças ancestrais, a Igreja do Renascimento também perdera a memória de que a cristianização da Europa fora um processo demoradíssimo.

Os missionários modernos tinham pressa e desejavam ardentemente obter depressa aquilo que havia sido conseguido com imensa paciência na sua pátria. O sucesso dos missionários era contabilizado pelo número de baptismos que obtinham, independentemente da complexidade das línguas e dos sistemas civilizacionais dos povos que pretendiam converter.

O frenesim de Xavier revela-se precisamente nesta ânsia de obter resultados rápidos, saltitando entre a Índia, as Molucas, o Japão e a China, sem nunca se especializar numa cultura e sem nunca aprender convenientemente a língua de um dos povos que tanto desejava converter. A geração seguinte foi-se especializando, mas o padre Francisco foi apenas um semeador, que abriu caminhos e apontou rumos novos aos seus correligionários. Terminou os seus dias às portas da China, pouco antes de os mandarins aceitarem oficialmente a presença portuguesa no Celeste Império, mas o seu testemunho serviu de exemplo a centenas de missionários que nos anos seguintes partiram para a China e o Japão. Foram esses missionários que concretizaram a vontade de mudança de Xavier e que foram os primeiros a mergulhar profundamente nas culturas do Extremo Oriente Asiático. Coube, assim, aos padres da Companhia de Jesus do Padroado Português do Oriente a primazia da aprendizagem da civilização chinesa pela Europa e foram os primeiros a criar pontes de diálogo entre o Extremo Oriente e o Extremo Ocidente da Eurásia.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Manuel dos Santos, *Um porto entre dois impérios. Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999.
- BARRETO, Luís Filipe, *Macau: poder e saber. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 2006.
- BOXER, Charles, *The great ship from Amacon*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de História Luso-Nipónica*. Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- IDEM, "A diáspora missionária", in *História religiosa de Portugal* (dir. de Carlos Moreira Azevedo), 3 vols., Lisboa, *Círculo dos Leitores*, vol. 2 (*Humanismos e reformas*, coord., de João Francisco Marques e de António Camões Gouveia), 2000, pp. 255-313.
- IDEM, *Mare Nostrum, em busca de honra e riqueza*, Lisboa, Temas & Debates, 2013.
- IDEM, (em colaboração com Vítor Luís Gaspar Rodrigues), *A conquista de Malaca, 1511. Campanhas de Afonso de Albuquerque, vol. II*, Lisboa, *Tribuna da História*, 2012.
- LOUREIRO, Rui Manuel, *Fidalgos, missionários e mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.
- SCHURHAMMER, Georg, S.J., *Francis Xavier; his times his life*, 4 vols., Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1985-1987 (reimpressão revista).
- THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Carnaxide, Difel, 1994.

A Face Chinesa da Companhia de Jesus (séculos XVI-XVII)*

ISABEL MURTA PINA**

“São nossos pés e mãos”, sem os quais não nos podemos “valer nem menear”, declarava o superior da missão da China, Niccolò Longobardo (1565-1654), em 1617, a propósito dos jesuítas chineses naturais de Macau, numa informação assinada em conjunto com outros onze jesuítas europeus da referida missão.¹ Palavras semelhantes eram repetidas, no ano seguinte, noutro lado, por um dos signatários daquele documento, Manuel Dias Júnior (1574-1659) que, reforçando a imprescindibilidade de jesuítas macaenses, acrescentava que sem eles “ficaremos cá todos decegados”.² Palavras profundamente expressivas, num e noutro documento, revelam-nos, com uma clareza indubitável, a importância atribuída pelos jesuítas europeus da China aos jesuítas chineses, uma face da Companhia que, à primeira vista, surge pouco visível nas fontes e que tem sido largamente omitida na narrativa tradicional da missão da China, excessivamente centrada na figura dos jesuítas europeus.

O que nos propomos neste artigo é, assim, fazer uma análise deste grupo, ao longo dos primeiros cerca de cem anos daquela missão, demonstrando o seu relevante contributo para a presença e actividade da Compa-

* Este artigo tem por base o nosso estudo *Jesuítas Chineses e Mestiços da Missão da China (1589-1689)*, Lisboa: CCCM, 2011.

** Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.

¹ Niccolò Longobardo, “Informação dos Irmãos Chineses naturais de Macao”, Hangzhou, 4/10/1617. Este documento encontra-se transcrito no nosso estudo, citado na nota anterior (pp. 433-437).

² Carta de Manuel Dias Júnior ao assistente de Portugal, Macau, 12/1/1618, Archivum Romanum Societatis Iesu (doravante ARSI), Jap.Sin. 17, fl. 131.

nhia na China, o qual se constata ter sido inversamente proporcional ao seu inexistente protagonismo.

A necessidade de recorrer ao auxílio de chineses, antes do mais por questões práticas ligadas às dificuldades ao nível da língua, surge claramente definida desde o primeiro momento. Isso mesmo o mostram, à entrada da década de 1550, os esforços envidados por Francisco Xavier (1506-1552) para recrutar um intérprete chinês, com a colaboração do qual conseguisse introduzir-se na China continental. No mesmo sentido, já na década de 1580, em Macau, a aposta no estudo da língua chinesa, então encetado por um punhado de missionários europeus, decorreu em paralelo com a criação de uma pequena equipa de jovens chineses. O visitador Alessandro Valignano (1539-1606), que determinou a constituição dessa equipa, estava seguramente convicto de que a mesma era vital para apoiar os europeus. Daí que, dez anos decorridos sobre o início da preparação sistemática desse grupo, num momento de agravamento das adversidades, o visitador escrevesse ao Geral da Companhia declarando-lhe ser chegada a hora de se admitirem os primeiros chineses.

Estava-se então em Outubro de 1589. Dois meses antes, Matteo Ricci (1552-1610) e António de Almeida (1557-1591), os dois jesuítas europeus que se encontravam na única residência jesuíta na China continental, em Zhaoqing (Guangdong), tinham sido intimados pelas autoridades a deixarem a cidade. A iminência de um regresso a Macau e de um retorno à estaca zero explica a carta de Valignano e a sua determinação em iniciar na China aquela que era uma prática com décadas no Japão: a admissão na Companhia de quadros locais.³

Nesta carta, de Outubro de 1589, escrita nas circunstâncias desfavoráveis referidas, Valignano mostrava que o esforço de preparação de uma equipa de jovens chineses, iniciado em Macau cerca de uma década antes, permitia que se recolhessem então os seus primeiros frutos. Efectivamente, o visitador indicava dois chineses que estavam aptos a entrar na Companhia, no intuito de irem ajudar, no terreno, Ricci e Almeida. Foram precisamente estes dois jovens que, passado cerca de um ano, em Janeiro de 1590,

³ Sobre a admissão de japoneses, veja-se João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, Lisboa, 1998 (dissertação de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: texto policopiado). Veja-se ainda, do mesmo autor, “Lourenço, um japonês evangelizador no Japão” in *O Japão e o Cristianismo no Século XVI, Ensaios de História Luso-Nipónica*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 87-106.

se tornaram os primeiros jesuítas chineses, Sebastião Fernandes/Zhong Mingren (c. 1562-1622) e Francisco Martins/Huang Mingsha (c. 1570-1606).

Na mesma carta, Valignano definia igualmente os parâmetros pelos quais se devia reger a admissão de chineses. Todos eles, segundo determinava, teriam necessariamente de ser jovens naturais de Macau, filhos de pais cristãos e ter sido educados sob a alçada da Companhia. Além disso, ficavam limitados ao grau de irmãos coadjutores.

A regra estipulada por Valignano iria perdurar durante décadas, com algumas alterações, de que se destaca o alargamento do grupo aos mestiços, a partir de 1627. De facto, até ao último quartel do século XVII, o que corresponde a um intervalo de cerca de oitenta anos a partir das primeiras admissões, todos os jesuítas chineses e mestiços foram provenientes de Macau, com uma única excepção. Como escrevia Valignano a propósito dos macaenses, tratava-se de indivíduos “aparentado[s] com Portuguezes”.⁴ Ou seja, “portugues[es] en todo excepta la sangre”, na enunciação de Duarte de Sande.⁵ Indivíduos capazes de se auto-definirem, como sucedia décadas mais tarde com um deles, como vassallos e súbditos do rei de Portugal, apesar da “triste figura sínica”.⁶

Só a partir do derradeiro quartel do século XVII, é que a China continental passou a ser também local de origem dos jesuítas chineses, depois de um debate intenso que se iniciou no decénio de 1660 e que conduziu ao primeiro ingresso de um chinês continental em 1675 ou 1676, Paulo Vanhes ou Banhes/Wan Qiyuan (1634/1635-1700). No decurso do período definido, os primeiros cem anos da missão jesuíta da China, oito chineses continentais integraram os quadros da Companhia. As regras a que estes estavam então sujeitos tinham mudado, tornando-se mais abrangentes. Assim, os elementos deste grupo, além de não terem de ser oriundos de Macau, também não tinham de ser cristãos de segunda geração; não tinham de ter estudado, desde novos, nas estruturas de ensino da Companhia; nem estavam restringidos ao grau de irmãos coadjutores, podendo aceder ao sacerdócio. A necessidade de padres numa missão com uma cifra sempre reduzida dos mesmos e cuja cristandade cresceu exponencialmente desde o início do século XVII, tanto em termos geográficos,

⁴ “Primeiro catalogo de las informaciones communes de los padres y hermanos de la Companhia”, Macau, Janeiro de 1593, in *Monumenta Historica Japoniae*, org. Josef Franz Schutte, I, Roma, 1975.

⁵ Carta ao Padre Geral, Macau, 4/11/1596, ARSI, Jap.Sin. 13 I, fl. 24v.

⁶ Trata-se do chinês de Macau Francisco Xavier do Rosário/He Tianzhang (1667-1736). Carta a José Soares, Jiangzhou, 26/9/1716, ARSI, Jap.Sin. 177, fl. 388v.

como demográficos,⁷ explica esta maior flexibilização que, embora não sendo consensual, gerou as novas condições na admissão de chineses.

No seu conjunto, esta face ou dimensão chinesa da Companhia na China, no intervalo cronológico definido, é constituída por um total de 28 indivíduos,⁸ repartidos em duas categorias perfeitamente distintas: por um lado, a dos macaenses, tanto chineses (catorze), como mestiços (seis), maioritária até às décadas de 1660/1670; por outro, a dos chineses continentais (oito), dominante a partir de 1670.

Debrucemo-nos então sobre estes dois grupos, começando pelo dos naturais de Macau. Este porto internacional de comércio, intercultural, multicultural e multilinguístico,⁹ onde se cruzam europeus e asiáticos envolvidos em parcerias possibilitadas pelos negócios, forneceu à Companhia os aculturados ou aparentados que constituíram os seus efectivos locais na missão da China, durante largo tempo. Macau forneceu os jovens capazes de falar e redigir português, algum latim, que aprendiam o mandarim e o sistema chinês de escrita por intermédio da Companhia e que eram ainda falantes de cantonense ou de outro dialecto chinês. Enfim, Macau forneceu os chineses e os mestiços aportuguesados, provenientes de famílias classificadas como cristãs, cujos interesses as ligavam aos europeus, nomeadamente aos jesuítas, e que, por isso, disponibilizaram à Companhia alguns dos seus próprios membros. Exemplo elucidativo de uma destas famílias encontramos-lo nos Zhong ou Fernandes, caso para o qual possuímos informação em quantidade inusitada, tanto do lado português, como do chinês.

Originários de Xinhui, no Guangdong, e radicados em Macau, os Zhong ou Fernandes eram mercadores, a quem os jesuítas rotulavam de ricos. Conhece-se uma dezena de membros desta família: desde logo, dois dos jesuítas chineses de Macau, o já referido Sebastião Fernandes e o seu irmão mais novo, João/Zhong Mingli (1581-?); mas também os seus pais, dois cunhados de Sebastião, um seu sobrinho, dois filhos e a mãe destas crianças. Esta família de mercadores ricos, que cedeu à Companhia dois elementos, patrocinou ainda a própria missão da China, porquanto Sebas-

⁷ Da centena de cristãos registada em 1596, para os cerca de 275.000 cristãos reportados por volta de 1670.

⁸ Para o período em causa, detectam-se outros jesuítas chineses naturais de Macau. Porém, estes não integraram os quadros da missão da China. Foi, por exemplo, o caso de Manuel Rodrigues/Ma Manuo (1659-1703).

⁹ Veja-se Luís Filipe Barreto, *Macau Poder e Saber, Séculos XVI e XVII*, Lisboa: Presença, 2006.

tião Fernandes surge como um dos benfeitores daquela, à qual legou uma fatia significativa da sua herança materna.¹⁰ O patrocínio ou financiamento da missão por parte destes jovens chineses que entram na Companhia é ainda conhecido para o caso do outro dos dois primeiros jesuítas chineses, Francisco Martins, que igualmente doou à missão uma verba, por ocasião da morte do seu pai.¹¹

Em Macau temos então reunidas as condições que permitem o recrutamento destes elementos aculturados, de maior fiabilidade para a Companhia do que os chineses continentais, cuja entrada se prorrogou até ao último quartel do século XVII, como já mencionado. Note-se que aos vinte macaenses que foram admitidos se juntam outros jovens de Macau, enviados à experiência para as residências da China continental, na categoria de estudantes. Presença constante na missão, sobreviveu o nome de uma dezena destes jovens que, por factores de diversa ordem, acabaram por não entrar na Companhia: desde a morte prematura; ao facto de não reunirem as condições necessárias, como é o caso dos que se mostraram incapazes de respeitar a castidade requerida, ou o de um Salvador Martins que, vendo-lhe recusado o dinheiro que pedira aos padres, reagira violentamente, vociferando ameaças de morte contra aqueles; um destes jovens, Nicolau da Fonseca, foi afastado da Companhia depois de admitido, mas veio a integrar o clero secular;¹² outro ainda, Miguel Pinto, tornou-se um dos jurubacas ou intérpretes destacados de Macau, durante a primeira metade do século XVII.¹³

É possível traçar, em termos genéricos, os estudos a que estes jovens eram submetidos antes da sua entrada na Companhia. Num primeiro momento, temos o que se pode definir por estudos ocidentais: todos eles passaram pelas escolas de ler e escrever e pelas classes de latim da Companhia, essencialmente em Macau, mas também no Japão, no caso de um chinês ali nascido, o pintor Jacobe Niva/Ni Yicheng (1579-1638). Uns

¹⁰ Cédula de doação do Irmão Sebastião Fernandes, Nanquim, 18/1/1600, in Isabel Pina, *Jesuítas Chineses e Mestiços*, pp. 425-426; "Título dos benfeitores da missão da China", s.d., Biblioteca da Ajuda, Jesuítas na Ásia (doravante BA) 49-IV-66, fl. 102.

¹¹ Cf. carta de Duarte de Sande ao Padre Geral, Macau, 15/11/1593, ARSI, Jap.Sin. 12I, fl. 123v.

¹² Demitido da Companhia em data que desconhecemos, em 1689 era assinalado em Macau como padre secular, sendo então nomeado vigário da vara da Cochinchina, cargo subordinado ao arcebispo de Goa. Uma pequena biografia no nosso estudo, *Jesuítas Chineses e Mestiços*, pp. 407-409.

¹³ Sobre Miguel Pinto, veja-se Elsa Penalva, *Mulheres em Macau. Donas Honradas, Mulheres Livres e Escravas, Séculos XVI e XVII*, Lisboa: CHAM-CCCM, pp. 65-66 e 109.

aprofundaram os seus estudos no colégio de Macau; havendo mesmo um deles, Manuel de Sequeira/Zheng Weixin (1633-1673), que estudou e ensinou no próprio Colégio Romano, assim como no de Coimbra, onde concluiu Teologia. Mas Sequeira é uma exceção, sendo inquestionavelmente o mais aculturado dos Chineses de Macau, cidade de onde partiu aos doze anos e regressou mais de duas décadas depois. Sequeira sabia latim, certamente português e redigia num italiano perfeitamente fluente. Tornar-se-ia, em 1664, o primeiro padre jesuíta chinês.¹⁴

Num segundo momento, estes jovens realizavam o que podemos designar por estudos chineses, que decorriam, por norma, no interior da China, numa das residências missionárias. Informação avulsa permite-nos ir verificando que utilizavam os mesmos manuais dos estudantes chineses, como o *Clássico dos Três Caracteres/Sanjing*, a que se seguiam os *Quatro Livros/Sishu*. Em 1624, um programa detalhado de estudos chineses, preparado por Manuel Dias Sénior (c. 1561-1639), destinado simultaneamente aos padres europeus e aos estudantes de Macau, oferece-nos uma ideia mais pormenorizada daquilo que deveriam realizar e daquilo que lhes seria exigido.¹⁵ Embora seja difícil precisar em que medida este plano foi posto em prática, sabe-se, no entanto, que estes macaenses teriam competências ao nível da escrita chinesa e da língua mandarim.

A par dos “filhos de Macau”, temos o grupo dos “chinas de dentro”, designação aplicada aos naturais da China continental, elementos com um grau de aculturação incomparavelmente inferior ao dos macaenses. Com efeito, constata-se que grande parte dos indivíduos oriundos da China continental não sabia falar ou escrever português e, no que diz respeito ao latim, limitava-se a repetir, à imagem de um “papagaio”, as fórmulas necessárias ao desempenho da sua actividade.¹⁶ O período de formação que passavam no colégio de Macau não era suficiente, na generalidade dos casos, para lhes conferir essas competências linguísticas. Mas, na verdade, essas talvez não fossem já tão importantes.

¹⁴ Numa altura em que, por regra, o sacerdócio continuava vedado aos chineses admitidos na Companhia. Sobre este jesuíta, veja-se o artigo de Francis A. Rouleau, “The first Chinese Priest of the Society of Jesus, Emmanuel de Siqueira, 1633-1673”, in *Archivum Historicum Societatis Iesu* 28, Roma, 1959, pp. 3-50.

¹⁵ “Ratio studiorum para os nossos que ham-de estudar as letras e a lingua da China, feyto no anno de 1624...”, BA 49-V-7, fls. 310v-315v.

¹⁶ Carta de Francesco Saverio Filippucci ao Padre Geral, Cantão, 19/10/1688, ARSI, Jap.Sin. 164, fl. 80.

Da China continental foi então proveniente um conjunto heterogêneo de indivíduos, por oposição aos macaenses. De facto, aqui encontramos elementos admitidos na Companhia já numa fase avançada da sua vida, alguns deles com cinquenta/sessenta anos e com uma educação clássica chinesa – ou seja, letrados provenientes dos círculos de catequistas. Mas encontramos, também, indivíduos educados desde tenra idade pelos jesuítas e admitidos, como os macaenses, na casa dos vinte anos, ou um pouco antes. Os chineses continentais incluem sobretudo cristãos de primeira geração, embora não se circunscrevendo a eles. São gente natural das áreas de maior implantação do Cristianismo na China, e nelas são colocados a trabalhar depois de ingressados na Companhia. Cinco dos oito admitidos foram ordenados padres. Por outro lado, todos eles se mantiveram na Companhia até ao termo das suas vidas. Porém, dois dos oito apenas continuaram por receio dos danos que a sua saída poderia causar. Entre estes dois, encontra-se o primeiro dos chineses continentais admitidos, Paulo Banhes. Ordenado padre em 1688, logo em 1689, pela calada da noite, Banhes saltou o muro da residência jesuíta de Xangai e partiu, mantendo-se desaparecido por mais de um ano, apesar de todas as diligências efectuadas para o detectar. Problemas relacionados com o desvio de verbas para a prática de usura junto de cristãos, parecem ter estado na origem deste afastamento de um dos primeiros padres chineses, escândalo que os jesuítas e o bispo dominicano que o ordenara, o chinês Luo Wenzao/Gregorio López (c. 1615-1691), procuraram encobrir, alegando a sua insanidade mental.¹⁷ Quanto ao outro chinês que igualmente foi mantido, Julião da Cruz/Zhang Ruliang (c. 1650/1655-1730), a situação afigurava-se menos grave, porquanto nunca fora ordenado. Ainda assim, declarava-se num parecer de 1693, ser prudente que fosse “o juízo o mesmo que se faz do Padre Paulo Banhes, ou seja, deve ser tolerado na Companhia, até que surja uma oportunidade de o mandar embora sem inconveniente”.¹⁸ Ou essa oportunidade nunca surgiu, ou o seu comportamento deixou de

¹⁷ O caso, susceptível de fragilizar a posição da Companhia num período bastante adverso, foi considerado de grande melindre, pelo que se tentou mantê-lo confidencial, enquanto se desenvolviam vários esforços para encontrar Wan Qiyuan. Detectado ao fim de quase dois anos, por meados de 1691, de modo a minimizar os danos e abafar o escândalo, foi rápida e discretamente reintegrado na Companhia, justificando-se o incidente com base em problemas psiquiátricos. Como escrevia Prospero Intorcetta, numa carta ao visitador Francesco Saverio Filippucci, alegando-se a sua insanidade mental, facilmente se isentaria a sua culpa e salvaguardar-se-ia a honra da Companhia. Hangzhou, 28/8/1690, BA 49-IV-65, fl. 319v.

¹⁸ Carta do Padre Tomás Pereira ao Padre Geral, Pequim, 30/8/1693, in Luís Filipe Barreto (coordenação de), Arnaldo do Espírito Santo (tradução de latim para português), Cris-

levantar tantas objecções, pois morreu quarenta anos mais tarde sem que tivesse sido expulso.

Por meio desta sua face asiática a Companhia de Jesus conseguiu dotar-se, na missão da China, de uma estrutura de apoio profundamente eficaz, com uma capacidade de actuação impossível aos europeus, antes de mais por questões fisionómicas. Estes chineses e mestiços, capazes de funcionar como verdadeiros agentes ocultos dos europeus, constituíram, assim, um grupo estratégico de acção. De facto, graças às suas feições, capacidade linguística, estrutura mental e redes de contactos e influência (*guanxi*), estes indivíduos revelaram-se de tal forma importantes para o funcionamento da missão que eram classificados como seus alicerces ou “pés e mãos de todos”.¹⁹

Polivalentes, à excepção de um único elemento do grupo, exclusivamente indicado como pintor, estes jesuítas, quer fossem “filhos de Macau”, quer “Chinas de dentro”, desempenharam variadíssimas actividades, que extravasaram largamente a esfera religiosa. De tal forma que parte significativa deles (um terço) nem sequer actuou neste domínio e, no seu todo, foram frequentemente canalizados para tarefas de natureza temporal. Assim, a sua importância ressalta desde logo quando atentamos ao seu envolvimento em questões vitais, como a da articulação da missão com Macau, para a entrada de verbas e de missionários europeus, para além da correspondência e de toda uma série de produtos. Veja-se que nesta articulação coube aos jesuítas chineses e mestiços um papel extremamente activo, sendo possível detectar metade do grupo a realizar esta viagem, que podia ser anual ou bi-anual e que se tentava fazer coincidir com as feiras de Cantão. As viagens implicavam um alto nível de confiança nestes elementos, já que nas suas mãos eram depositadas as verbas de que a missão tanto precisava,²⁰ assim como a própria vida dos missionários europeus.²¹

As viagens, tanto estas de articulação com Macau, como as realizadas no interior da China, exigiam, por outro lado, todo um *know-how* que

tina da Costa Gomes, Isabel Murta Pina, Pedro Lage Correia (leitura, transcrição e notas), *Tomás Pereira, Obras*, vol. 1, Lisboa: CCCM, 2011, p. 569.

¹⁹ Niccolò Longobardo, “Informação dos Irmãos Chineses naturaes de Macao”, Hangzhou, 4/10/1617.

²⁰ No que diz respeito às verbas, o perigo de colocar prata nas mãos de um chinês, por mais cristão que fosse, era uma ideia amplamente difundida.

²¹ Verdadeiramente valiosas, dada a crónica escassez de missionários e de todo o investimento necessário à colocação de um europeu, altamente treinado, na China.

justifica o protagonismo que estes indivíduos assumiram no seu contexto. De facto, requeria o conhecimento das estalagens onde podiam pernoitar com os europeus, evitando contrariedades; saber negociar cadeiras, montadas ou embarcações; saber os locais onde esconder as embarcações, nomeadamente na zona de Cantão; saber como reagir aos contratemplos; ou dominar todo um conjunto de esquemas e de artimanhas de modo a poder passar com os europeus nos postos de controlo. De forma parcelar, por vezes vaga, vai-se desenrolando, ao longo da documentação existente para estes cem anos em análise, toda uma série de episódios, ou de meras cenas, que nos oferecem uma imagem muito viva destas viagens e do papel que nelas cabia a estes chineses e mestiços. Acresce que, devido aos seus traços físicos, estes elementos tinham uma capacidade negocial incomparavelmente superior à dos europeus, conseguindo obter preços mais baixos do que aqueles. Neste sentido, deram a cara em inúmeros negócios, de maior ou menor escala, como a compra de casas ou de terrenos; a aquisição diária de comida ou de outros bens nos mercados; a que não se pode deixar de acrescentar a compra de seda nas feiras dos arrabaldes de Hangzhou, como sucedeu em 1621. Este episódio ficou registado de forma perfeitamente invulgar por ter originado a primeira expulsão de um jesuíta de Macau, João Fernandes, precisamente da rica família de mercadores já mencionada. Mas o contributo destes chineses e mestiços foi ainda mais lato e as fontes assinalam-nos também envolvidos em casos de espionagem; na distribuição de material religioso e de propaganda; na gestão e vigilância dos meios humanos das residências jesuítas; como conselheiros, dando o seu parecer em assuntos de natureza muito díspar, desde a língua às questões financeiras, passando pelas políticas; ainda como professores dos missionários europeus, tradutores e intérpretes; autores de textos, colaboradores na compilação de dicionários,²² impressores,²³ ou mesmo como músicos e pintores, entre outros aspectos.

Meros fragmentos de uma realidade muito mais vasta, ainda assim os registos conservados são valiosos testemunhos da capacidade de actuação proporcionada à Companhia por esta sua face chinesa e mestiça, cujo papel foi fundamental na viabilização da missão da China.

²² Como sucedeu no segundo dicionário de português-chinês, em que surge referência explícita à participação de Sebastião Fernandes (Matteo Ricci, *Fonti Ricciane: Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, org. Pasquale M. D'Elia, II, N. 526, Roma, 1949, p. 32; Nicolas Trigault, *Histoire de l'Expédition Chrétienne au Royaume de la Chine 1582-1610*, Paris: Desclée de Brouwer, 1978, p. 397).

²³ Como na edição em latim das obras *Sapientia Sinica* e *Sinarum Scientia Politico-Moralis*, em que participou Paulo Banhes/Wan Qiyuan.

**SÉCULO XXI – DUAS LÍNGUAS
DE FUTURO NO MUNDO:
PORTUGUÊS E MANDARIM**

O Fascínio do Império do Meio

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

À memória do Padre Tomás Pereira

A história da globalização reserva-nos casos diversos, que merecem uma atenção especial, sobretudo pela necessidade de compreendermos o significado atual do diálogo e da complementaridade entre diferentes culturas. Lembremo-nos do fascínio causado na Europa pelas civilizações orientais, e em especial pelo antigo Império do Meio. Se lermos o «Tratado das Cousas da China» de Frei Gaspar da Cruz (1569) facilmente entendemos a atração por essa importante nação da Ásia: «os Chinas a todos excedem em multidão de gente, em grandeza de reino, em excelência de polícia e de governo, e em abundância de possessões e riquezas». O certo é que encontramos uma imagem positiva e favorável do lado português, que contrasta, nos primeiros contactos, com alguma desconfiança e temor do lado oriental. É natural esta assimetria, sobretudo considerando que a China tem uma história muito antiga e uma tradição de distância e de proteção... Para a evolução riquíssima, em contactos e na relação recíproca, contribuíram os missionários europeus jesuítas, chegados à China nos séculos XVI e XVII, coordenados pelo italiano Matteo Ricci (1552-1610), discípulo de Cristóvão Clavius, o mais importante astrónomo do seu tempo, responsável pela reforma do calendário moderno. Francisco Xavier tinha morrido em 1552, na pequena ilha de Sanchoão, à vista do Império do Meio. Ricci chegou ao Oriente em 1582, após longa viagem iniciada em Lisboa – com chegada ao entreposto de Macau, tendo logo começado a estudar a língua e os costumes locais e estabelecendo importantes contactos com a nobreza e a intelectualidade. No ano seguinte, o Padre Matteo foi estabelecer-se na Província de Guangdong e, em 1589, vemo-lo em contacto estreito com estudiosos confucionistas, ensinando-lhes astronomia, matemática e geografia. Já em janeiro de 1601, estabelece-se na cidade de Pequim, onde publica «Os Seis Primeiros de Euclides», sendo desse tempo uma colaboração muito intensa entre missionários, letrados e académicos chineses.

Esta relação, de intenso intercâmbio, culminaria na assinatura do Édito da Tolerância (1692). Mas antes temos de lembrar o episódio da visita do Imperador Kangxi (1654-1722) à casa dos jesuítas, em 1675, altura em que

escreveu o aforismo «Jing Tian», em sinal de aproximação. Segundo a descrição do Padre Gabriel de Magalhães: «com aquele tão afável e honroso recado quis suprir o grande amor e afeto (...) tinha faltado». O embaixador João de Deus Ramos, em «Portugal e a Ásia Oriental» (Fundação Oriente, 2012), dá-nos uma esclarecedora síntese sobre esse episódio e o seu significado. O imperador escreveu dois caracteres cuja leitura poderia ser feita de acordo com a mensagem cristã, sem abdicar da tradição chinesa. «Jing Tian» significava «reverenciar o céu», o que poderia para alguns não se referir ao Deus dos cristãos, já que o Imperador, ele próprio, era designado como «Filho do Céu». Apesar da ambiguidade ou do equívoco, o certo é que o gesto do Imperador teve a maior importância. Infelizmente, o desenvolvimento da chamada «questão dos ritos» levou à condenação da atitude dos jesuítas de abertura aos costumes locais, à rutura com as autoridades e à expulsão dos cristãos (1724). Note-se que os missionários comportavam-se como chineses, estudavam o pensamento de Confúcio e conheciam bem a literatura e a filosofia orientais. Entretanto, no domínio científico, «os jesuítas haviam observado a incapacidade para prever corretamente a ocorrência de eclipses, bem como para resolver a relação entre os calendários solar e lunar». A matemática e a astronomia tornaram-se decisivas. Os pedidos para Roma eram persistentes: João Rodrigues, de Cantão, pede: «Mandem-nos livros de matemática em grande quantidade». Ricci solicita apoio a Galileu e o Padre Longobardo insiste: «Mandem-nos matemáticos». E a verdade é que os pedidos foram atendidos, e vários matemáticos e astrónomos europeus foram para o Império – estabelecendo-se em Pequim, penetrando na Cidade Proibida e convivendo com os mandarins e dignitários da corte. É o momento em que o Padre Matteo Ricci passa a ser tratado como «Hsi-ju» – que significa «homem sábio do Ocidente». O seu contributo para a correção do calendário chinês é decisivo – uma vez que antes estava baseado nos ciclos lunares, tendo-se afastado dos ciclos das estações anuais. E o certo é que a medida do tempo era fundamental para o Império, já que era um instrumento de uniformização da vida civil, de coleta dos impostos e de organização das colheitas. No entanto, em alguns aspetos a astronomia ocidental estava mais atrasada do que a chinesa em domínios cosmológicos. Por exemplo, os chineses entendiam que as estrelas não estão cravadas numa esfera, situando-as no espaço interestelar, não havendo dez esferas (como Camões descreve), onde os corpos celestes se moveriam, nem ar entre planetas e estrelas. Os experimentados astrólogos chineses tinham detetado ocorrências nas estrelas, nomeadamente a explosão em supernova de 1054, enquanto os ocidentais estavam equivocados sobre a imutabilidade dos céus.

Os astrónomos do Império faziam observação sistemática dos fenómenos celestes. Cinco matemáticos olhavam o firmamento durante a noite, de modo a que nada lhes passasse despercebido – um fixava-se no zénite e os restantes nos quatro pontos cardeais. Quando os padres jesuítas lhes ofereceram telescópios contribuíram para melhorar as suas observações, inclusive sobre as fases de Vénus, os satélites de Júpiter e a estranha forma de Saturno. Assim se compreende a grande influência que os jesuítas ganharam na corte do Imperador, tendo sido encarregados de reconstruir e equipar o Observatório de Pequim com esferas celestes, quadrantes metálicos e telescópios avançados, tornando-o o mais moderno do seu tempo. Assim, mesmo depois do édito de 1724, que expulsou os cristãos, os jesuítas foram autorizados a residir em Pequim e continuaram a ocupar lugares de relevo na hierarquia científica da corte – integrando o Tribunal Astronómico (Observatório) e o Tribunal das Matemáticas (organismo encarregado da matemática, geografia e cartografia) Em 1724, o Padre André Pereira (1689-1743), natural do Porto, tornou-se astrónomo e matemático da corte e foi promovido pelo Imperador a vice-presidente do Tribunal Astronómico. Também o Padre José de Espinha (1722-1788), natural de Lamego, foi elevado à dignidade de Mandarim, como presidente da mesma instituição. E segundo a historiografia conhecida, é de admitir que os padres de Pequim tenham ajudado a manter a situação de Macau. Em 1622, a cidade foi cercada por terra e mar pelas forças do Governador de Cantão e os padres da corte fizeram diligências coroadas de êxito para manter o «modus vivendi» de Macau. Estamos, assim, perante um notável e premonitório exemplo de cooperação cultural e científica, que hoje merece ser recordado como sinal de futuro.

*

Não é o passado que nos anima, mas a descoberta da atualidade... Longa viagem, muitas leituras, sobretudo para quem tem dificuldade em dormir nos aviões... Lembramos Antero de Quental em «Sonho Oriental»: «E enquanto eu na varanda de marfim / Me encosto, absorto num cismar sem fim, / Tu, meu amor, divagas ao luar, // Do profundo jardim pelas clareiras, / Ou descansar debaixo das palmeiras, / Tendo aos pés um leão familiar». Do fundo dos tempos Li Bai (701-762) diz: «Calcorreei por todos os caminhos / e nenhum lugar me retém. / Parto de novo, sem rumo certo, / entre as folhas que caem sobre a terra» (trad. A. Graça de Abreu). Em «O Mandarim», lemos Eça de Queiroz, sobre o palácio imperial: «como eu desejaria penetrar-lhe os segredos e ver desenrolar-se, pelas galerias sobrepostas, a magnificência bárbara dessas dinastias seculares!».

A China fascina-nos. A cidade de Pequim surpreende-nos pelo desenvolvimento, pelo tráfego automóvel, pelos novos edifícios, pelo movimento incessante. Quem conheceu a cidade há quarenta anos admira-se pelas transformações profundas. Ao falarmos do diálogo cultural no âmbito da globalização, percebemos que há na China moderna uma excelente compreensão do problema das línguas e da sua aprendizagem. O mandarim é o idioma mais falado no mundo, e tem existido por parte das autoridades e das Universidades chinesas uma compreensão exata de que o multilinguismo está na ordem do dia. A uniformização é contra natura. Quem quiser responder aos desafios da mundialização terá de dominar vários idiomas, não se limitando às línguas francas ou ao «globish» (o inglês «passepartout»). A eficiência da comunicação (em especial nos resultados) aumenta na medida em que a língua do interlocutor é conhecida. E quando falamos do mandarim e do português estamos a falar de línguas com influência global (ainda que de dimensão diferente), com perspectivas significativas de crescimento das próximas décadas.

*

A língua que falamos é um bem inestimável que define quem somos. Vejamos o caso do português. Falar da internacionalização das línguas é referir uma das consequências do multilinguismo num contexto de globalização. A tendência para o desenvolvimento de uma língua franca, não pode fazer esquecer a necessidade de afirmar a diversidade cultural através da aprendizagem de diversas línguas. Como tem sido afirmado por muitos responsáveis e estudiosos do tema, um cidadão influente e apto a mover-se num mundo cosmopolita deve possuir um bom domínio da língua materna e de pelo menos duas línguas estrangeiras. Desde o mundo da cultura à vida dos negócios o multilinguismo é cada vez mais importante. Acresce que a boa comunicação (necessária na cultura e nos contratos) obriga a ir além da dependência da interpretação – bastando lembrar-nos das irónicas situações retratadas no filme «Lost in Translation». E se temos tido conhecimento de diversas tentativas de calcular o valor económico da língua no mundo contemporâneo, verificamos que as conclusões apresentadas poderão pecar por defeito, considerando, por exemplo, que a língua portuguesa (graças à influência e peso do Brasil e dos países da lusofonia) é uma das poucas que registará no próximo século um crescimento muito significativo. Em suma, o valor económico da língua portuguesa é importante – já que estamos a falar de uma projeção de âmbito mundial, com boas potencialidades dificilmente avaliáveis. No entanto, o cuidado dado, por exemplo na Ásia, ao português merece especial atenção, sobretudo

porque está em causa a influência em praticamente todos os continentes, sendo a língua mais falada no hemisfério sul.

Lembre-mo-nos, pois, de que o valor económico da cultura é cada vez mais relevante, sobretudo perante os efeitos da recente crise financeira, que exigem dar-se uma importância crescente à criação e à inovação, elementos cruciais quando falamos de cultura. E não nos limitemos ao tema heterogéneo das indústrias criativas, uma vez que, a propósito da língua não estamos apenas perante uma lógica produtiva, mas sim em face da capacidade de criação e de compreensão. Daí a nova conceção de património cultural, subjacente à Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o valor do património cultural na sociedade contemporânea, assinada em Faro a 27 de outubro de 2005 e entrada em vigor a 1 de junho de 2011 (cf. «Património, Herança e Memória», ed. Gradiva) – segundo a qual o património não é constituído apenas pelo que recebemos dos nossos antepassados (monumentos, património construído), mas também pelas tradições e costumes (património imaterial) e ainda pela capacidade que a criação contemporânea tem para enriquecer o património herdado, num sentido amplo. Assim, considerando deste modo o património histórico, como realidade aberta e dinâmica, estamos em condições de encarar a língua como um valor complexo com virtualidades económicas e sociais indiscutíveis.

A língua portuguesa é, nos dias de hoje, a terceira língua europeia mais falada no mundo, no entanto ainda não é a terceira língua europeia mais influente, mesmo que se caminhe nesse sentido, designadamente porque ainda há uma inércia relativamente a outras línguas outrora muito faladas. Note-se, aliás, que a tendência para o crescimento da influência das duas línguas nacionais da Península Ibérica, a par, é um fenómeno que merece estudo e acompanhamento especiais. Estamos diante de línguas faladas globalmente, com um número muito significativo de falantes de língua materna e não apenas como língua estrangeira. Não está em causa o peso e a importância da língua inglesa, mas sim o facto de o multilinguismo estar a ganhar um natural espaço de influência. E assim a diversidade cultural e linguística registam um espaço crescente, que se demarca da lógica de uma só língua de comunicação. Por isso a cooperação entre as várias línguas influentes no mundo merece aprofundamento. Somos complementares.

Verificando-se a importância crescente da língua portuguesa, impõe-se pôr a tónica no facto de a internacionalização obrigar a cuidados redobrados: criação de mecanismos de cooperação que permitam maximizar a importância dos leitorados e centros de investigação nas universidades estrangeiras ligados ao estudo da língua, das literaturas e das suas culturas.

As alianças estratégicas necessárias devem envolver não só o estudo da cultura e da língua, mas também o trabalho de cooperação com as melhores universidades e com laboratórios científicos; designadamente para a elaboração de vocabulários científicos. As instituições de ensino superior devem preservar a sua autonomia. E ao referir o significado desta cooperação académica e científica, não podemos esquecer a importância dos textos científicos em português e as suas repercussões na evolução da investigação. Note-se, aliás, que ao falar da vida das línguas, não podemos esquecer o paradoxo contemporâneo que a todos afeta: por um lado a investigação científica é cada vez mais complexa e diversificada; por outro, as mensagens transmitidas pelos jornais e periódicos e a comunicação quotidiana tende a ser simplificada. Ora, este paradoxo leva a que a aprendizagem da língua tenha de assumir um maior rigor e exigência, para abranger as duas realidades sociais e de comunicação – complexidade e acessibilidade.

Vejamos o que se passa nas novas tecnologias de informação e comunicação. Aí temos verificado um progresso muito significativo da língua portuguesa. Na *internet*, o português é já a quinta língua do mundo mais utilizada: inglês, 565 milhões; mandarim, 510 milhões; espanhol, 165 milhões; japonês, 99 milhões e o português com 83 milhões. Seguem-se o alemão (75 m.) e o árabe (65 m.). No *facebook*, a língua portuguesa já é a terceira mais utilizada. Temos, pois, que a língua que falamos ganha uma importância crescente. Está a ser feito um caminho, lento, gradual, mas muito seguro. Ao referir a importância das redes de informação, temos de insistir em que o multilinguismo e as diferenças culturais potenciam a necessidade de melhorar as aprendizagens, o que deve corresponder à valorização dos estudos em torno das culturas e das línguas – a complexidade linguística, os vocabulários científicos, as obras de investigação, os estudos artísticos e literários obrigam ao reforço dos estudos etimológicos e dos domínios clássicos e humanísticos. Trata-se de procurar compreender melhor a origem e a vida das palavras, facilitando também a sua aprendizagem e a sua evolução étnica, literária e artística.

Se falámos do património cultural comum e de um novo conceito dinâmico do mesmo, o certo é que as línguas ganham uma importância, quer no plano das inovações tecnológicas, na informática e nas comunicações, quer na preservação da memória coletiva. E no caso da língua portuguesa, não podemos esquecer que tendo sido língua franca no mundo dos séculos XVI e XVII, hoje encontramos muitos jovens das comunidades que falam uma reminiscência do português arcaico (Malaca, comunidade tugu, em Java, etc.) a querer aprender o português moderno, por diversas razões: para se manterem fiéis à tradição; para aprenderem uma língua

viva com importância atual no comércio; e para poderem alargar horizontes culturais no mundo lusófono. Não se esqueça ainda a riqueza dos crioulos e a sua força criativa. Acresce que a declaração do Fado como património imaterial da humanidade fez crescer mais este interesse.

Se falo de lusofonia, não esqueço as cautelas que António Tabucchi nos aconselhava a ter para que a lusofonia se não tornasse uma ideia redutora. Impõe-se compreender que a língua portuguesa é comum às culturas de cerca de 250 milhões de falantes. Daí devermos utilizar uma fórmula algo paradoxal, mas rigorosa: língua de várias culturas, cultura de várias línguas. De facto, a língua portuguesa abrange diversas culturas, espalhadas pelos diferentes continentes. Daí falar-se de várias culturas da língua portuguesa, com idiossincrasias próprias, do mesmo modo que há uma convergência cultural de diferentes línguas. O português é língua oficial em territórios com comunidades de línguas diferentes – e este facto permite que haja uma unidade nacional e a possibilidade de comunicação numa língua. A internacionalização da língua tem de considerar a cultura, a educação, a ciência e a comunicação. Abrir novos horizontes significa partilhar diferenças e complementaridades. Trata-se de um riquíssimo património comum que exige o dever e a responsabilidade de trabalhar em conjunto para a sua qualidade, valorização e capacidade criadora.

Pelo que fica dito, o diálogo entre línguas diferentes de expansão mundial, como o mandarim e o português, faz-se através do intercâmbio cultural e da cooperação económica, científica e universitária – tudo no contexto do multilinguismo (considerando a importância do hindi, do inglês, do espanhol e do árabe). No caso em apreço a história ensina-nos que a ligação é tanto mais rica quanto mais for possível a ponderação de interesses comuns relativamente ao futuro e a definição de campos de cooperação e complementaridade. Tratando-se de culturas antigas, verifica-se que o diálogo apenas funcionou quando pôde haver uma compreensão mútua das diferenças, dos interesses em presença, dos objetivos estratégicos diferenciados, dos denominadores comuns e da exigência de respeito por todos e cada um. A partir daqui, a valorização da aprendizagem ganha uma importância fundamental – e hoje esse fator deve estar bem presente, porque é o que distingue o desenvolvimento e o atraso. A história da China ensina-nos, aliás, que a valorização pelo conhecimento e pela aprendizagem foi sempre um trunfo de alcance incalculável. Daí que a cooperação linguística e académica seja cada vez mais importante nos dias de hoje. E o episódio da influência dos jesuítas no Observatório de Pequim nos séculos XVI e XVII é um sinal de que o bom método do futuro é o da valorização da aprendizagem e da cooperação científica.

Português e Mandarim: as línguas portuguesa e chinesa como línguas globais

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO*

1. CHINA E PORTUGAL: UM LONGO ABRAÇO ANTIGO

O primeiro encontro entre a China e Portugal poderia ter acontecido em África. É algo que, desde então, já li muitas vezes. Mas a primeira vez que o conheci foi no final dos anos '80, quando, trabalhando com Roberto Carneiro, tive que preparar um texto sobre as relações com a China.

Na altura, tinha comprado um livro que me fascinara e cuja leitura devorei em poucos dias: *Os Descobridores*, do historiador norte-americano Daniel Boorstin (1987). Por sinal, tinha comprado o livro atraído pela ideia de ver o que diria Boorstin sobre os Descobrimientos portugueses.

O livro é muito mais do que isso: é uma extraordinária viagem pelas extraordinárias descobertas do espírito e do conhecimento humano: o tempo, a geografia, os mares certamente, o espaço, a natureza, a ciência, Deus, o passado e a História. Mas lá vêm certamente – e com destaque – os Descobrimientos portugueses, motivo da minha curiosidade inicial. E foi lá que, já com mais de 30 anos de idade, li e conheci pela primeira vez as proezas e os feitos do almirante Cheng Ho (Boorstin 1987: 178)

«Quando D. Henrique, o Navegador, mandava os seus navios descer, palmo a palmo, a costa ocidental de África, do outro lado do planeta

* Deputado à Assembleia da República. Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

navegadores chineses possuíam uma marinha sem paralelo em número, perícia e tecnologia. A sua grande frota já navegara para além do mar da China e à volta do oceano Índico, tendo chegado, pela costa oriental de África abaixo, à própria ponta do Continente Negro.»

É fascinante! Muito antes do primeiro encontro entre portugueses e chineses, nos mares da China, quando, em 1513, Jorge Álvares ergue o padrão na ilha Ling-Ting (na foz do Rio das Pérolas, entre Hong-Kong e Macau), esse encontro poder-se-ia já ter dado algures no continente africano, talvez no Cabo das Tormentas volvido Cabo da Boa Esperança.

Os portugueses desciam pela costa ocidental de África e, em paralelo, os marinheiros de Cheng Ho faziam o mesmo pela costa oriental. O encontro poderia ter sido logo ali. Boorstin (1987: 179) conta-nos também por que não se deu e por que coube apenas aos portugueses (e espanhóis) o papel marcante único que tivemos nessa primeira globalização:

«Mas enquanto as explorações das naus de D. Henrique foram um prólogo para viagens marítimas que levariam à descoberta de todo um novo mundo e à circum-navegação do globo, as mais grandiosas expedições chinesas da mesma era conduziram a um beco sem saída. Prefaciaram o catastrófico isolamento dos Chineses no interior das suas próprias fronteiras, com conseqüências que ainda hoje vemos.¹

O que tornou tão dramático o Grande Isolamento de 1433 foi o facto de a exploração marítima chinesa ter sido tão espectacular. O herói, aquele cujo nome se tornou sinónimo de poderio naval chinês, o planeador e comandante do mais notável desses empreendimentos de grande alcance, foi Cheng Ho, o almirante do Tesouro Triplo, geralmente conhecido como “o eunuco das Três Pedras Preciosas”, designação porventura derivada dos três elementos preciosos do budismo – o Buda, a Dharma e a Sangha – ou das pedras preciosas que ele dava como presentes e recebia como tributo.»²

E mais à frente:

«Não menos extraordinária do que os próprios e extensos empreendimentos navais de Cheng Ho foi a subitaneidade com que termina-

¹ O “*ainda hoje*” de Daniel Boorstin corresponde a 1983, ano em que se publicou nos Estados Unidos da América a primeira edição do *The Discoverers*. Hoje, em 2013, provavelmente Boorstin não escreveria já com as mesmas palavras.

² *Ibidem*.

ram. Se este Colombo chinês tivesse sido seguido por um cortejo de Vespúcios, Balboas, Magalhães, Cabots, Cortezes e Pizarros chineses, a história do Mundo poderia ter sido muito diferente. Mas Cheng Ho não teve sucessor e a actividade naval chinesa teve um fim abrupto. As energias anteriormente aplicadas nas expedições passaram de repente a ser consumidas para impor o isolamento. A corrida europeia às colónias e a sua demanda de terra incógnita não tiveram correspondentes na história chinesa moderna. E o espírito de exploração permaneceu alheio à China.

O pendor da China para a reclusão era uma história antiga. A Grande Muralha, que remonta à Antiguidade, ao século III a.C., recebeu a sua forma presente na dinastia Ming, na era de Cheng Ho. Não existe em nenhum outro lugar do Mundo nada que se lhe compare em escala ou em continuidade cronológica. O espírito da Grande Muralha exprimiu-se de incontáveis outros modos. Um foi o Grande Isolamento, quando o imperador proibiu os seus súbditos de irem ao estrangeiro. Os chineses vistos fora do seu país estavam-no ilegalmente, e os viajantes imprudentes eram castigados com a decapitação. A grande sétima viagem de Cheng Ho³ foi a última da China. O seu regresso em 1433 assinalou o fim das aventuras marítimas organizadas do seu país. Um edicto imperial desse mesmo ano e outros que se seguiram (1449, 1452) impunham castigos cada vez mais brutais aos chineses que se aventurassem a ir ao estrangeiro.»

A História foi como foi. Os chineses voltaram a casa e os portugueses continuaram a navegar. E seria no Oriente, já no século XVI, que se daria o primeiro encontro dos povos dos dois extremos da grande Eurásia: os europeus portugueses e os asiáticos chineses (1513), japoneses (1543) e coreanos (1604).

No tocante às relações Portugal/China, os factos são conhecidos. Após a descoberta do caminho marítimo para a Índia, os portugueses continuaram as explorações para Oriente e, em 1513, Jorge Álvares chegou à Ilha de Ling-Ting, onde ergueu um padrão – aí seria enterrado em 1521. E, em 1515, também Rafael Perestrelo chegou ao Rio da Pérola. Estes terão sido os primeiros contactos dos portugueses com a China. Por aqui se

³ Dizem as fontes que esta viagem dirigida principalmente ao Sudeste Asiático (Sião, Java, Sumatra, Malaca, Ceilão, Calecute, etc.) terá decorrido de 1431 a 1433, comandando Cheng Ho uma imponente frota de 100 navios. Cheng Ho morreu já no regresso, em Ormuz, em 1433 – segundo outros, em 1435, já em terra firme chinesa.

estabeleceram, na altura, os Jesuítas, entre os quais S. Francisco Xavier; e, em 1553, Leonel de Sousa obtém autorização para que os portugueses se pudessem fixar em Cantão e em Macau. Macau seria, depois, entregue aos portugueses como recompensa do auxílio por eles prestado aos chineses contra a pirataria marítima no período de 1557 a 1564. A administração portuguesa de Macau durou, quatro séculos e meio, até 20 de Dezembro de 1999.

2. FERRAMENTAS DA GLOBALIZAÇÃO

Se pensarmos em quais são as ferramentas da globalização, elas são sobretudo três:

- as **viagens** – por terra, mar e ar, permitindo e operando as trocas comerciais e culturais;
- as **tecnologias de comunicação e informação** – que são uma outra forma de viajar ou, dizendo-o melhor, de comunicar à distância;
- e o **multilinguismo** – que nos permite comunicar e entendermo-nos.

Quem quiser ter sucesso e vencer no contexto da globalização tem que se adestrar nos três domínios; e terão tanto mais vantagens aqueles que consolidarem experiência, capital, posições nessas três áreas.

Portugal está bem posicionado.

Os Descobrimentos mostraram-nos historicamente como mestres na arte de viajar, talento que temos que continuar a cultivar não só no transporte marítimo em que nos destacámos, mas também nos transportes terrestres e no transporte aéreo. Fecharmo-nos e isolarmo-nos é morrer; viajar e comunicar é crescer.

Temos, aliás, uma posição geográfica privilegiada para esse efeito. E, ou não tivéssemos feito uma expansão marítima global, todos os países de língua portuguesa têm, em todos os continentes, posições geográficas privilegiadas do ponto de vista da comunicação externa e internacional. Este é um trunfo precioso.

No tocante às telecomunicações e tecnologias de informação, temos registado um bom progresso em muitos dos indicadores e, nomeadamente, no uso da internet. Dispomos de empresas agressivas e com capacidade de afirmação e liderança no quadro internacional. Mas importa ter sempre presente de que se trata de um sector estratégico fundamental, onde não podemos descansar, lutando constantemente por atingir, defender e con-

solidar posições de dianteira. Notícias recentes dão conta de que a língua portuguesa é a quinta língua mais usada na internet.⁴

E, quanto ao multilinguismo, não só a nossa língua portuguesa é uma das grandes línguas globais contemporâneas, como é normalmente assinalada a aptidão dos portugueses para a aprendizagem e o uso fluente de línguas estrangeiras. Linguistas referem que esta aptidão decorrerá do muito variado conjunto de sons correntemente usado pelos que aprenderam o português europeu como língua materna.

3. PORTUGUÊS E MANDARIM, LÍNGUAS GLOBAIS

O Português é claramente uma das grandes línguas globais contemporâneas, sendo usualmente referido dispor de 250 milhões de falantes.

Nem sempre temos consciência disso e, apesar de alguns esforços nos últimos anos, impressiona como os poderes públicos ainda fazem tão pouco para o conhecimento, a promoção e a valorização desse estatuto. A comunicação social e a sociedade em geral também não parecem atribuir a devida importância a este capital nacional. Mas esse facto é insofismável.

A língua portuguesa é, como língua oficial, a sexta⁵ com maior número de falantes no mundo e a terceira língua europeia global, isto é, aquela das línguas europeias mais falada como língua nacional em diversos países do mundo – o Português surge a seguir ao Inglês e ao Espanhol. A língua portuguesa é também a língua mais falada no hemisfério Sul e é uma língua falada em todos os continentes, herança de um país que teve uma presença global na sequência dos Descobrimentos e que a enraizou ao longo de cinco séculos por todo o mundo – do século XV ao século XX. E é uma língua em crescimento, não só pelo crescimento

⁴ A fonte é um relatório da UIT (União Internacional de Telecomunicações), datado já de 2013 e reportando dados de 2011. Notícia em:

- *Estado de S. Paulo*: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,portugues-e-5-lingua-mais-usada-na-web-,1031475,0.htm> (acedido em 2013.08.07).
- *Jornal de Notícias*: <http://www.jn.pt/blogs/nosnarede/archive/2013/05/16/portugu-234-s-233-5-170-l-237-ngua-mais-falada-na-net.aspx> (acedido em 2013.08.07).
- *Correio da Manhã*: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/lazer/ciencia/tecnologia/portugues-e-5-lingua-mais-falada-na-internet> (acedido em 2013.08.07).

⁵ Embora na lista abaixo o Português surja em 7º lugar, atrás do Bengali, mantenho a menção de ser a sexta língua mais falada no Mundo, em virtude de usar a estatística de 250 milhões de falantes de língua portuguesa actualmente, que é aquela que *grosso modo* é mais correntemente referida por diferentes fontes.

demográfico de grandes países como Brasil e Angola, além de outros, mas também por gerar curiosidade e interesse crescentes.

São diferentes as fontes para hierarquizar as línguas em número de falantes, fontes que fornecem resultados diversos por assentarem em metodologias diversas ou se referirem a momentos distintos. Usando o portal das Nações Unidas onde figuram centenas de diferentes versões linguísticas da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶, podemos estabelecer a seguinte hierarquia das quinze línguas mais faladas no mundo:

1. **Mandarim** (Chinês): 885 milhões de falantes (1990); falado como língua nativa na Ásia.⁷
2. **Espanhol**: 332 milhões de falantes (1999); falado como língua nativa na Europa, na Ásia, em África e na América.⁸
3. **Inglês**: 322 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Europa, na Ásia, em África, na América e na Oceânia.⁹
4. **Russo**: 288 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Europa e na Ásia.¹⁰
5. **Árabe**: 280 milhões de falantes; falado como língua nativa na Ásia e em África.¹¹
6. **Bengali** (Bangladesh): 196 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Ásia.¹²
7. **Português**: 182 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Europa, na Ásia, em África, na América e na Oceânia.¹³

⁶ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/SearchByLang.aspx> (acedido em 2013.08.07).

⁷ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=chn> (acedido em 2013.08.07).

⁸ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=spn> (acedido em 2013.08.07).

⁹ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=eng> (acedido em 2013.08.07).

¹⁰ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=rus> (acedido em 2013.08.07).

¹¹ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=arz> (acedido em 2013.08.07).

¹² Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=bng> (acedido em 2013.08.07).

¹³ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> (acedido em 2013.08.07).

8. **Hindi** (Índia): 182 milhões de falantes; falado como língua nativa na Ásia, em África e na Oceânia.¹⁴
9. **Francês**: 124 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Europa, em África, na América e na Oceânia.¹⁵
10. **Bahasa** (Indonésio): 140 milhões de falantes; falado como língua nativa na Ásia.¹⁶
11. **Japonês**: 125 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Ásia.¹⁷
12. **Alemão**: 121 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Europa.¹⁸
13. **Coreano**: 75 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Ásia.¹⁹
14. **Italiano**: 63 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Europa.²⁰
15. **Turco**: 59 milhões de falantes (1995); falado como língua nativa na Europa e na Ásia.²¹

O estatuto de língua global da língua portuguesa não merece, por isto, a mais pequena dúvida: das línguas faladas em todos os continentes é mesmo a segunda em número de falantes nativos, apenas superada pela língua inglesa. Como disse já, é também a língua mais falada no hemisfério Sul, o que chama a atenção para o relevo que pode assumir no cada vez mais importante processo de desenvolvimento Sul/Sul.

Assim haja estratégias que aproveitem e potenciem esse factor.

¹⁴ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=hnd> (acedido em 2013.08.07).

¹⁵ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=frn> (acedido em 2013.08.07).

¹⁶ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=inz> (acedido em 2013.08.07).

¹⁷ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=jpn> (acedido em 2013.08.07).

¹⁸ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=ger> (acedido em 2013.08.07).

¹⁹ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=kkn> .

²⁰ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=itn> (acedido em 2013.08.07).

²¹ Ver: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=trk> (acedido em 2013.08.07).

Já o estatuto global do Mandarim é que não seria tão óbvio, pois, sendo embora – e largamente – a língua mais falada do Mundo, os seus falantes concentram-se na Ásia e, sobretudo, na própria China.

Todavia, a abertura da China ao exterior, a que temos assistido de modo crescente desde os anos '90, e a intensificação das trocas comerciais e das relações empresariais com a China (incluindo Taiwan), projectam cada vez mais a língua oficial dos chineses como uma língua global e uma língua da globalização, além de elevar também a sua importância cultural.

4. TOMAR CONSCIÊNCIA DOS RECURSOS DE PORTUGAL

Cultivamos demasiado em Portugal o desgosto de nós próprios. Apreçamos lamentar uma alegada falta de recursos nacionais. Isso soa-me muito, não como uma justificação, mas como desculpa para nos entregarmos ao conformismo e à nossa própria decadência e declínio.

É nesse contexto que tenho desenvolvido uma teoria que designo de *“quatro recursos e uma circunstância”*, procurando pôr em evidência quais os fundamentais recursos estratégicos do nosso país, em que deveríamos fazer assentar a nossa identidade económica e uma estratégia continuada de desenvolvimento nacional. Um desses recursos é exactamente a nossa própria língua.

É claro que, se por “falta de recursos” queremos designar a falta de recursos naturais, altamente valiosos, que nos permitissem sermos ricos sem grande esforço, é facto que não dispomos desses recursos. Mas não há um só país que não disponha de recursos, que deve identificar, dar a conhecer e valorizar, colocando-os no eixo estratégico do seu processo de desenvolvimento. De algum modo esse conjunto de recursos integra a sua identidade.

Quanto a Portugal, os recursos estratégicos que identifico são quatro: as pessoas, o território, a posição geográfica e a língua. E a “circunstância” da fórmula *“quatro recursos e uma circunstância”* é a Europa: o contexto com referência ao qual temos de saber valorizá-los e pô-los a render.

No caso da língua, o nosso quarto recurso, a língua portuguesa é um recurso fabuloso, que estamos ainda longe de apreender em todo o seu enorme potencial estratégico. Um país que dispõe de uma língua falada por 250 milhões de pessoas em todo o mundo – e a crescer – só é pobre se for estúpido.

Mas o Português não é só falado por 250 milhões – e a crescer. É uma língua intercontinental, presente, como disse, como língua oficial

em todos os continentes – à semelhança do Português, só o Inglês. É a sexta língua mais falada do Mundo²², é a terceira língua global das línguas europeias (atrás do Inglês e do Espanhol, mas à frente de Francês, Alemão e Italiano) e é a língua mais falada do hemisfério Sul. É a quinta língua mais usada na internet.

Ora, a língua não é apenas um *gadget* cultural ou um ponto político. A língua é um espaço económico, um espaço de conhecimento aprofundado, de relações mais estreitas e de cumplicidades, um espaço comercial de fluência e de comunicação mais fácil. A língua comum é um poderoso factor de economia, uma ferramenta de comércio e de serviços, um capital de conhecimento, de inovação e de partilha. É emprego, é capacidade para contratar, é vantagem competitiva.

O espaço de língua portuguesa é um privilégio, o mais rico dos legados da nossa História comum. É riqueza para nós e é riqueza para os outros que partilham connosco falarmos a nossa língua comum. E, tanto na comunicação global, como na competição linguística, é uma língua comum ao serviço do mundo e dos vários continentes onde se enraizou.

Temos que saber usá-la cada vez melhor como ferramenta da globalização, numa nova linha de afirmação: *o Português, língua da Europa; o Português, língua de África; o Português, língua das Américas; o Português, língua do Oriente*. Isto é – e essa é enorme diferença qualitativa na abordagem da política da língua –, trata-se de pôr em evidência o valor da nossa língua como língua internacional e língua de comunicação global; e, portanto, não só como língua privativa de portugueses e outros lusófonos, mas como língua dos continentes em que estão e língua de outros povos e cidadãos que querem falar, comunicar e fazer comércio com a Lusofonia.

Dizendo de outro modo: nesta perspectiva de recurso estratégico, a língua não interessa como língua somente de portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, timorenses ou macaenses, etc.; a língua interessa e valoriza-se como língua da Europa, das Américas, de África e do Oriente e como instrumento para que chineses, finlandeses, alemães, mexicanos, norte-americanos comuniquem e façam negócio com Portugal, Brasil, Angola, Timor, Moçambique, etc.; e, nessa medida, é uma língua que, como segunda ou terceira língua, é cada vez mais importante para europeus, americanos, africanos e orientais que operam na globalização.

²² Como já acima indicado e embora na lista incluída no texto o Português surja em 7º lugar, atrás do Bengali, mantenho a menção de ser a sexta língua mais falada no Mundo, em virtude de usar a estatística de 250 milhões de falantes de língua portuguesa actualmente, que é aquela que *grasso modo* é mais correntemente referida por diferentes fontes.

A importância económica, cultural e política dos países, territórios e comunidades onde se fala o Português potencia esta língua. E esta língua define um espaço económico onde dominá-la, ser fluente, é uma assinalável vantagem competitiva.

Por isso é que, na divisão de trabalho entre lusófonos, é tão importante que cada um faça o trabalho de casa no seu próprio continente e junto dos seus vizinhos, preservando e valorizando a importância continental da sua língua. No nosso caso, como portugueses – os lusófonos europeus –, o nosso papel é afirmarmos *o Português, língua da Europa*, ou seja, proteger, enaltecer e expandir o Português como língua à disposição de todos os europeus, como uma mais-valia para comunicarem nem tanto com Portugal, mas sobretudo com o resto do Mundo onde se fala o Português.

Aqui, infelizmente, o nosso grau de consciência é ainda tão baixo e a nossa determinação tão fraca que, apesar de alguns esforços isolados e de portas que estão abertas, não temos sabido consolidar vantagens no quadro europeu e, a não haver mudanças efectivas na acção política e diplomática, corremos o risco de perder.

Ainda há meses, o embaixador Seixas da Costa alertava em Lisboa: «*Não vale a pena pensar que temos possibilidade de crescer nas instituições europeias. Enquanto língua de trabalho, o Português vai lentamente desaparecer.*»²³ Não pode ser!

²³ Seixas da Costa falava, na Academia das Ciências, em 31 de Janeiro de 2013, na conferência “A Sociedade Civil no Plano de Acção de Brasília”, organizada pelo Observatório da Língua Portuguesa. A notícia de Seixas da Costa encontra-se no jornal PÚBLICO: <http://www.publico.pt/cultura/jornal/portugues-vai-desaparecer-como-lingua-de-trabalho-na-ue-diz-seixas-da-costa-25990405#/0> (acedido em 2013.08.07).

E, para mais sobre a Conferência, consultar aqui: <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt/conferencia> (acedido em 2013.08.07).

Seixas da Costa, num tom aparentemente conformista, voltaria ao tema, semanas depois, no I Congresso Internacional da Língua Portuguesa. Relatou a imprensa: «Para Seixas da Costa, a língua portuguesa „está em regressão“ na União Europeia (UE), uma situação que também é comum a um conjunto de outras línguas „que se afastam das línguas matriciais de trabalho, o inglês, o francês e o alemão“. Na UE, o português continua a ser uma língua oficial, utilizada nos conselhos de ministros e nos documentos oficiais, mas „manifestamente por uma questão de eficácia vai começar a ser cada vez menos utilizada“, afirmou o antigo secretário de Estado dos Assuntos Europeus. Seixas da Costa, que é atualmente diretor do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, falava no I Congresso Internacional de Língua Portuguesa, num painel intitulado „Implementação e desenvolvimento da língua portuguesa nas organizações internacionais“, uma iniciativa da Universidade Lusíada e do Observatório da Língua Portuguesa, que decorre até quinta-feira em Lisboa. Depois de ter sublinhado que a expressão da língua no quadro internacional tem muito a ver com a expressão dos países que a utilizam, o diplomata afirmou que o Brasil „é de todos os países de língua portuguesa aquele que tem no

5. CONCEBER E APARELHAR O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA GLOBAL

Todavia, há alguns textos da União Europeia onde o valor do Português como língua global é expressamente afirmado e reconhecido e que sublinham a valia estratégia do multilinguismo na perspectiva das relações externas e do comércio mundial. Enquanto fui deputado ao Parlamento Europeu, trabalhei para todas elas, tendo sido uma das áreas em que mais me esforcei.

Curiosamente, a primeira menção ao valor da língua portuguesa surge numa Resolução do Parlamento Europeu a respeito de Macau. Tratou-se da Resolução do Parlamento Europeu relativa ao Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativo à Região Administrativa Especial de Macau, aprovada em Estrasburgo, em 8 de Abril de 2003, onde, no respectivo Considerando J, por minha proposta figura o seguinte:

«Considerando a política recentemente definida e posta em execução, tanto pelo Governo da RAEM, como pelo Governo da República Popular da China, de valorizar a posição de Macau como um pólo privilegiado de relacionamento da China com todo o espaço da lusofonia a nível mundial, e tendo presente que a língua portuguesa é, em número de falantes, a terceira língua europeia de comunicação universal.»²⁴

quadro mundial um sentido ascendente de afirmação“. „O Brasil é o país que nos pode oferecer maior esperança relativamente à promoção da língua portuguesa“, apontou, acrescentando que estão a ser criadas condições para que esse país assuma um papel de defesa da língua que „foi solitariamente assumido por Portugal durante muitos anos“. Seixas da Costa, que foi embaixador de Portugal em Brasília, referiu ainda que que a possibilidade de o Brasil vir a ser membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, poderá dar maior visibilidade ao português, mas acrescentou que tem algumas dúvidas quanto a „um consenso fácil“ para que haja mudanças nesse órgão das Nações Unidas.“ – cfr. <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=631523&tm=4&layout=121&visual=49> (**acedido em 2013.08.07**).

²⁴ Este relatório e o respectivo projecto de Resolução foram apresentados por Mário Soares, então também deputado ao Parlamento Europeu. O aditamento deste parágrafo – o *Considerando J* – foi de minha iniciativa e autoria, ainda em fase de debate na comissão parlamentar respectiva. Consultar texto integral da *Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: primeiro e segundo relatórios anuais da Comissão relativos à Região Administrativa Especial de Macau (COM(2001) 432 – COM(2002) 445 – C5-0619/2002 – 2002/2275(INI))* em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:064E:0127:0130:PT:PDF> (acedido em 2013.08.07) ; ou aqui também: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+20030408+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT#sdocta11> (acedido em 2013.08.07).

Mais tarde, já em Novembro de 2005, a Comissão Europeia publicou uma comunicação sobre multilinguismo, intitulada “*Um novo quadro estratégico para o multilinguismo*”²⁵.

O Parlamento Europeu analisou detidamente esta Comunicação e elaborou um relatório de que foi relator um deputado catalão, Joan i Mari, do qual resultaria uma importante Resolução, aprovada em Estrasburgo, em 15 de Novembro de 2006: *Resolução do Parlamento Europeu sobre um novo quadro estratégico para o multilinguismo*.²⁶ Foi no quadro desta Resolução que foram incluídos, por minha proposta, três parágrafos (dois considerandos e uma recomendação) chamando a atenção para a importância estratégica de algumas línguas europeias, o que pode e deve ser usado em apoio da maior projecção do Português:

«E. Considerando que algumas línguas europeias são também faladas em muitos outros países terceiros e constituem um importante elo entre os povos e nações de diferentes regiões do mundo,

F. Considerando que algumas línguas europeias se prestam particularmente ao estabelecimento de uma comunicação directa com outras regiões do mundo;

(...)

3. Reconhece a **importância estratégica das línguas europeias de comunicação universal** como veículo de comunicação e como forma de solidariedade, cooperação e investimento económico e, por conseguinte, como **uma das principais directrizes da política europeia em matéria de multilinguismo;**»²⁷

Esta orientação parlamentar, na sequência de trabalhos e diligências em que também participei, seria, aliás, expressamente acolhida na subsequente *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões* nesta matéria, publicada em 18 de Setembro de 2008: “*Multilinguismo: uma*

²⁵ Ver esta *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões* em: http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&andoc=2005&nu_doc=596 (acedido em 2013.08.07).

²⁶ Ver esta Resolução do Parlamento Europeu em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2006-0488+0+DOC+XML+V0//PT> (acedido em 2013.08.07).

²⁷ *Ididem*.

mais-valia para a Europa e um compromisso comum”²⁸. Esta importante comunicação cita directamente alguns daqueles trechos da Resolução parlamentar para que remete e incluiu um capítulo específico sobre “Dimensão externa do multilinguismo”.

E o Parlamento Europeu, reagindo a esta Comunicação da Comissão Europeia, pronunciou-se novamente através de um Relatório do deputado Vasco Graça Moura, com quem trabalhei também no enfoque que venho mencionando. Ao voltar a pronunciar-se sobre a matéria, o Parlamento Europeu consolidou aquela doutrina e orientação, em nova Resolução adoptada em Estrasburgo, em 24 de Março de 2009: *Resolução do Parlamento Europeu sobre o multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum*.²⁹

A Resolução é muito importante sobre diversos ângulos de abordagem das políticas europeias para o multilinguismo e reforçou nomeadamente as condições políticas para o trabalho estratégico que tenho defendido:

« Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 18 de Setembro de 2008, intitulada “Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum” (COM(2008)0566), bem como o documento de trabalho dos serviços da Comissão que a acompanha (SEC(2008)2443, SEC(2008)2444 e SEC(2008)2445),

(...)

– Tendo em conta a sua Resolução de 15 de Novembro de 2006 sobre um novo quadro estratégico para o multilinguismo,

(...)

E. Considerando que algumas línguas europeias constituem uma ponte fundamental nas relações com os países terceiros e entre povos e nações das mais diversas regiões do mundo,

(...)

1. Acolhe com agrado a apresentação da comunicação da Comissão sobre o multilinguismo e a atenção que a mesma mereceu da parte do Conselho;

²⁸ Ver esta *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões* em: http://ec.europa.eu/languages/documents/2008_0566_pt.pdf (acedido em 2013.08.07). Ou também aqui: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52008DC0566:PT:NOT> (acedido em 2013.08.07).

²⁹ Ver esta *Resolução do Parlamento Europeu*: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2009-0162+0+DOC+XML+V0//pt> (acedido em 2013.08.07).

2. *Reitera as posições que tem tomado ao longo do tempo quanto ao multilinguismo e à diversidade cultural;*

(...)

4. *Considera que a diversidade linguística da Europa constitui uma importante mais-valia cultural e que seria errado que a União Europeia se restringisse a uma única língua principal;*

(...)

39. *Incita a UE a colher os dividendos inerentes às línguas europeias nas suas relações externas, e requer um maior desenvolvimento desta mais-valia no diálogo cultural, económico e social com o resto do mundo, para reforçar e valorizar o papel da UE na cena internacional e beneficiar países terceiros, no espírito da política de desenvolvimento promovida pela UE;»³⁰*

Infelizmente, os nossos dirigentes políticos e a nossa diplomacia ainda não conseguiram ir mais longe do que estes passos, nem sequer extrair todos os frutos destas portas que estão abertas.

É preciso voltar sempre ao tema, alertar e porfiar.

6. O EXEMPLO DE VISÃO DA CHINA QUANTO À LÍNGUA PORTUGUESA

Lançado há pouco mais de uma década o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa revela uma enorme visão da China neste domínio e um apuradíssimo sentido estratégico.

Isso mesmo era já reconhecido, em Abril de 2003, na Resolução do Parlamento Europeu a que fiz acima referência³¹, bem como no Relatório que lhe deu origem. Aqui se sublinhava, na verdade: «*O Governo central de Pequim já se pronunciou firmemente a favor do papel de Macau como*

³⁰ *Ibidem.*

³¹ Ver capítulo anterior. E consultar a *Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: primeiro e segundo relatórios anuais da Comissão relativos à Região Administrativa Especial de Macau*, de 8 de Abril de 2003, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:064E:0127:0130:PT:PDF> (acedido em 2013.08.07); ou aqui também: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+20030408+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT#sdocta11> (acedido em 2013.08.07).

plataforma económica e cultural entre a China continental e os países de expressão portuguesa. Ao mesmo tempo, Macau, em virtude da sua história e dos laços ancestrais com a Europa, reúne sem dúvida as condições ideais para desempenhar o papel de ponte entre a UE e a República Popular da China. Os actuais laços e acordos entre Macau e Portugal poderiam servir de possíveis modelos para a futura cooperação entre a UE e Macau.»³²

O Fórum é um mecanismo da cooperação de iniciativa oficial chinesa e sem carácter político, mas com enorme visão e um potencial que não tem deixado de se consolidar e afirmar cada vez mais. Tem como tema chave a cooperação e o desenvolvimento económico e tem por objectivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação a esses países e promover o desenvolvimento dos laços entre a República Popular da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa.

Uma iniciativa simples, mas com enorme alcance. Numa palavra, estratégia.

7. REPLICAR A VISÃO DA CHINA: PREPARARMO-NOS PARA A DIANTEIRA NA GLOBALIZAÇÃO

É esta mesma visão chinesa que nós temos de saber replicar. Com a mesma inteligência, com o mesmo sentido de futuro, com a mesma porfia – isto é, com sentido e propósito estratégico.

Temos de usar e valorizar não só a consciência da nossa própria língua (o Português) como uma língua global, mas também a nossa aptidão para a aprendizagem e o manejo de outras línguas, para o multilinguismo. Temos de entender e antecipar que o Mandarim, a língua oficial chinesa, é uma grande língua não só já no presente, mas sobretudo no futuro. Com o crescimento económico, a expansão comercial e a divulgação cultural da China, o Mandarim será cada vez mais uma língua global. E terá vantagem, muita vantagem, quem souber comunicar nessa língua.

Devemos, portanto, investir na aprendizagem do Chinês. E, assim como há cada vez mais chineses a aprender Português, deve haver cada

³² Ver este *RELATÓRIO do Parlamento Europeu de 31 de Março de 2003 sobre o relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativo à Região Administrativa Especial de Macau: primeiro e segundo relatórios anuais* em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A5-2003-0113&language=PT> (acedido em 2013.08.07).

vez mais portugueses a aprenderem Mandarim. Essa procura, aliás, tem-se gerado e crescido de modo natural, como é compreensível. Mas já o defendo como política pública portuguesa, até por escrito, há alguns anos, e vejo nesses sinais do crescimento da procura espontânea uma evidência clara do acerto dessa linha.

Temos de definir e incrementar políticas oficiais do Governo português e de outras instituições que fomentem a aprendizagem da língua chinesa entre os nossos jovens. Não me refiro apenas ao estudo especializado e ao conhecimento da língua e cultura chinesas para intérpretes, tradutores, estudiosos ou outros especialistas. Refiro-me à popularização da aprendizagem do Mandarim como uma formação meramente complementar: o advogado que fala Chinês, o economista que fala Chinês, o engenheiro que fala Chinês, o arquitecto que fala Chinês, o revisor oficial de contas que fala Chinês, o gestor que fala Chinês. Sendo o multilinguismo uma das ferramentas da globalização, quanto mais portugueses falarem Chinês, maior será a nossa vantagem no quadro do mercado global.

Não serão só os jovens portugueses que falarem Chinês que terão certamente emprego e carreira garantidos – e tê-lo-ão não só em Portugal ou na China; mas tê-lo-ão também em qualquer parte do Mundo (na América, na África, na Europa, etc.) onde se fazem cada vez mais negócios com a China e em que, portanto, o domínio e a fluência na língua chinesa se torna cada vez uma qualificação profissional de primeira grandeza. Jovem português que fale Português, Inglês e Mandarim; ou Português, Francês e Mandarim; Português, Alemão e Mandarim – tem futuro assegurado, em qualquer parte de Mundo e em qualquer área profissional que exerça.

Mas é também a certeza de que esses jovens portugueses ascenderão rapidamente a lugares de topo nas respectivas empresas ou instituições, na medida em que a qualificação específica em língua chinesa os fará requisitar para funções directivas ou de aconselhamento e assessoria imediata da direcção.

E será assim também que um forte movimento de portugueses a aprenderem e a tornarem-se fluentes em Chinês reverterá num recurso fabuloso da economia portuguesa. Isso permitirá, na verdade, aos portugueses, naturalmente, colocarem-se em posição privilegiada de informação, de conhecimento e de acesso quanto às grandes avenidas e correntes de relacionamento comercial e de investimento entre a China e a Europa, a China e África, a China e as Américas. E se estão aí os portugueses, está aí Portugal.

O desafio para os portugueses é o de compreendermos esta oportunidade. Se proporcionalmente nos tornarmos e formos os europeus mais

amigos da China, se nos tornarmos e formos os europeus mais conhecedores da cultura chinesa, se nos tornarmos e formos os europeus mais fluentes em Mandarim, se formos tudo isso e os chineses se aperceberem disso (como certamente se aperceberão) – isso será uma vantagem espantosa: de conhecimento, de especialidade, de interesse e, portanto, de parceria e de especialidade. Em todo o Mundo. O desafio é sermos aqueles ocidentais que mais compreendem a China, que mais gostam da China, que mais conhecem a China, que melhor falam com a China.

Se formos capazes de o fazer, chegamos a uma posição privilegiada: o lugar de encontro de dois grandes hemisférios da globalização – o Ocidente e a China.

No século XVI, fizemo-lo em Macau e, por isso, durante mais de um século a língua portuguesa foi a língua veicular no Oriente ente a China e os ocidentais. Agora, trata-se de o continuar também em Macau, na linha, aliás, de inteligência, de visão e de estratégia, em que, pelo Fórum, as autoridades chinesas já manifestaram e estão a prosseguir. Mas trata-se também de o replicarmos em Portugal, fazendo de Portugal, nessa perspectiva, um outro Macau – uma plataforma europeia de conhecimento privilegiado da China e de relacionamento com a China.

Em sentido figurado, fazê-lo um pouco por todo o mundo: cada português que for um pequeno Macau tem vantagens assinaláveis na globalização, em qualquer lugar que estiver. Portugal também, através desses portugueses.

Nós, portugueses, que somos mestres na arte de viajar e que nos adestramos muito bem nas comunicações e tecnologias de informação, temos que ser também peritos e ágeis na outra ferramenta da globalização: o multilinguismo. Temos que fazer viver e crescer a nossa língua como grande língua global que é e dominar o manejo de outras línguas globais.

Temos que saber antecipar para ir à frente e para assumirmos a dianteira. Ora, sermos fluentes em Mandarim, fazer esse casamento e consolidar essa parceria Português/Mandarim e Mandarim/Português, é manifestamente assumir a dianteira da globalização: é abraçar todo o Mundo a partir do abraço cultural das duas pontas da Eurásia. É viver, irradiar e ampliar a metáfora de Macau: lugar e gentes de cruzamento de culturas, lugar de comércio e pólo de investimento, agora por todo o Mundo.

Podia ter sido em África esse primeiro encontro de chineses e portugueses. Agora, será em todo o lado onde houver lusófonos e chineses.

‘Ting bu dong’: a língua como barreira simbólica para os migrantes chineses em Portugal

IRENE RODRIGUES*

“Ting bu dong” é uma expressão comumente usada por falantes chineses para dizerem que não compreendem uma língua, literalmente “ting bu dong” significa “ouve, mas não compreende ou não conhece”. Esta expressão é usada por muitos migrantes chineses em Portugal para darem conta das suas primeiras experiências linguísticas na nova sociedade, nomeadamente das suas experiências iniciais no país, nas quais a língua desempenha um papel fundamental. Este artigo foca, por um lado, algumas questões relacionadas com as competências linguísticas dos migrantes chineses em Portugal e a sua influência na posição dos chineses na sociedade portuguesa, por outro lado, aborda o modo como chineses, em Portugal e na China cada vez mais percebem as competências linguísticas como uma forma de adquirir “capital cosmopolita” (Weenink, 2008) e como tal uma forma de potenciar as suas oportunidades de mobilidade social num mundo global. A partir daqui discutirei a política da aprendizagem de línguas entre migrantes chineses em Lisboa e as suas mudanças ao longo dos últimos 15 anos tendo em conta a ascensão económica e política da China. No final do artigo argumento que a barreira simbólica erguida pelas barreiras linguísticas em torno dos migrantes chineses em Portugal tende a desvanecer nas gerações mais jovens, e que à medida que cresce o interesse económico e político da China sobre o mundo lusófono existem um cada vez maior número de chineses que aprende português e que chega a Portugal com esse objectivo. Assim a globalização da China constitui

* Universidade de Lisboa – ISCSP

uma oportunidade não apenas para a aprendizagem e afirmação do chinês como língua global, mas inclusivamente do português.

PORTUGUÊS PARA PRINCIPIANTES: AS DIFICULDADES DOS MIGRANTES CHINESES

As narrativas da migração chinesa em Portugal descrevem os momentos iniciais de chegada ao país como um período caracterizado por um grande isolamento e até alguma alienação em relação ao novo contexto social e cultural (ver Rodrigues 2012). Tais sentimentos são motivados em grande medida pelo facto destes migrantes se sentirem incapazes de comunicar com as pessoas locais e de compreender o ambiente social que os rodeia. Ainda que muitos frequentem cursos de português e aprendam a dominar algum vocabulário, existe uma ideia de encerramento da comunidade chinesa em Portugal e que não fazem um esforço suficiente para aprenderem português, como acontece com outros migrantes de fora do espaço da lusofonia, nomeadamente oriundos dos países do leste europeu.

O sociólogo Harmut Esser (2006) indicou alguns dos principais fatores influentes na aprendizagem de uma língua em contexto migratório e que podem ajudar a compreender, em certa medida, a situação da aprendizagem do português por parte dos migrantes chineses em Portugal. Esser aponta como importantes a motivação para o rendimento que a aprendizagem dessa língua possa trazer, a oportunidade de frequentar cursos de línguas, bem como as habilidades pessoais e o contexto familiar para a aprendizagem de línguas estrangeiras. No caso da migração chinesa, a grande motivação para a migração tem por base um intenso desejo de mobilidade social ascendente e a procura de oportunidades de usufruir de um tipo de vida 'moderna' e global que à partida os migrantes dificilmente acederiam permanecendo no seu local de origem na China. Tratando-se de uma migração em cadeia, oriunda sobretudo de localidades rurais de Wenzhou e Qingtian no sudeste da província de Zhejiang (Sudeste da China), com forte tradição migratória para a Europa e para Portugal desde o início do século XX¹, a maioria dos migrantes espera concretizar os seus desejos de prosperidade e sucesso através de uma inserção laboral e empresarial no sector económico dominado por outros chineses em Portugal e na Europa. Deste modo, aquando da chegada, a maioria dos migrantes chineses não

¹ Para uma descrição destas relações de migração entre Portugal e a China desde o início do século XX ver Rodrigues (2013).

entende a aprendizagem da língua portuguesa como um fator decisivo no sucesso do seu projeto migratório.² O sucesso é entendido como mais provável de alcançar através do investimento em trabalho e poupança, ou seja, os migrantes pensam que quanto mais trabalharem e menos gastarem mais dinheiro conseguiram juntar e assim alcançar os desejos na base da migração. Tal entendimento dos meios adequados para alcançarem os fins fazem com que o quotidiano da migração chinesa em Portugal seja focalizado no trabalho e na poupança de dinheiro e que a aprendizagem da língua seja na maioria das vezes deixada para segundo plano.

O investimento feito em competências linguísticas de português é normalmente feito à chegada e, devido aos constrangimentos de tempo, apenas o suficiente para assegurar um domínio básico do vocabulário de uso comercial que permita uma interacção com os clientes. Aprender a língua portuguesa de modo mais intensivo e para além deste nível básico é nalguns casos considerado demasiado oneroso em termos de custos de tempo e de dinheiro, e até certo ponto nalguns círculos de migrantes pode até ser criticado e considerado uma perda de tempo. Grande parte dos migrantes chineses que se encontram em Portugal apresentam como habilitações académicas a escolaridade mínima obrigatória na China, correspondente ao 9º ano de escolaridade em Portugal, durante a qual terão tido um primeiro contacto com a aprendizagem de uma língua estrangeira (normalmente inglês), mas na maior parte das vezes com pouco sucesso. Ainda assim, o seu ambiente de origem tende a ser multilinguístico. No Sul da China, inclusivamente em Wenzhou e Qingtian, falam-se línguas locais, e por isso a aprendizagem do mandarim (língua nacional) é iniciada apenas aquando da entrada na vida escolar. Porém, ainda que haja um contacto prévio com outras línguas que não a língua materna, a aprendizagem de uma língua estrangeira como o português, com características muito diversas da língua chinesa constitui um grande desafio. Há diferenças muito visíveis nas duas línguas nomeadamente ao nível da construção frásica, das formas verbais, dos tempos verbais, das conjugações em género e número, e até do sistema de escrita. Mesmo quando existem na área de residência cursos de português para estrangeiros gratuitamente disponibilizados, nas conversas que mantive sobre o assunto muitos migrantes sublinham a dificuldade em aprender nestas

² De um modo geral, na migração chinesa não se aplica a teoria de Adser e Pytlikova (2012) que o domínio de uma língua estrangeira possa ser importante na decisão de migrar. O facto de não dominar a língua do local de destino não parece constituir para os migrantes chineses um impedimento à partida e instalação num país.

turmas. A maioria não domina o inglês, o que dificulta a sua utilização como língua de apoio na aprendizagem e na comunicação com o docente, também ele português, e facilmente se desmotiva. Por outro lado, os chineses sentem que estão em diferentes situações de aprendizagem quando comparando com estudantes europeus que têm alguma proximidade linguística, ainda que remota, ao português. Muitos revelaram-me ter aprendido com maior sucesso com outros chineses que dão aulas de português, ou mais informalmente com amigos e colegas de trabalho ou de casa que comparativamente já tinham uma maior fluência na língua portuguesa. Foi precisamente a pensar que o domínio da língua, pelo menos de algum vocabulário específico, é essencial para a condução da vida em Portugal, que um grupo de chineses residentes em Portugal, alguns deles com um bom nível de português, elaboraram há alguns anos um conjunto de diálogos e vocabulários em CD para aprendizagem da língua portuguesa. Os materiais de aprendizagem centravam-se em diálogos e vocabulários de situações específicas mas banais do quotidiano chinês em Portugal, como no restaurante, na loja, no aeroporto, no banco, nos correios, entre outros. É extremamente raro encontrar algum migrante chinês em Portugal que ao cabo de alguns anos não consiga dominar algum vocabulário comercial básico, pelo menos ao nível da compreensão, porém este domínio da língua é insuficiente para compreender as notícias, seguir programas de televisão e muitas vezes até participar em diálogos além das transações comerciais a que estão habituados.

Para os meus interlocutores as primeiras experiências laborais em Portugal parecem ter sido na maior dos casos cruciais na sua aprendizagem da língua e para o relacionamento futuro com a língua portuguesa. As diferentes posições no mercado laboral dos negócios chineses em Portugal correspondem também a diferentes necessidades e oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa: os homens que trabalharam muito tempo como ajudantes de cozinheiros e cozinheiros de restaurante (um trabalho sobretudo de homens) revelaram-me que quase nada aprenderam da língua nesse período e que poucos contactos e oportunidades tinham de interagir com portugueses, por isso também acabaram por se desmotivar. Por outro lado, migrantes – homens e mulheres – que trabalharam inicialmente como empregados de mesa ou balcão sentiram um impulso inicial para a aprendizagem do português por necessidade. Neste casos a fluência é maior.

O facto de trabalharem num sector dominado sobretudo por outros falantes de chinês e aí construírem a suas redes de amizade e de família contribui para o seu uso limitado que fazem da língua portuguesa.

Tal como assinalado por Esser (2006) os contactos no interior do grupo étnico, a concentração étnica e a disponibilidade de meios de comunicação na língua de origem também influenciam grandemente a aquisição de competências linguísticas na língua da sociedade de acolhimento. Em locais onde existe uma grande concentração de população chinesa, como na área do Martim Moniz em Lisboa, é relativamente fácil conduzir uma vida laboral e pessoal com um conhecimento mais ou menos limitado da língua portuguesa. Neste área do centro da cidade de Lisboa existem muitos negócios chineses como armazéns de revenda, restaurantes e supermercados, mas também cabeleireiros, agências de viagens, lavandarias, restaurantes, livrarias, lojas de telemóveis, dirigidos por patrões chineses e empregados chineses que têm como clientes principais outros chineses. Não obstante, a língua portuguesa é um instrumento de trabalho e uma forma de comunicação para os milhares de lojistas chineses espalhados pelo país que tentam dominar pelo menos o vocabulário necessário para a sua vida comercial e pessoal.

A falta de domínio da língua portuguesa representa para muitos chineses uma incompreensão do funcionamento da sociedade portuguesa, da sua ordem, dos seus códigos, de um modo geral daquilo que comumente se designa por cultura ou modo de vida, contribuindo para a construção de uma barreira simbólica à comunicação entre falantes dos dois grupos linguísticos. A língua é aqui um tipo de código que ajuda a ‘decifrar’ e a ‘traduzir’ uma cultura. A vivência no interior de um grupo de falantes de chinês e a dificuldade em estabelecer relações com falantes de português contribuem assim para a ideia de encerramento da comunidade chinesa que existe na sociedade portuguesa e que, na verdade, ofusca o grande interesse que os chineses têm e demonstram sobre tudo o que se relaciona com a sociedade portuguesa. Contudo esta comunicação de informação tende a ser mediada por instituições e pessoas chinesas que de algum modo se especializaram neste tipo de serviços de mediação e tradução linguística e cultural.

Como forma de acederem à atualidade noticiosa em Portugal, os falantes chineses dispõem de dois jornais, dois programas de rádio e de um portal de internet que os mantém informados e atualizados sobre legislação, política, economia, cultura, bem como de outros assuntos relativos à China e especificamente à comunidade chinesa em Portugal. Os jornais chineses em Portugal, por exemplo, são uma fonte privilegiada de informação sobre a vida portuguesa para os migrantes chineses, aí aprendem sobre o significado dos feriados, sobre a história de Portugal

e acompanham os grandes debates sobre política, economia e sociedade que acontecem na sociedade portuguesa.

Para além destes *media* chineses que vivem da publicidade, sobretudo dos anunciantes chineses, existe ainda um vasto grupo de pessoas chinesas que se especializou em serviços de tradução e interpretação para a comunidade. Este é um grupo diverso composto por chineses que estudaram em universidades chinesas (na China continental ou em Macau) e que vieram completar os seus estudos em Portugal e por cá ficaram aproveitando a oportunidade de negócio que o seu domínio das duas línguas oferecia. Dadas as dificuldades linguísticas da maioria da população estes homens e mulheres facilmente encontraram trabalho como tradutores e intérpretes, jornalistas, repórteres, guias turísticos, intermediários de negócios entre chineses e portugueses.

Há também um pequeno grupo de portugueses de ascendência chinesa que migrou de Moçambique depois da independência em 1975. A maioria não manteve competências linguísticas de mandarim, mas os que conseguiram manter ou desenvolver essas competências durante algum tempo detiveram uma posição de charneira entre a comunidade chinesa e a sociedade portuguesa.

Mais recentemente, as gerações mais jovens de pessoas de ascendência chinesa nascidas na China, mas chegadas a Portugal para frequentar o ensino básico, ou nascidas e educadas em Portugal mas com frequência de escolas e universidades na China, também têm adensado o número de chineses a falar português. Estes tradutores e intérpretes chineses auxiliam em muitas situações do quotidiano como nas idas ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no acesso aos serviços de saúde, nas idas à Segurança Social, no contacto com as escolas das crianças, mas também são requisitados como mediadores linguísticos e culturais em situações que envolvem advogados e contabilistas, por exemplo.

PORTUGUÊS E CHINÊS: LÍNGUAS DE UMA CIDADANIA GLOBAL

Como acima referi, embora a maior parte dos migrantes chineses em Portugal tenha a escolaridade básica, a aprendizagem de língua portuguesa na China Continental remonta à década de 1960. Mas foi a partir do final da década de 1980 acompanhando a nova migração chinesa para a Europa que se começaram a fixar em Portugal alguns dos alunos destas licenciaturas de português na China. Nessa época lecionava-se português apenas em Pequim, Xangai e Cantão (para além de Macau). Quando eu

própria estudei língua chinesa em Pequim no final da década de 1990, havia na capital da China apenas um curso de português na Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim e o número de estudantes rondava os 50. Este facto ainda assim contrastava bastante com o número de estudantes portugueses a estudar língua chinesa em Pequim em 1999, cerca de oito, sem que houvesse em Portugal nenhuma licenciatura em Língua Chinesa ou Estudos Chineses. Já nessa altura em conversa com alguns desses estudantes, um dos quais com quem passei a estudar língua, percebi alguns dos atrativos para estudar português.

Na época, o curso de português era um curso para o qual não era difícil entrar porque dispensava a prestação de provas de exame muito competitivas, como acontecia por exemplo com os cursos inglês, e como tal uma saída possível para aqueles que sonhavam com uma vida fora da China como oficiais do corpo diplomático chinês. Mas o grande interesse na aprendizagem do português estava relacionado especialmente com as oportunidades de negócio que se vislumbravam para o Brasil e para os países africanos de língua oficial portuguesa como Angola e Moçambique. Já a pensar num futuro no Brasil e tendo em conta a dimensão do mercado brasileiro, alguns estudantes procuravam aprender português com sotaque brasileiro.

Desde o início do milénio estas tendências na aprendizagem do português e do chinês acentuaram-se bastante à medida que a China, mas também Angola e o Brasil se assumem cada vez mais como países política e economicamente relevantes na cena internacional. Com o interesse chinês em África, as universidades chinesas conheceram uma verdadeira explosão de cursos de português não apenas nas universidades das grandes cidades como Pequim, Xangai e Cantão, como também em cidades como Harbin ou Dalian, onde até então não havia qualquer tradição de ensino de português ou relação histórica com Portugal. Tal cenário tem contribuído também para a presença de um cada vez maior número de estudantes chineses nas universidades portuguesas. Ao invés do que acontecia no início da década de 1980 principalmente em relação à migração em cadeia da região de Zhejiang, os chineses estão a preparar melhor as suas saídas para fora da China ingressando para tal em cursos de línguas. Alguns estudantes chineses veem no estudo da língua portuguesa uma possibilidade de ingressarem em universidades portuguesas e no final do curso terem acesso ao sistema de ensino português para prossecução de estudos pós-graduados. Este novo fenómeno da aprendizagem do português com o objetivo de emigrar aponta claramente para a ligação positiva entre resultados educativos e aspirações ocupacionais indicada por Portes e Schau-

ffer (1994), ou seja, mais chineses aprendem português para ampliarem oportunidades de trabalho e educação a nível global. Este fenómeno que surgiu timidamente no final da década de 1980 conheceu uma explosão nos últimos anos: sair para estudar é uma forma de conseguir um visto e residir legalmente no país de destino, assim como uma forma de adquirir habilitações e competências que assegurem uma melhor posição estrutural no mercado de trabalho da sociedade para onde se vai. É portanto de esperar que a maior parte dos estudantes de português que ingressam em universidades chinesas e prossigam os seus estudos em universidades portuguesas não regressem à China, mas antes que permaneçam em Portugal ou sigam para outros locais do mundo lusófono.

As preocupações com a aprendizagem de línguas estão também muito presentes entre os chineses que residem já há várias décadas em Portugal quando se trata do futuro das gerações mais jovens. Se a primeira geração de migrantes chineses em Portugal era dominada por pessoas com dificuldades no domínio do português, a geração mais jovem que veio para Portugal ainda em idade escolar ou já nascida e educada em Portugal apresenta um domínio da língua portuguesa incomparavelmente superior ao da geração dos pais, sendo o português inclusivamente para muitos a língua materna. Nestes casos as preocupações parentais não se prendem tanto com a aprendizagem da língua portuguesa, mas sobretudo com a aprendizagem da língua chinesa.

No início do fluxo migratório de nova migração chinesa para Portugal, no final da década de 1980, era relativamente difícil assegurar uma educação em língua chinesa para as gerações mais jovens e por isso as famílias optavam por deixar as crianças entregue a familiares ou colégios internos na China até completarem a escolaridade básica de modo a assegurarem que os seus filhos não se tornariam descendentes de chineses sem qualquer ligação linguística e cultural à China. Tais receios são sugeridos na expressão que muitos utilizam para designar este fenómeno: ser “banana”, i.e., ‘amarelo’ por fora (chinês) e ‘branco’ por dentro (ocidental). Ainda assim, correndo este risco muitos chineses optaram por manter os filhos por perto, em Portugal, entregues a amas portuguesas durante toda a semana, o que contribuiu para o afastamento linguístico e até emocional entre pais e filhos.

A Escola Chinesa de Lisboa surgiu precisamente no final dos anos 1990 num momento em que a comunidade cresceu exponencialmente e se fazia sentir a necessidade de um espaço que pudesse auxiliar os pais chineses na tarefa do ensino da língua chinesa a par da frequência de instituições de ensino regular em Portugal. Ainda assim, as aulas de chinês

de fim-de-semana, mesmo com um ambiente linguisticamente favorável em casa, não são em muitos casos suficientes para que as crianças filhas de pais chineses adquiram um domínio elevado da língua pelo menos ao nível escrito. Por esse motivo, muitos pais optam por enviar os seus filhos para estudarem chinês em universidade chinesas depois da finalização dos estudos secundários em Portugal, e às vezes já durante o primeiro ciclo de estudos universitários. Após dois semestres seguidos ou intercaldares num ambiente absolutamente chinês, o nível de mandarim melhora exponencialmente. Até ao início da década de 2000 os pais fomentavam a aprendizagem da língua chinesa entre os seus filhos essencialmente por motivos emocionais relacionados com a manutenção de uma ideia de “ser chinês” e com o objetivo de assegurar que a geração mais jovem mantinha uma ligação e relação emocional com as gerações mais velhas e com a família na China, mas nos últimos anos tem havido uma alteração das motivações para o estudo do mandarim. Como expressa a metáfora da “banana”, as gerações mais velhas procuram assegurar que os mais novos não só compreendem a língua como também a cultura chinesa e as formas de relacionamento interpessoal, nomeadamente as relações de reciprocidade ao nível familiar, e possam assim sentir-se mais ligados a uma identidade chinesa. Tipicamente, os pais chineses esperam que os seus filhos possam olhar por eles quando eles forem velhos, da mesma forma que os pais asseguraram o seu crescimento e educação desde que eles nasceram. Assim, uma educação chinesa e o domínio da língua chinesa poderia impedir que as crianças sigam *waigoren de lu* – “o caminho dos estrangeiros”, i.e., um estilo de vida ocidental pondo de lado a família chinesa e o modo de estar chinês.

A par da globalização chinesa (Pieke *et al.* 2004) e da ascensão económica e política da China desde o ano 2000, fenómenos cada vez mais difundidos nos *media*, os pais chineses migrantes em Portugal começaram a entender a aprendizagem da língua chinesa não apenas como uma forma de fomentar a ligação a uma ancestralidade chinesa, mas cada vez mais como um elemento daquilo que Don Weenink (2008) designa como “capital cosmopolita”. Esta ideia de “capital cosmopolita” está relacionada com as ambições globais de mobilidade social ascendente de muitas famílias chinesas, e que passa de algum modo pelo acesso a um tipo de cidadania global (Vertovec e Cohen 2002). No início do milénio, Mary W. Crabb descrevia precisamente o modo como os pais da classe média chinesa se tinham tornado consumidores/investidores numa educação transnacional que assegurasse à família a realização das promessas de uma modernidade cosmopolita chinesa (2010: 387), o que entre outras coisas

passava por uma aprendizagem de inglês. Fora da China os pais chineses parecem cada vez mais conscientes do papel económico a nível mundial que parece destinado à China no futuro, e hoje incentivam os seus filhos a estudar chinês não apenas porque é uma língua ligada ao seu passado, mas também porque o mandarim é muito provavelmente uma das línguas do seu futuro.

A educação das gerações mais jovens, numa perspetiva de ampliação das possibilidades de mobilidade social, é uma das grandes preocupações e investimentos das famílias chinesas tanto na China como em Portugal. Uma parte importante dos seus rendimentos são investidos na educação das crianças, procurando-se as melhores escolas e colégios que possam dar aos seus filhos uma maior preparação para o futuro. Na escolha destes colégios pesa muito a possibilidade de alargamento das competências linguísticas, nomeadamente do inglês, e hoje também de mandarim. A preferência por escolas onde há um ensino em inglês serve de preparação para a prossecução de estudos universitários em universidades em países de língua inglesa, ambicionando-se as prestigiadas universidades no Reino Unido e Estados Unidos. Hoje, à medida que a China é incluída nesta globalização, as escolhas das famílias de origem chinesa fora da China procuram acomodar esta alteração numa perspetiva de grande flexibilidade em relação ao futuro.

CONCLUSÃO

Deste modo gostaria de concluir sublinhando as grandes mudanças que se operam entre os migrantes chineses em Portugal ao nível do domínio do português. Se a primeira geração apresentava um fraco domínio da língua portuguesa, encontramos entre os descendentes da primeira geração de migrantes chineses e as novas gerações de estudantes de português que se tornam migrantes uma competência linguística dupla tanto ao nível do português como do mandarim respondendo precisamente aos desafios de desenvolvimento da economia mundial que no futuro parecem apontar para estarem fora da Europa, com o português no Brasil e em África e o mandarim na Ásia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADSER, Alicia e MARIOLA PYTLIKOVA (2012) «The role of language in shaping international migration», *IZA Discussion Paper* n° 6333.
- CRABB, Mary W. 2010. «Governing the middle-class family in urban China: educational reform and questions of choice». *Economy and Society*, 39 (3), 385–402.
- ESSER, Hartmut (2006) *Migration, language and integration*. AKI Reserach Review, 4. Social Science Research Center, Berlin.
- PIEKE, Frank N. *et al.* (2004) *Transnational Chinese. Fujianese Migrants in Europe*. Stanford: Stanford University Press.
- PORTES, Alejandro e RICHARD SCHAUFFER (1994) « Language and the second generation. Bilingualism yesterday and today”, *International Migration Review*, 28 (4), 640–661.
- RODRIGUES, Irene (2013) “Heterotopias da migração: deslocamentos entre lugares ‘remotos’ na China e em Portugal no início do século XX”, *Revista Oriente*, n° 22, Fundação Oriente.
- RODRIGUES, Irene (2012) *The economy of Chinese migration to Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- VERTOVEC, Steven e ROBIN COHEN (2002) «Introduction: conceiving cosmopolitanism» in Vertovec and Cohen (ed.) *Conceiving cosmopolitanism: theory, context and practice*. Oxford: Oxford University Press.
- WEENINK, Don (2008) «Cosmopolitanism as a form of capital parents preparing their children for a globalizing world», *Sociology*, 42 (6), 1089–1106.

**2000-2025 – O IMPÉRIO DO MEIO
RENASCE PARA A ECONOMIA GLOBAL:
OPORTUNIDADES PARA INTERMEDIAR
E TRIANGULAR**

O Espaço Lusófono, os Oceanos e as Ásias

JOSÉ FÉLIX RIBEIRO*

1. INTRODUÇÃO: O ESPAÇO LUSÓFONO COMO UM ESPAÇO GEOPOLÍTICO OCEÂNICO

Este apontamento interroga-se sobre qual a posição que o espaço lusófono, materializado na CPLP pode assumir a nível global nas primeiras décadas do Século XXI, se quiser ter um papel na reformulação da relação de forças geopolítica e geoeconómica que está a ocorrer a nível mundial, e como poderão ser encaradas as relações com as potências asiáticas, aspeto crucial no seu posicionamento.

Convém começar por destacar que, ao contrário da UE, do MERCOSUL, da SAAC, a CPLP não é uma organização que tenha como base uma proximidade continental. Pelo contrário a CPLP é uma organização com base Oceânica cujo “centro de gravidade” se localiza no Atlântico Sul, mas que também integra membros presentes no Atlântico Norte e no Indico.

E recorde-se que os agrupamentos continentais, (a começar pela União Europeia) têm como vocação regionalizar a economia mundial, enquanto os espaços oceânicos são por natureza os espaços das globalizações.

Por isso a abordagem que se segue incide sobre as mudanças que possivelmente se vão verificar nas próximas duas décadas na importância relativa e no grau de turbulência dos diversos Oceanos e espaços marítimos principais

* Especialista em Prospectiva Estratégica

2. OS OCEANOS, A ESTRATÉGIA E A GEOECONOMIA NA SEGUNDA METADE DO SÉC XX

A segunda metade do século XX assistiu a uma profunda transformação das funções económicas dos oceanos e a uma alteração da geografia mundial das actividades a ele ligadas. Podemos afirmar de forma sintética que:

- ❑ Os Oceanos conservaram, se não ampliaram o seu papel como vector chave na área da Defesa – a dissuasão nuclear, ao entregar aos submarinos nucleares o fundamental da capacidade de *segunda frappe* fez da marinha uma arma ainda mais decisiva do que sempre tinha sido.
- ❑ Os Oceanos ganharam uma função nova como fontes de energia com o desenvolvimento da exploração de petróleo *offshore*, nomeadamente a partir da crise petrolífera de 1973, não tendo os recursos de petróleo e gás natural *offshore* parado de ascender em importância.
- ❑ Os Oceanos mantiveram um papel chave no transporte de mercadorias, tendo-se assistido a uma dupla revolução tecnológica e organizativa com a generalização do transporte por contentor de carga manufacturada e do transporte marítimo de **gás natural liquefeito**.
- ❑ Os Oceanos perderam o essencial das funções de transporte de passageiros que se transferiu para aviação, tendo ficado confinados a um segmento muito dinâmico a partir dos anos 70: os cruzeiros.
- ❑ Os Oceanos viram reduzir-se a sua importância no fornecimento alimentar do planeta perante a revolução tecnológica da agricultura – a Revolução Verde – que tornou possível um aumento da população mundial na escala da que se verificou desde o pós-2ª guerra mundial.
- ❑ Os Oceanos, ou melhor as regiões litorais, tornaram-se no centro da maior indústria mundial – o turismo – já que o segmento do turismo sol/praias cresceu exponencialmente desde que aviação civil tornou acessíveis novos espaços a custos comportáveis para as populações das economias mais desenvolvidas.

3. 1980-2000: hierarquia dos espaços MARÍTIMOS – estratégia e geoeconomia

Podemos afirmar que nas últimas décadas três espaços marítimos se destacaram pela sua importância:

- O **Atlântico Norte e o Mediterrâneo** – foram durante a guerra fria espaços cruciais do ponto de vista estratégico, para o confronto entre as duas superpotências, para a segurança de Israel e para o “policiamento” do Golfo Pérsico; e reuniram as economias dos EUA e da Europa Ocidental num rede de relações comerciais e de investimento sem paralelo a nível mundial; a implosão da URSS em 1991 reduziu a importância estratégica do Atlântico Norte e a emergência económica do Pacífico a partir da década de 70 retirou-lhe a centralidade que tivera nas décadas de 50, 60 e 70; enquanto o Mediterrâneo manteve a sua importância em relação à segurança de Israel e ao “policiamento” do Golfo Pérsico.
- O **Golfo Pérsico** – foi fundamental em termos geoeconómicos pelo seu potencial energético inigualável, crucial para Ásia Pacífico e significativo para a Europa Ocidental e para os EUA
- O **Pacífico** afirmou-se como espaço económico emergente desde o final da década de 70, onde se concentrou o crescimento mundial e onde se estreitaram relações comerciais e de circulação de capitais entre, por um lado os EUA, e por outro, e em sucessão, vários Estados/Entidades Asiáticas – Japão, Coreia do Sul, Taiwan e China, Tailândia, Malásia e Singapura; a presença militar dominante da marinha e força aérea dos EUA no Pacífico e Índico, combinadas com a capacidade de projecção de forças terrestres em curto tempo para o Golfo Pérsico contribuíram para a estabilidade das relações entre os referidos Estados asiáticos, com fortes tensões entre si, e permitiram que se concentrassem no crescimento económico, sem necessidade de canalizar para a defesa partes muito significativas dos seus orçamentos.

Já no que respeita a outros espaços Oceânicos será de referir que neste período:

- O **Índico** teve importância como acesso ao Golfo Pérsico e no enquadramento marítimo do conflito essencialmente continental entre a Índia e o Paquistão.

- O **Atlântico Sul** pouca importância **global** assumiu, em termos estratégicos ou geo económicos.
- O **Ártico** teve no essencial funções estratégicas estreitamente associadas, e subordinadas, ao Atlântico Norte.

4. SÉCULO XXI: A CAMINHO DE UMA NOVA HIERARQUIZAÇÃO DOS OCEANOS

Actualmente esta divisão de funções e esta hierarquização dos Oceanos e Espaços Marítimos está a experimentar uma mudança profunda devido à actuação conjunta de três factores:

- A emergência da China como economia “sedenta” de energia, minérios e alimentos, e como actor com ambições de hegemonia regional e de poder global.
- A acumulação de tensões no Golfo Pérsico num período de incerteza quanto à capacidade e a determinação dos EUA em manter-se como poder hegemónico nesta Região.
- As dificuldades económicas e as hesitações políticas dos EUA exigem uma reformulação de prioridades estratégicas que pode demorar tempo a realizar-se e que, no entretanto, deixará uma imagem de declínio de poder e de influência dessa superpotência.

De forma mais detalhada a Figura I representa o que consideramos serem as três “grandes competições” que irão marcar a primeira metade do século XXI:

1. A competição que envolve os EUA e a China, em termos estratégicos, geopolíticos e geoeconómicos, antes de mais no Oceano Pacífico, mas também no Indico e mesmo no Golfo Pérsico, no contexto de uma competição pelo controlo do ciberespaço e pela militarização do espaço exterior.

2. A competição que envolve a China e a Índia em torno do Tibete, do Paquistão, do Afeganistão e do acesso à Ásia Central, e cada vez mais em torno do Indico por onde passam as linhas de comunicação marítimas da China com o Golfo Pérsico e o Atlântico Sul, regiões que interessam igualmente à Índia por razões de acesso a recursos energéticos.

3. A competição que envolve o Mundo Islâmico consigo próprio e com Israel, centrado no Mediterrâneo, no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico mas com uma dinâmica em que o controlo estratégico do Indico será decisivo.

Figura I
Três grandes competições para a primeira metade do século XXI



Estas três “Grandes Competições” vão ter consequências sobre a Hierarquia e a Conflitualidade dos Oceanos e Espaços Marítimos:

- O **Pacífico** vai tornar-se um espaço marítimo muito mais tenso – se não mesmo o mais conflituoso – com a China a competir com os EUA para controlar o extenso corredor marítimo que ao longo da sua costa permite aceder a Taiwan, cortar a sul as linhas de abastecimento marítimo ao Japão e à Coreia do Sul e bloquear as províncias costeiras chinesas mais exportadoras, em caso de revolta ou ameaça de secessão; sem controlar este espaço marítimo próximo a China não tem maneira de compensar a superioridade dos EUA nas extensas linhas de comunicação marítima de abastecimento que a separam do Golfo Pérsico e da África.

- O **Golfo Pérsico e o Mediterrâneo** podem vir a “incendiar-se” com uma série de guerras civis e de guerras interestatais determinadas pela conflitualidade entre muçulmanos – resultantes de diferenças religiosas (xiitas versus sunitas, fundamentalistas contra reformistas), civilizacionais (árabes contra persas), políticas (regimes republicanos contra monarquias, ambos com problemas de sucessão difíceis de resolver); conflitos que se vão desenrolar em interação com o antagonismo da maioria dos actores estatais e não estatais muçulmanos com Israel.

Três **Oceanos** vão “ganhar” relevância no século XXI, graças às três competições que se referiram.

- O **Índico** vai tornar-se no oceano mais importante do ponto de vista estratégico, quer pelo acesso que permite ao Golfo Pérsico, quer pelo papel central que vai ocupar na conflitualidade interasiática entre a China e a Índia, que vai ganhar uma natureza principalmente marítima (e quando terrestre, será subordinada às prioridades marítimas)
- O **Atlântico Sul** vai tornar-se num oceano muito mais central do ponto de vista geoeconómico, pela excepcional disponibilidade nas suas margens de água/alimentos, minérios e energia, importantes quer para a Ásia – China e Índia – mas também para os EUA (no que respeita à energia e minérios para a alta tecnologia).
- O **Ártico** vai tornar-se num espaço geopolítico fundamental, pois em torno das suas riquezas energéticas e das novas linhas de comunicação marítimas que proporciona ao Hemisfério Norte pode vir a estruturar-se numa **nova convergência** entre EUA, Canadá e Noruega, por um lado, e Rússia, por outro, atraindo o Japão e a Alemanha; permitindo assim reformular as alianças da Rússia de um modo que a torne menos interessada numa parceria com a China ou com o Irão.

CONCLUSÃO: A NOVA HIERARQUIA DOS OCEANOS E A CPLP – QUE PARCERIAS PRIORITÁRIAS PARA O SÉCULO XXI?

A CPLP tem o seu centro de gravidade situado no Atlântico Sul – integrando os segundos maiores produtores energéticos de cada margem, Brasil, na América do Sul, e Angola, em África, mas dispõe de uma presença no Índico com Moçambique e as recém-descobertas de gás natural de nível mundial e as grandes reservas de carvão, e com Timor Leste.

A cada vez maior importância do Atlântico Sul na geoeconomia mundial, e em particular para a(s) Ásia(s), coloca a CPLP como um espaço de cooperação cada vez mais interessante para os Estados asiáticos.

E, em particular, a China revela interesse em tornar-se a prazo o principal parceiro de investimento do espaço lusófono, incluindo os investimentos que realiza em Portugal.

No contexto das competições que referimos atrás pode conceber-se um cenário em que a maioria dos Estados da CPLP aceitam a China como parceiro preferencial para o século XXI.

Mas também se pode conceber um cenário em que **a CPLP aproveite a matriz de relacionamento histórico de Portugal com as Ásias, optando por uma aproximação equilibradas às três potências asiáticas: Japão, China e Índia.**

Qualquer que seja escolha que fizerem em torno da questão – **Como se relacionará no futuro o espaço Lusófono com a(s) Ásia(s)?** -os Estados Membros da CPLP irão ser protagonistas relevantes da evolução geopolítica mundial

O Regresso do “Império do meio” e os Países de Língua Portuguesa

CARLA FERNANDES*

Resumo: A emergência da China, de uma economia isolada para uma das maiores forças de mercado do mundo, é um feito incomparável na história da humanidade. Contudo, essa emergência é acompanhada por grandes desafios, nomeadamente a necessidade cada vez maior de recursos minerais e energéticos. Este artigo procura interligar a relação da China com os Países de Língua Portuguesa, apontando e analisando como é que estes países se inserem nos objectivos actuais da Política externa chinesa e qual o seu contributo para o regresso do “Império do Meio”.

Palavras-chave: República Popular da China, Diplomacia Económica, Diplomacia Energética, Países de Língua Portuguesa

长风破浪会有时，直挂云帆济沧海
*I will mount a long wind some day and break the heavy waves
And set my cloudy sail straight and bridge the deep, deep sea*

Li Bai, *The Hard Road* (行路难)

REGRESSO DO “IMPÉRIO DO MEIO”. PRINCIPAIS DESAFIOS

O Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, durante a visita à exposição *O Caminho em Direcção ao Rejuvenescimento* patente no Museu Nacional da China, em 29 de Novembro de 2012, empregou várias frases de Mao Zedong e citou o poema *The Hard Road* do poeta da Dinastia Tang, Li Bai. Com este poema, Xi Jinping

* Universidade Nova de Lisboa, FSCH

sugeria que, após 170 anos de luta depois da Guerra do Ópio, a República Popular da China (RPC) mostrava-se “*confiante e capaz*” de alcançar a sua revitalização (*fluxing*), um dos maiores sonhos da nação chinesa na história moderna. Desde essa ocasião, o Secretário-geral e actual Presidente da China Xi Jinping tem utilizado nos discursos públicos a referência ao “*sonho chinês*” (*zhōngguó mèng*), enfatizando que, o objectivo principal do seu governo é a realização do “*sonho chinês*” de uma “*grande revitalização da Nação chinesa*” (*zhonghua minzu weida fluxing*) (Xinhua, 2012).

Na linha do pensamento de alguns estrategas chineses (Shiping & Yunling, 2005, pp. 48-49), o “*sonho chinês de rejuvenescimento*” pode ser compreendido como o regresso da China ao estatuto perdido de “Grande Poder” (*Da Guo*)¹. Consideram que a China sempre pertenceu ao clube dos “grandes poderes” devido ao seu tamanho, à sua população, à sua história milenar e à sua economia. Presentemente, está num processo de recuperação de seu estatuto como uma grande potência regional e, eventualmente, como uma grande potência mundial (*Da Guo*). Com efeito, a emergência da China, num espaço de trinta anos, de uma economia isolada para uma das maiores forças de mercado do mundo, é um feito incomparável na história da humanidade. Se tivermos em conta que a economia da China, desde o início do século XVI até aos inícios do século XIX, foi uma das maiores do mundo², poderemos sublinhar que, a sua ascensão económica actual é mais uma das evidências que o fim da guerra-fria não marcou o “fim da História” defendido por Francis Fukuyama (1989) mas o regresso da História, com o “*ressurgimento*” da China como um “*Da Guo*”.

Pese embora a RPC se mostre de acordo com o Presidente Xi Jinping “*confiante e capaz*” de alcançar o seu objectivo, o seu ressurgimento é acompanhado por grandes desafios, que para o antigo Vice-Presidente da Escola do Partido Comunista Zheng Bijian (2013) englobam “*as restrições de recursos e os impactos ambientais, um desenvolvimento económico e social desequilibrado, que inclui o desequilíbrio entre o investimento e o consumo, entre investimentos estrangeiros na China e investimentos chi-*

¹ Este conceito “*da guo*” é um dos conceitos principais da actual “*Grande estratégia*” chinesa, cujo objectivo é proteger e criar um ambiente propício (económico, político e de segurança) para que a China possa concentrar-se sobre o seu desenvolvimento (económico, social e político).

² Em 1820, a economia da China era tão grande quanto a da Europa, sendo responsável por um terço do PIB mundial (Maddison, 2001 citado pelo Banco Mundial, 2012, p. 3). Entre 1820 e 1950, a China experimentou um doloroso declínio e, a partir de 1978, tem tido uma ascensão meteórica e está retomar o estatuto de “*grande poder*” económico, liderando, juntamente com a Índia, a dinâmica da emergência da Ásia.

neses no exterior, entre as cidades e as áreas rurais e entre as regiões leste e oeste; a difícil reestruturação industrial e insuficiente pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D); recursos humanos incapazes de atender às necessidades da estrutura de emprego e a distribuição desigual de renda”.

A China é um país de contrastes. Possui vastos recursos naturais, como minerais, metais e petróleo³, mas que não são suficientes para a sua numerosa população e para sustentar o seu desenvolvimento económico. Encerra um vasto território mas com diferentes níveis de desenvolvimento, acentuando-se cada vez mais a desigualdade entre as regiões a leste, mais prósperas, e as a oeste, pouco desenvolvidas, a distância entre ricos e pobres (2,7 milhões de milionários e 251 bilionários enquanto 169 milhões de pobres vivem com menos de 1€ por dia) e o fosso entre as cidades e o campo (os trabalhadores urbanos ganham quatro vezes mais do que os trabalhadores rurais) (Wye, 2012). Para além de ser o país mais populoso do mundo e a segunda maior economia do mundo, é também um dos principais consumidores mundiais de vários produtos primários, agrícolas, minerais e energéticos.

Em 2011, foi o principal consumidor de trigo, soja, arroz e carne e o segundo maior consumidor de milho. Em 1990, a sua proporção no consumo mundial de zinco, alumínio e cobre era de cerca 10% e, em 2011, já era superior a 40% (CEPAL, 2012). Em termos energéticos, e apesar do seu consumo de energia *per capita* ser inferior ao consumo dos Estados Unidos (EUA), representando cerca de três quartos da média mundial (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2007), a China é o maior consumidor mundial de energia. O crescimento da sua economia a um ritmo de cerca de 10% ao ano é escoltado por um aumento do consumo de energia que não é colmatado pela produção interna, impulsionando o país a depender cada vez mais de fontes energéticas importadas, nomeadamente de petróleo, gás e carvão⁴. Se as descobertas de poços gigantes de petróleo na década

³ A China é um país com vastos recursos energéticos, possuindo as terceiras maiores reservas de carvão do mundo, as segundas maiores reservas de petróleo e de gás da Ásia-Pacífico. Os seus recursos energéticos estão distribuídos pelo território de forma desigual, com o carvão localizado, principalmente, na parte norte da região central e ocidental do território, as hidroeléctricas no sudoeste, e o petróleo e o gás natural no leste, centro e oeste e ao longo da costa chinesa.

⁴ O *mix* energético chinês é dominado pelo consumo de carvão (70%), seguido pelo petróleo (19%) e, não obstante Pequim estar a encetar esforços e a estabelecer metas para aumentar o consumo de energia combustível não fóssil, as fontes hidroeléctricas (6%), o gás natural (4%), a energia nuclear (1%) e outras energias renováveis (0,3%) ocupam ainda uma pequena percentagem na sua matriz (EIA, 2011).

de 60 permitiram que a RPC fosse auto-suficiente energeticamente e que conseguisse ter capacidade de exportar petróleo para os países vizinhos, em 1993, passou para país importador. Na década seguinte, ultrapassou o Japão, posicionando-se como o segundo maior consumidor de petróleo a nível mundial. As projecções da British Petroleum (BP) e da US Energy Information Administration (EIA) apontam para que a RPC destitua os EUA da sua posição e se transforme no maior consumidor de petróleo mundial em 2035.

Desde 1949, a política externa e de segurança da República Popular da China tem sido guiada por três grandes prioridades: a primeira, a protecção da soberania e da integridade territorial, a segunda, a promoção do desenvolvimento económico e a terceira, a ampliação do seu estatuto internacional. Todavia, o ênfase dado pelos líderes chineses a estas três prioridades estratégicas tem-se manifestado de forma diferente. Enquanto Mao Zedong enfatizava na política externa a soberania, a integridade territorial e o estatuto, os líderes a partir de Deng Xiaoping colocaram a prioridade no desenvolvimento económico nacional. À medida que a economia chinesa continuava a crescer, a diplomacia deixou de ser exclusivamente para protecção da soberania chinesa, enveredando crescentemente pelos temas da segurança regional e da obtenção do estatuto internacional.

Para Evan Medeiros (2009, p. 15), o desenvolvimento económico como prioridade da política externa é um fenómeno da “*Era da Reforma*”, e refere-se aos esforços de mais de 30 anos para assegurar um ambiente externo estável e favorável, melhorar as condições de vida dos cidadãos chineses e para a construção de um “*poder compreensivo nacional*” (*zōnghé guóli*)⁵ e alcançar a revitalização da China como grande potência

⁵ Poder Compreensivo Global (CNP) é um conceito importante do pensamento político chinês contemporâneo sobre o poder global do Estado-Nação, e tem como base a declaração de Deng Xiaoping “*para medir o poder nacional, deve-se ter em conta o poder abrangente e de todos lados*” (*People’s Daily*, 26 Fevereiro 1990). O CNP refere-se às condições e às forças combinadas globais de um país em diversas áreas, tais como o território, a disponibilidade de recursos naturais, a capacidade militar, o poder económico, a ciência e a tecnologia, as condições sociais, o governo nacional, a política externa e o grau de influência internacional. De acordo com P. K. Ghosh (2009, p. 18), o CNP é “*uma medida avaliativa, feito de forma qualitativa e quantitativa, decorrente de todos estes factores. Enquanto a forma qualitativa recorre às discussões gerais sobre os pontos fortes e fracos de um país, a segunda, a quantitativa, é utilizada para calcular os valores numéricos de CNP, através da utilização de fórmulas e sistemas extensivos de índices e de equações.*” Os analistas políticos chineses acreditam que, ao calcular numericamente o CNP pela combinação de vários índices que englobam factores militares (ou *hard power*) e económicos e culturais (ou *soft power*) cria-se um único número para medir o Poder do Estado-Nação. Numa escala de 100, os EUA encontram-se em primeiro, com

(*Da Guo*)⁶. Foram os desafios ao desenvolvimento económico que conduziram a RPC a utilizar, a partir da década de 90, na sua política externa a “Diplomacia Económica” (*jingji waijiao*) e a “Diplomacia Energética” (*nenggyuan waijiao*). A Diplomacia Energética que procura ampliar o comércio e as oportunidades de acesso a investimento, tecnologias e *know-how* é acompanhada, desde 2002, pela estratégia *Going Out* (*zou chu qu*), que se traduz pelo apoio político e financeiro às companhias chinesas para adquirirem participações de exploração no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. O apoio político envolve negociações de alto nível de governo para governo realizadas através da “Diplomacia dos Grandes Líderes” (*lingdao waijiao*), caracterizada pelas visitas dos mais altos representantes do Estado a diferentes partes do mundo destinadas a demonstrar o “desenvolvimento pacífico da China” (*zhōngguó hépíng fāzhǎn*) e ampliar o comércio, o diálogo e as relações de cooperação. O apoio financeiro, por sua vez, traduz-se no empréstimo com condições preferenciais por parte de bancos estatais, como o Eximbank da China e o China Development Bank, às companhias chinesas que investem no estrangeiro.

Desde início da década de 2000, Pequim procura ampliar as relações em termos bilaterais e multilaterais com os países detentores dos recursos naturais a nível mundial. É neste reforço de relações que devemos inserir as relações com os oito países de língua Portuguesa (PLP): Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

A RPC E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A China e os Países de Língua Portuguesa possuem uma longa e histórica relação que transpôs diversas e distintas fases, muitas vezes principiada antes da chegada dos portugueses, tal como com Timor-Leste, cujos primeiros contactos remontam ao século XIII, ao período em que os navegadores chineses aportaram à ilha em busca do sândalo. Com os países africanos as relações datam do século X, embora o engajamento

90 pontos, a China está em sexto com 60 pontos, depois do Reino Unido, da Rússia, da França e da Alemanha (Prakash, 2011, p. 6).

6 Shiping & Yunling (2005, pp. 48-49) defendem que, os líderes e a elite chinesa sempre acreditaram que a China pertencia ao clube dos “grandes poderes” (*da guo*) devido ao seu tamanho, população, história e mais recentemente, crescimento. E se nos últimos dois séculos, a China não foi um “grande poder”, o objectivo actual é transformar a China num grande poder.

chinês na maioria dos países africanos de língua portuguesa tenha começado num período mais tardio, durante os movimentos independentistas em África. Neste sentido e em termos gerais, com exceção de Portugal e o Brasil, podemos dividir as relações da China com os PLP em três fases: a primeira, remonta aos primeiros contactos e abrange a período em que os PLP estavam integrados no território português; a segunda nasce com as relações assinaladas pelo apoio de Pequim aos movimentos independentistas e o posterior estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e os PLP; a terceira fase que pode ser subdividida em outras fases mas que, em geral, é caracterizada, particularmente a partir do lançamento da estratégia chinesa *Going Out*, pelo fortalecimento das relações diplomáticas e da cooperação económica com os PLP.

Em termos de desenvolvimento, os Países de Língua Portuguesa encontram-se em patamares distintos, destacando-se o Brasil como a primeira economia da América Latina e dos PLP, a segunda do continente americano e, depois de ter ultrapassado a economia britânica em 2011, a sexta maior economia em termos de PIB no *ranking* das maiores economias mundiais. Nos últimos anos, este país lusófono tornou-se numa das grandes economias emergentes graças às condições extremamente favoráveis a nível internacional até 2008-2009 e às suas reformas para estabilizar a economia, através da promoção de investimento e da indústria do petróleo, expandindo a sua presença nos mercados globais. Contrastando com o Brasil, encontra-se a Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, dois PLP inseridos no grupo dos países mais pobres do mundo, com economias fundamentalmente dependentes da pesca e da agricultura. Detêm um desenvolvimento humano baixo ocupando, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, respectivamente a 176^a e a 144.^a posição em 187 países.

Pese embora hajam diferenças entre os PLP, estes desfrutam de um legado histórico e de uma herança cultural comum, a língua portuguesa. José Paulo Esperança (2012) sustenta que “*uma língua é um património tanto mais valioso quanto mais parceiros e mais utilizadores, ela tiver*”. Neste sentido, a Língua Portuguesa é um património valioso pelo número dos seus utilizadores e instituições em que é empregue, ao ser utilizada por mais de 250 milhões de pessoas, por ser a 3.^a língua europeia mais falada, o 5.^o idioma mundial e o 5.^o mais utilizado na internet, e uma das línguas oficiais da União Europeia (UE), da Organização dos Estados Americanos, da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da União Africana e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para a RPC é um património valioso

a nível económico visto que é a língua utilizada por um mercado de 257 milhões de pessoas, localizado em quatro continentes diferentes, cujos oito países são membros de diferentes organizações regionais de cooperação económica, o que amplia as potencialidades de investimentos chineses no exterior. Como aludiu o Ministro do Comércio Chinês Chen Deming, na cerimónia que anunciou o Plano de Acção do Fórum de Macau para 2010-2013, em 2011, “*Portugal é um país da União Europeia e a cooperação com Portugal é uma forma de entrar na Europa. O Brasil é o maior país da América do Sul. Cada país tem as suas vantagens*” (Chen Deming, 2010 citado por Lopes, 2011).

O valor económico deste mercado e as “*vantagens*” de cada um dos PLP pode, deste modo, explicar primeiramente, o interesse de Pequim em aprofundar as relações económicas-comerciais com estes países, nomeadamente com Portugal e o Brasil. O primeiro, parceiro estratégico da RPC desde 2005⁷, possui 10,8 milhões de habitantes e é um Estado-membro da UE, uma organização com 28 países europeus e com uma população de 500 milhões de habitantes. Possui vínculos históricos com todos os países lusófonos, podendo representar uma plataforma ente a RPC e os PLP, e entre a China e a organização europeia, especialmente para facilitar o acesso às empresas chinesas de tecnologias avançadas ou permitir “*fazer produções em conjunto com os fabricantes portugueses, sobretudo servindo-se do seu estatuto de membro da UE para contornar barreiras comerciais impostas pela organização*” (Peng, 2006, p. 710). O segundo, usufrui do maior mercado na América Latina, está integrado na União de Nações Sul-Americanas e na Mercosul e é um dos maiores blocos económicos mundiais com uma população estimada em 199 milhões de pessoas, com o qual Pequim estabeleceu uma Parceria Estratégica Global, em 2012. Para a China, é um parceiro estratégico importante em termos económicos e, em oposição à maioria dos outros países lusófonos e da América Latina, oferece oportunidades de investimento lucrativas para além dos sectores das *commodities* às companhias estatais (*guaban*) chinesas. Empresas como a Huawei Technologies Co. Ltd, ZTE Corporation, AOC do Grupo TPV – Top Victory Electronics, Hao Bao Motor, a Overseas, SVA Group, encontram-se estabelecidas no Brasil desde meados da década de 90, utilizando a zona franca de Manaus para obter isenções fiscais⁸.

⁷ Portugal e a RPC estabeleceram relações diplomáticas a 8 de Fevereiro de 1979. A Parceria Estratégica foi assinada pelos Primeiros-Ministros José Sócrates e Wen Jiabao, em Dezembro de 2005.

⁸ Entre as isenções fiscais salienta-se a isenção do imposto de importação, que permite as empresas actuarem como montadoras usando a tecnologia internacional, a isenção do

Através de *joint-ventures* procuram aceder a *know-how*, a tecnologias brasileiras e ampliar a sua participação no mercado mundial. A Aviation Industry Corporation of China (AVIC), por exemplo, criou com a empresa brasileira Embraer S.A., em 2002, a *joint-venture* Harbin Embraer Aircraft Industry Co., Ltd. (HEAD), com o intento de aumentar a sua participação no mercado mundial do sector de aviação. Durante a participação do Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Brasil, em Junho de 2012, para atender à demanda dos mercados chinês e mundial, a Embraer e a AVIC assinaram um acordo para a fabricação na China de jactos executivos Legacy 600/650 usando a infra-estrutura, os recursos financeiros e a mão-de-obra da *joint-venture* HEAI (Embraer, 2012).

Cabo Verde⁹ e a Guiné Bissau pertencem à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que corresponde a um mercado continental de 5 milhões de km² e de 200 milhões de habitantes com uma economia baseada essencialmente em matérias-primas extractivas e agrícolas. Cabo Verde, embora não seja um parceiro estratégico da RPC, possui uma localização estratégica importante para Pequim. Situado na costa da África Ocidental no Oceano Atlântico, está em estreita ligação com a Europa, com o continente Americano e com a África Ocidental e no centro das importantes rotas comerciais que ligam esses três continentes. O seu potencial de ponte entre todos estes continentes poderá facilitar, por um lado, que se transforme num *hub* comercial e de transporte inter-atlântico para os navios chineses que transpõem as suas águas e, por

imposto de exportação e a isenção parcial no imposto de circulação de mercadorias e serviços.

⁹ A RPC e Cabo Verde estabeleceram relações logo após a independência do território, a 15 de Abril de 1976. Deste então as relações têm progredido tenuemente, com as visitas de alto nível a ambos os países a contribuírem para o aumento a cooperação bilateral. Da parte da China salienta-se a visitas do Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional Liao Hansheng, em Outubro de 1985; do Ministro de Negócios Estrangeiros Qian Qichen, em Janeiro de 1997; de Simayi Aimaiti, membro do Conselho de Estado, em Maio-Junho de 1999; do Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional Xu Jialu, em Junho de 2002; do Ministro de Negócios Estrangeiros Li Zhaoxing, em Janeiro de 2006 e do Ministro do Comércio em Julho de 2007. De Cabo Verde destacam-se a visita do Ministro dos Assuntos Externos Abílio Duarte, em Agosto de 1984; do Presidente Aristides Maria Pereira, em Maio de 1982; do Ministro de Negócios Estrangeiros Silvino da Luz, em Maio de 1985; do Primeiro-Ministro Pedro Pires, em Maio de 1986 e Setembro de 1990; do Presidente da República, António Mascarenhas Monteiro, em Maio-Junho de 1995; do Primeiro-Ministro Carlos Alberto em Outubro de 1997; do Ministro de Negócios Estrangeiros Rei Figueiredo Soares, em Outubro de 2000 e do Ministro Manuel Inocêncio Sousa, em Julho de 2001 (China Vitae, 2012).

outro, a penetração de Pequim no continente europeu através de África, beneficiando das condições de acesso preferencial de Cabo Verde aos mercados da UE.

A importância para Pequim de alguns dos PLP é patenteada pelo aumento do comércio bilateral e a ascensão da China a principal ou um dos principais parceiros comerciais desses mesmos países. O comércio bilateral entre a China e o Brasil, por exemplo, tem vindo a crescer nos últimos anos, aumentando 453% de 2003 a 2009, passando de USD\$ 6,6 biliões para USD\$ 36,9 biliões (MDIC-SECEX, 2012). Em 2009, com o volume total do comércio bilateral a atingir os USD\$ 36,9 biliões, a China ultrapassou os EUA e elevou-se a principal parceiro comercial do Brasil. Em 2011, o comércio bilateral aumentou para USD\$ 77,1 biliões, fortalecendo a posição da RPC como o maior destino de exportação dos produtos brasileiros e a segunda maior origem de importação do Brasil, depois dos Estados Unidos (Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2011b). Com Angola, o dinamismo comercial também é evidenciado com o crescimento do comércio sino-angolano em 58 vezes entre 2003 e 2008, aumentando de 2,3 biliões para 25,3 biliões de dólares. Em virtude desse crescimento, Angola é, desde 2008, o maior parceiro comercial da China no continente africano e o segundo entre os PLP, depois do Brasil. Em 2010, com o volume de comércio bilateral atingindo USD\$ 25,66 biliões, a China suplantou os EUA e elevou-se a maior parceiro comercial de Angola (National Bureau of Statistics of China, 2012). Nesse ano, Pequim também foi o maior destino das exportações angolanas e o segundo maior país de origem das suas importações.

O mercado lusófono representa, também, para Pequim um conjunto de 8 países para onde pode exportar os seus produtos manufacturados e em contrapartida, pode aceder, importar e investir nos vastos recursos naturais, minerais, piscatórios e agrícolas aí existentes (Cf. Tabela D). As necessidades domésticas para continuar o seu desenvolvimento económico estão a fomentar a procura de novos mercados para investimento e novas fontes de aprovisionamento, nomeadamente de recursos energéticos. Os PLP representam um conjunto diversificado de fontes de recursos energéticos e naturais e de matérias raras que interessa a Pequim aceder. O Brasil possui as sextas maiores reservas mundiais de urânio, é um país rico em minério de ferro, em bauxita e manganês e, em menor escala, em ouro, níquel, fosfatos, platina, estanho e nióbio. É o quinto maior produtor a nível mundial de minério de ferro, um recurso que, tal como a soja e o petróleo, é um dos principais produtos brasileiros importados pela China.

Tabela I. Principais Recursos dos Países Lusófonos, 2011

| País | Principais Recursos | Petróleo (Biliões de Barris) | Gás (Tcf) |
|----------------------------|---|---------------------------------|--------------|
| Brasil | Bauxite, ouro, minério de ferro, manganês, os elementos de terras raras, urânio, energia hídrica, madeira, níquel, fosfatos, platina, | 14 | 14,7 |
| Angola | Diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, feldspato, ouro, bauxite, urânio | 9,5 | 10,95 |
| Portugal | Peixe, florestas (cortiça), minério de ferro, cobre, zinco, estanho, tungsténio, prata, ouro, urânio, mármore, argila, gesso, sal, terra arável e energia hídrica | Em prospecção | – |
| Moçambique | Carvão, titânio, energia hídrica, tântalo, grafite | – | 4,5 |
| Guiné-Bissau | Peixe, madeira, fosfatos, bauxite, argila, granito, calcário | Em prospecção | – |
| Timor-Leste* | Ouro, mármore, manganês | 0,554 | 7,1 |
| Cabo Verde | Sal, basalto, calcário, caulim, peixe, argila, gesso | – | – |
| São Tomé e Príncipe | Peixe, cacau, energia hídrica | 10 mil milhões de barris | – |

* Valores de 2009 apresentados pelo Revenue Watch Institute.

Fonte: EIA, CIA e Revenue Watch Institute, 2011-2012.

Ao contrário da grande maioria dos países da África Subsariana, Angola dispõe de inúmeros recursos naturais e muitos deles numa situação de sub-aproveitamento. Este PLP é o 16º país com maior potencial agrícola do mundo, com apenas 3% da terra arável cultivada. Possui uma extensa costa, com uma capacidade sustentável de pesca de 450 mil toneladas anuais, mas só cerca de metade deste valor é efectivamente pescado. A nível do sector dos diamantes e apesar de ser o quinto maior produtor mundial, este representa apenas 1,1% do seu PIB (ONU, 2011, citado por AICEP Portugal Global, 2012a, p. 8). As principais reservas estão localizadas no nordeste do território e, desde a sua descoberta em 1912, foram até à segunda guerra mundial, a base da principal exportação angolana, tendo sido substituídas pelo café e, posteriormente, pelo petróleo. O subsolo deste país africano é também rico em outros minerais como o minério de

ferro, fosfatos, cobre, feldspato, ouro, bauxite e urânio. Mas é o petróleo de alta qualidade que tem dinamizado as importações chinesas no território e que permite que, desde 2006, Angola dispute com a Arábia Saudita a primazia como maior fonte de aprovisionamento energético da China.

Os recursos energéticos dos PLP podem, igualmente, explicar o interesse de Pequim em aprofundar as relações com estes países (Horta & Storey, 2006; Matias, 2009). Três dos oito países lusófonos detêm reservas de petróleo (Brasil, Angola, Timor-Leste), três têm registo de petróleo embora sem ainda ter sido confirmado a viabilidade da sua exploração (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal), quatro possuem reservas de gás (Brasil, Angola, Timor-Leste e Moçambique) e um, vastas reservas de carvão (Moçambique) (Cf. Tabela I). Angola e Brasil são actualmente fornecedores de petróleo a Pequim mas, pelas recentes descobertas no pré-sal dos seus territórios, ostentam capacidade para ampliar as suas participações no total das importações chinesas de petróleo. Alguns dos PLP, tal como Moçambique e Timor-Leste, são atractivos para a segurança energética chinesa pelas suas reservas de gás e proximidade geográfica, logrando vir a ser alternativas de aprovisionamento energético futuras para a China.

O interesse da China pela Guiné-Bissau não reside apenas nos seus recursos naturais, especialmente nas suas eventuais reservas de petróleo mas, também, na promoção do isolamento diplomático de Taiwan nos PLP. Tal como São Tomé e Príncipe, este PLP tem oscilado a sua posição sobre "Uma só China". Depois de 15 anos de relações diplomáticas com a RPC¹⁰, a 26 de Maio de 1990, a Guiné-Bissau mudou o reconhecimento diplomático para Taipé, influenciando o corte das relações diplomáticas de Pequim com esse país lusófono, a 31 de Maio desse ano. As relações foram restabelecidas oito anos depois e desde aí, Pequim tem vindo a encetar esforços de apoio ao país para impedir o retorno de Guiné-Bissau a Taipé, apoiando-o com ajuda económica e financeira e cooperando para o desenvolvimento do sector agrícola, saúde, educação e das infra-estruturas públicas, nomeadamente na construção da sede da Assembleia Nacional Popular e do Estádio Nacional, e na reabilitação do Hospital Regional de Canchungo.

Presentemente, São Tomé e Príncipe é o único PLP que conserva relações com Taiwan. Embora a relação tenha progredido desde o estabelecimento dos laços diplomáticos entre os países, a 12 de Julho de

¹⁰ Os governos da RPC e da Guiné Bissau assinaram o comunicado Conjunto do Estabelecimento das Relações Diplomáticas a 15 de Março de 1974.

1975¹¹, o governo de São Tomé abdicou do princípio de “uma só China” pela ajuda financeira e, em 1997, estabeleceu relações diplomáticas com as autoridades de Taiwan. A RPC, através de uma abordagem flexível, procura aliciar este país lusófono a abandonar o seu apoio às autoridades de Taiwan, conservando as relações comerciais e convidando-o a participar como membro observador nos Fóruns de Macau e Sino-Africano e nos jogos olímpicos lusófonos.

Com uma renda assente principalmente na produção de cacau e nas receitas do turismo, São Tomé e Príncipe possui a terceira menor economia do mundo, estando fortemente dependente da ajuda externa de credores bilaterais como Portugal, Angola, Itália, Nigéria e China¹². A esperança deste arquipélago, à semelhança dos outros países da região, reside na possibilidade de tirar partido dos seus recursos naturais, em particular do petróleo. São Tomé e Príncipe está localizado relativamente próximo das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria, no Golfo da Guiné, uma das regiões mais prolíficas do mundo em termos de hidrocarbonetos. Ao longo dos últimos trinta e cinco anos, têm sido realizados esforços de exploração intensiva nessa região, em particular, em torno da Bacia do Delta do Níger, possibilitando uma sucessão de grandes descobertas, nomeadamente as descobertas de Bonga, Agbami e Akpo na Nigéria, e as Zafiro e Alba na Guiné Equatorial.

Apesar da ausência de relações diplomáticas entre São Tomé e Príncipe e RPC, as *guaban* chinesas têm realizado investimentos no sector petrolífero deste PLP. A Sinopec desfruta de uma representação na capital São Tomé que lhe permite acompanhar de perto o processo de licitação de blocos da zona económica exclusiva e da Zona Exploração Conjunta (ZDC)¹³. Em 2004, iniciou a sua presença nas actividades em São Tomé, com a exploração dos blocos petrolíferos da ZDC São Tomé-Nigéria, designadamente no Bloco 2. Posteriormente, com a compra da empresa suíço-canadiana Addax, em 2009, passou a participar no bloco 1 operado

¹¹ As visitas bilaterais de ambos países contribuíram para o desenvolvimento da relação, destacando-se a visita do Presidente de São Tomé e Príncipe Pinto da Costa à China, em 1975 e em 1983 e, a do Presidente Miguel dos Anjos Trovoada, em Junho de 1993. Ao país lusófono, ressalta-se a visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Gong Dafei, em 1981 e visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Qian Qichen, em 1997.

¹² Cerca de 80% do orçamento nacional é financiado pelos países vizinhos e pelos doadores ocidentais. Em Dezembro de 2011, a dívida externa de São Tomé e Príncipe era estimada em UDS\$ 200,9 milhões dólares (81% do PIB), na qual USD\$ 17,3 milhões eram referentes à China (Fundo Monetário Internacional, 2012, p. 1).

¹³ São Tomé e Príncipe partilha com a Nigéria uma Zona Exploração Conjunta que fica situada a cerca de 180 km a sul da Nigéria, no Golfo da Guiné.

pela norte-americana Chevron, a operar em dois dos quatro blocos da ZDC (2 e 4) e no bloco 3 operado pela Anadarko¹⁴.

Os PLP, além de se apresentarem como uma plataforma para a promoção da “Política de uma só China” e possuírem vastos e atractivos recursos, de serem um amplo mercado, representam também para as *guaban* chinesas oportunidades para novos investimentos e para obter *know-how*. Aproveitando o ambiente de crise financeira, Pequim utilizou as suas vastas reservas cambiais externas, para ampliar os investimentos no sector energético e de recursos mundiais, estimulando a evolução da estratégia *Going out* para a *Going out and Buy* (Zhang Jian, 2011, p. 6). As *guaban* chinesas beneficiaram do ambiente de crise para ampliar as suas reservas de produção petrolífera e consolidar o seu portfólio global de activos em mercados potenciais.

Em Portugal, os investimentos das companhias estatais chinesas não estão a ser no sector do petróleo, mas no da energia eléctrica e energia renovável. Beneficiando da situação de instabilidade económica do país as companhias chinesas, apoiadas por linhas de crédito dos bancos estatais chineses, conseguiram aceder a estes dois sectores. A China Three Gorges Corporation (CTG), em Dezembro de 2011, adquiriu 21,35% do capital da EDP por 2,7 biliões euros. Cerca de três meses depois, no início de Fevereiro de 2012, a empresa estatal State Grid Corporation of China (SGCC) em conjunto com a companhia petrolífera Oman Oil¹⁵, adquiriram uma participação de 40% da companhia Redes Energéticas Nacionais (REN) detida pela Participações Públicas, SGPS, S.A. (Pública) por 592 milhões de euros (China SZ, 2012a).¹⁶ No final de 2012, a China Three Gorges International, empresa controlada integralmente pela China Three Gorges International (Hong Kong) Company Limited (CTGI HK), comprou 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal e 25% dos suprimentos realizados a esta sociedade, por 359 milhões de euros. Esta operação permitiu à CTGI HK alargar o seu *know-how*, que estava concentrado na energia hídrica para a energia eólica, ao incluir o acesso aos 615 mega-

¹⁴ Em 2010, quando foram divulgados resultados inconclusivos sobre a existência de petróleo comercialmente viável nos blocos 2, 3 e 4, tanto a Sinopec como a Addax abandonaram a sua participação de exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe, e neste momento, só está a Addax no bloco 1 da zona ZDC, localizado a 300 km da Nigéria.

¹⁵ A Oman Oil pretende apoiar os projectos da REN de exploração de gás natural e desenvolvimento dos seus negócios nos países do Golfo Árabe.

¹⁶ A State Grid Corp, a distribuidora de energia principal da China, pagou 387 milhões de euros por uma participação de 25% da REN, enquanto a Oman Oil Company, que é propriedade do governo de Omã, 205 milhões euros por uma participação de 15%.

watts de parques eólicos em operação em Portugal, com uma vida média de seis anos, assim como 29 megawatts em desenvolvimento (EDP, 2012),

Tanto o acordo com a China Three Gorges Corporation como a State Grid tiveram implícitos apoios financeiros do China Development Bank às empresas portuguesas. À EDP e à EDP Finance BV, correspondeu uma linha de crédito no valor de 2.000 milhões de euros, dividida em duas *tranches* de 1.000 milhões de euros: a primeira, com uma maturidade de cinco anos e uma margem de 4,80% acima da Euribor a seis meses foi entregue em 2013 e, a segunda será entregue à empresa portuguesa no princípio de 2014 (EDP, 2013). O segundo acordo luso-chinês, entre a State Grid e a Ren, incluiu um financiamento do CDB de 1.000 milhões de euros, composto por duas *tranches* com taxas de juro favoráveis à REN. A primeira *tranche* de 400 milhões de euros, com um prazo de oito anos, está previsto ser utilizado no refinanciamento da dívida financeira da REN, enquanto a segunda, também no valor de 400 milhões de euros mas com prazo de 12 anos, é destinada a financiar projectos de infra-estruturas de electricidade e de gás natural. Os restantes 200 milhões de euros serão destinados para novos projectos da REN (REN, 2013, p. 55).

Estas aquisições no sector energético em Portugal patentearam como a “*crise pode ser uma oportunidade*” (*Weiji*) para ampliar a cooperação energética entre empresas e os processos de internacionalização das actividades das empresas chinesas, possibilitando participarem em projectos de investimentos na Ásia e nos PLP, especialmente no Brasil, Angola e Moçambique. Para além disso, a State Grid Corporation iniciou indirectamente, a sua entrada na edificação do projecto do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), acordado entre o governo Português e Espanhol. A MIBEL será um mercado regional de energia eléctrica na Península Ibérica que irá ser interligado às redes transeuropeias e magrebinas de transporte e distribuição de electricidade. Ao adquirir uma participação maioritária na REN, a State Grid, que controla 88% das redes eléctricas na China, desfrutará da possibilidade de participar na construção de uma rede eléctrica Ibérica e no projecto europeu de interligação das redes eléctricas. Tal significa que, esta empresa estatal chinesa pode vir a participar no objectivo da UE, de construção de um Mercado Interno Europeu de electricidade e também na sua interligação com o mercado de electricidade do Magrebe

Os investimentos na REN e na EDP Renováveis (EDPR) possibilitaram às *guaban* energéticas chinesas, também aceder a *know-how* e a projectos desenvolvidos no sector das energias renováveis em Portugal e no estrangeiro. A REN participa, actualmente, através de uma subsidiária, a Energia

das Ondas, S.A (Enondas), no projecto de produção de energia das ondas numa zona piloto (ZP) que engloba uma área de cerca de 320km², a norte de S. Pedro de Moel. Por sua vez, a EDP Renováveis (2012) é o terceiro maior operador de energias renováveis na Península Ibérica e o terceiro maior *player* mundial em energia eólica, com presença em vários países, designadamente no Brasil, Reino Unido, Espanha, Polónia, França, Itália, Roménia, EUA e Canada.

Excluindo Portugal que se insere no estreitamento das relações da China com a Europa, a relação ente a RPC e os PLP pode ser compreendida como uma extensão da estratégia desenvolvida por Pequim de reaproximação aos países africanos, aos da América Latina e aos do Sudoeste Asiático, já que sete dos PLP estão geograficamente localizados nesses continentes. A reaproximação chinesa aos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS) está a ser realizada bilateralmente desde que foram estabelecidas as relações diplomáticas formais e é complementada, desde inícios de 2000, pelo reforço das relações multilaterais através do Fórum de Cooperação China-África e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa (Fórum de Macau)¹⁷.

Este último Fórum conhecido também como Fórum de Macau foi criado na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em 2003, é um mecanismo complementar à cooperação bilateral com os PLP que está sob tutela do Ministério do Comércio da China e é executado pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Como plataforma de diálogo integra-se na estratégia diplomática chinesa de desenvolvimento das relações de Cooperação Sul-Sul e do Diálogo Sul-Norte, sendo igualmente um mecanismo da cooperação de iniciativa oficial sem carácter político, que

¹⁷ Esta relação com os países africanos, incluindo os de expressão oficial portuguesa é uma das metas chinesas mais importantes de fortificação da cooperação sul-sul, e tem permitido aos PALOPS, obterem créditos em condições sustentáveis para os seus programas de desenvolvimento económico de médio e longo prazo, a medidas de reforço dos recursos humanos e ao estatuto de direito alfandegário zero imposto a parte dos produtos que são exportados para a China, através do Fórum China-África. Moçambique, por exemplo, tem conseguido obter empréstimos, apoio técnico, projectos de contracto e subsídios para obras públicas. No ano seguinte à realização da Cimeira de Sino-Africana em Pequim, enquadrando-se na implementação das decisões aprovadas na mesma, o Presidente Hu Jintao anunciou, durante a visita a Moçambique, o perdão da dívida moçambicana avaliada em USD\$ 20 milhões, contraída desde 1980 a 2005, o reforço dos empréstimos ao país de USD\$ 154,8 milhões para desenvolvimento de infra-estruturas, e a elevação da categoria de produtos isentos de impostos de 190 para 442, para aumentar o acesso ao mercado chinês dos produtos moçambicanos (Governo de Moçambique, 2007).

tem por objectivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a RPC e os PLP, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação entre esses países e promover o desenvolvimento das relações entre RPC, Macau e os PLP.

Com uma reunião ministerial em cada três anos em Macau¹⁸, o Fórum de Macau estabelece as metas e os objectivos para reforçar relações entre a RPC e os PLP de acordo os Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial acordados por unanimidade nas Conferência Ministeriais. Até ao momento, foram realizadas três Conferências Ministeriais: a primeira entre 13 e 14 de Outubro de 2003, a segunda entre 24 e 25 de Setembro de 2006 e a terceira entre 13 e 14 de Novembro de 2010. Na sessão de abertura da 3.^a Conferência Ministerial o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciou algumas novas medidas para reforçar a cooperação entre as partes, realçando-se a criação de um Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no valor de mil milhões de dólares e com um valor inicial de investimento de capital de USD\$ 200 milhões. O capital inicial deste fundo será participado pelo China Development Bank e pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização de Macau, ambos na qualidade dos investidores-pilar do Fundo e, destina-se exclusivamente aos pedidos de investimentos e financiamento apresentados pelos Países de Língua Portuguesa e por empresas da China, incluindo da RAEM. Está a ser gerido por uma subsidiária integral do CDB, o China Development Bank Capital (CDB Capital)¹⁹ e foi dividido em duas partes com finalidades diferentes. A primeira, engloba 200 milhões para investimento de capital e, a segunda, 800 milhões para empréstimos que serão investidos “*nos campos de interesse comum da China e dos PLP*”, designadamente construção de infra-

¹⁸ Com excepção da 3.^a Conferência Ministerial que só foi realizada em Novembro de 2010.

¹⁹ O CDB Capital tem quatro vertentes como actividades principais, nomeadamente a gestão de fundos de investimento, desenvolvimento urbano, investimento industrial e investimento externo. É uma instituição especializada em investimentos, gerindo sete fundos de cooperação multilateral ou bilateral, particularizando o Fundo de Desenvolvimento China-África, China-Belgium Investment Fund, ASEAN-China SME Fund de 1.^a e 2.^a fase, Sino-Italy Mandarin Capital Fund, Sino-Swiss Partnership Fund e Infinity Israel-China Fund. Esses sete fundos são operados em 38 países, por exemplo em Moçambique, Malawi, Egipto, Etiópia, Israel, Estados Unidos, Tailândia, Indonésia, Vietname, Malásia, Itália, Bélgica e França. Até finais de 2011, o CDB Capital financiou um total de 154 projectos nas áreas de infra-estruturas, agricultura, energia, indústria manufactureira, ciência e tecnologia, medicina, meio ambiente, química, alimentos, etc. (AIP-CCI, 2010, p. 11).

-estruturas, transportes, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais, “*bem como nas empresas e projectos com boa previsão de benefício económico e facturação estável utilizando o investimento e serviços de valor agregado do Fundo*” (AIP-CCI, 2010, p. 13).

Em resultado do reforço das relações económica-comerciais bilaterais e multilaterais entre a China e os PLP, assistiu-se a um aumento do volume das trocas comerciais desde a criação do Fórum de Macau até 2008, com acréscimos nunca inferiores a 30%, alcançando só em 2004 um aumento de 65% para USD\$ 18,77 biliões (Lusa, 2010a). De acordo com as estatísticas dos Serviços da Alfândega da China divulgados pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum Macau, em 2008, o volume das trocas comerciais obtido foi de USD\$ 77,02 biliões, um acréscimo de 66,1% face ao período transacto (Fórum Macau, 2010b). Em 2009, as trocas comerciais caíram 19%, atingindo um total de USD\$ 62,46 biliões, todavia, em 2010, retomou-se a tendência de crescimento, com as trocas comerciais a aumentarem para USD\$ 91,423 biliões. Entre Janeiro a Dezembro 2011, superando e antecipando a meta prevista no Plano de Acção de 2010-2013 de atingir um volume das trocas comerciais de USD\$ 100 biliões até 2013, o valor alcançado foi de USD\$ 117, 234 biliões, um acréscimo de 28%, face ao mesmo período de 2010. O valor das importações chinesas dos PLP foi de USD\$ 78,962 biliões, um aumento de 28% face ao mesmo período de 2010, enquanto as exportações chinesas para os países Lusófonos somaram USD\$ 38,272, um aumento de 29%, face ao mesmo período de 2010 (Fórum de Macau, 2012a).

CONCLUSÃO

A estratégia de modernização e de transição económica implementada pelas reformas iniciadas por Deng Xiaoping conduziu a RPC a uma extraordinária expansão económica, com o maior crescimento económico do mundo, nos últimos 30 anos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a China deverá ultrapassar os Estados Unidos, elevando-se a maior economia do mundo em 2016. No entanto, o seu desenvolvimento está a provocar novos e velhos desafios para a realização do “*sonho chinês*” de uma “grande revitalização da Nação chinesa”, compreendido como o regresso da China ao estatuto perdido de “Grande Poder” (*Da Guo*).

É perante estes desafios que se deve entender a relação da China com os PLP, e o interesse deste gigante asiático pelo mundo lusófono.

Em primeiro lugar, este interesse explica-se por razões essencialmente económicas, como o acesso a recursos agrícolas, minerais e a mercados de exportação para os seus produtos manufacturados, garantir a presença nos mercados dos PLP e, por meio destes aceder a terceiros mercados, utilizando a relação como forma de diversificar os negócios chineses. Em termos energéticos, podemos identificar especificamente três objectivos: o primeiro, aceder e explorar os recursos energéticos destes países que são importantes para dar prosseguimento à expansão da economia chinesa; o segundo, trocar e aceder a *know-how* e tecnologias de ponta necessárias para a implementação das medidas internas de segurança energética; o terceiro e último, ampliar a sua acção no mercado energético mundial, reforçando a presença das suas empresas em activos energéticos em países de diferentes continentes.

Crescentemente, aparecem as questões políticas, como aumentar o poder do país no cenário internacional e limitar o reconhecimento diplomático de Taiwan na arena internacional. O estreitar de relações entre a China e os países lusófonos, poderá criar um “*contrabalanço*” entre a UE e os EUA nos assuntos internacionais, e apoiar o regresso da China como um “*Da Guo*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIP-CCI, 2010. *Apresentação do Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. [Online] Available at: http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/sitemanager/www_aip_pt/documentos/financiamento/financiamento/informacao/Fundo%20de%20Desenvolvimento%20China.pdf [Accessed 14 Dezembro 2010].
- CEPAL, 2012. *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- China SZ, 2012a. *China, Oman win stake in Portuguese utility REN*. [Online] (3 de Fevereiro) Available at: http://news.szenergy.biz/news_7714.html [Accessed 2012 Fevereiro 2012].
- EDP Renováveis, 2012. *Relatório e Contas 2011*. Lisboa: EDP Renováveis.
- EDP, 2012. *EDPR acorda com CTG primeiro investimento em participações minoritárias em parques eólicos*. [Online] (20 de Dezembro) <http://www.edpr.com/pt-pt/media-2/noticias/?id=6124> [Accessed 27 Dezembro 2012].
- EDP, 2013. *empresa portuguesa beneficiará de novo empréstimo de mil milhões de euros “no princípio de 2014”*. [Online] Available at: http://www.edp.pt/pt/media/noticias/2012/Pages/EDPcontrataemprestimocomoChina_DevelopmentBank.aspx [Accessed 24 Março 2013].

- Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2011b. *Dados e Fatos: Comércio bilateral entre China e Brasil*. [Online] Available at: <http://br.china-embassy.org/por/jmwl/t814194.htm> [Accessed 24 Junho 2011].
- Embraer, 2012. *Embraer e AVIC Anunciam Joint-Venture para fabricar jatos executivos na China*. [Online] (20 de Junho) Available at: <http://www.embraer.com/ptBR/ImprensaEventos/Pressreleases/noticias/Paginas/EMBRAER-E-AVIC-ANUNCIAM-JOINT-VENTURE-PARA-FABRICAR-JATOS-EXECUTIVOS-NA-CHINA.aspx> [Accessed 24 Junho 2012].
- ESPERANÇA, J. P., 2012. *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. 3ª conferência do 1º Ciclo de Conferências do Observatório da Língua Portuguesa. Lisboa: Observatório da Língua Portuguesa.
- Fórum de Macau, 2012a. *Volume das Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Dezembro de 2011*. [Online] Available at: <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/announce.php?id=1223> [Accessed 6 Janeiro 2012].
- Fórum Macau, 2010b. *As trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Dezembro de 2008*. [Online] Available at: http://www.forumchinapl.org.mo/pt/notice.asp?a=20090429_01 [Accessed 10 Setembro 2010].
- HORTA, L. & STOREY, I., 2006. *China's Portuguese connection*. [Online] (22 de Junho) Available at: <http://yaleglobal.yale.edu/content/china%E2%80%99s-portuguese-connection> [Accessed 24 Junho 2006].
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2007. *China's Energy Conditions and Policies White Paper*. [Online] Pequim. 26 de Outubro. Available at: <http://www.china.org.cn/english/whitepaper/energy/237089.htm> [Accessed 24 Março 2008].
- Lusa, 2010a. Fórum para a Cooperação Económica e Comercial China e PLP. 31 Janeiro.
- MATIAS, J. C., 2009. *Macau, China and the Portuguese Speaking Countries*. [Online] Available at: http://www.cctr.ust.hk/materials/conference/inout60/Paper/Matias_JC.pdf [Accessed 12 Janeiro 2010].
- MEDEIROS, E. S., 2009. *China's International Behavior: activism, opportunism and diversification*. Santa Monica: Rand Corporation.
- National Bureau of Statistics of China, 2012. *China Statistical Yearbook*. [Online] Available at: <http://www.stats.gov.cn/> [Accessed 14 Novembro 2012].
- PENG, I. K., 2006. Uma análise política e económica sobre a “Plataforma de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e a Lusofonia”. *Administração*, XIX, n.º 72, pp.707-24.
- REN, 2013. *Relatório & Contas 2012. Uma rede em Evolução*. Anual. Lisboa: REN.
- SHIPING, T. & YUNLING, Z., 2005. China's Regional Strategy. In D. Shambaugh, ed. *Power Shift: China and Asia's New Dynamics*. Londres: University of California Press. pp. 48-68.
- WYE, R., 2012. *Os novos desafios da China*. [Online] (8 de Novembro) Available at: <http://pt.euronews.com/2012/11/08/os-novos-desafios-da-china/> [Accessed 8 Novembro 2012].
- XINHUA, 2012. Xi highlights national goal of rejuvenation. *China Daily*, 12 Janeiro.

- ZHANG JIAN, 2011. *China's Energy Security: Prospects, Challenges, and Opportunities*. [Online] The Brookings Institution. Center For Northeast Asian Policy Studies Available at: http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2011/07_china_energy_zhang/07_china_energy_zhang_paper.pdf [Accessed 24 September 2011].
- ZHENG BIJIAN, 2013. *China's Road of Peaceful Development and the Building of Communities of Interests*. [Online] (23 de Março) Available at: <http://www.chinastudies.org.cn/e/617.htm> [Accessed 25 Março 2013].

As grandes divergências: Crises Extremas e Complexidade Política

JOAQUIM AGUIAR*

Há 500 anos, os portugueses chegaram à China, concretizando uma estratégia europeia de globalização das redes comerciais. Há 200 anos, a Inglaterra e a China estavam em níveis comparáveis de desenvolvimento, mas a Inglaterra iniciou a Revolução Industrial e estruturou a expansão de uma rede imperial, abrindo a Grande Divergência que vai configurar a expansão do Ocidente e a estagnação do Oriente.

Agora, nas primeiras duas décadas do século XXI, uma crise de grande intensidade nas sociedades maduras desenvolvidas no Ocidente e no Japão, por um lado, e as vantagens competitivas reveladas nas economias emergentes da China, da Índia, da Ásia Oriental e do Brasil, por outro lado, abrem a oportunidade para uma segunda Grande Divergência, que poderá configurar a expansão do Oriente e a contracção do Ocidente.

I. A NATUREZA DE UMA CRISE DE DESCONTINUIDADE

A noção cómoda de que o futuro seria o prolongamento racionalizado do passado é regularmente desmentida pelos factos da evolução histórica. A surpresa é mais frequente do que o prolongamento, as contingências são mais potentes do que as programações, as dinâmicas contra-intuitivas são mais fortes do que a linearidade do que é habitual, a racionalização incremental é interrompida pelo inesperado. O desvio ao que foi anunciado, pelo exercício da racionalidade sobre a informação disponível

* Politólogo e especialista em Estratégia

e com os modelos teóricos estabelecidos, não tem de ser apresentado como o triunfo da irracionalidade ou como a vitória do arbitrário sobre o controlado. Este desvio ao que se considerava ser a racionalidade pode ser, afinal, a manifestação de uma racionalidade superior, aquela que integra factores e sistemas de relações a que antes não se atribuiu a devida atenção – até que a surpresa vem revelar que não há noções cómodas sobre o futuro, porque o que não se viu passou a ser fundamental para se interpretar o que se está a ver nessa surpresa.

Na sua apresentação de *O Príncipe* a Lourenço de Médicis, Maquiavel apresenta um exercício de paralaxe que recomenda aos observadores da política que saibam respeitar a modéstia da sua condição: “Não quero que atribuam à presunção de um homem de baixa e ínfima condição a ousadia de pretender examinar os governos dos príncipes e estabelecer-lhes regras; de facto, tal como os que desenham paisagens se colocam em baixo, na planície, para observar a natureza dos montes e dos lugares elevados, e que, para observar os lugares em baixo, se colocam no cimo dos montes, também para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe, e para conhecer bem a dos príncipes, convém ser do povo.” Não são os objectos da observação que mudam de posição ou de natureza, é a variação da posição de quem observa que permite ver o que fica oculto quando se mantém uma posição fixa, vendo só o que os objectos lhe mostram e sem ter acesso ao que os objectos escondem na sombra que projectam.

Paralaxes, paradoxos e campos de possibilidades

Esta recomendação da variação das perspectivas de observação e de aplicação do conhecimento adquirido em função de diferentes ângulos de observação deve também ser respeitada nos tempos excepcionais das crises de grande intensidade.

Quando uma crise de grande intensidade ocorre sem ter por causa um acidente da natureza, a sua manifestação é a prova de que falharam os dispositivos de regulação que deveriam ter corrigido os desequilíbrios iniciais, mas também é a prova de que os modelos de interpretação usados não identificaram os factores dessa crise. Em si mesma, uma crise de grande intensidade revela que as condições de normalidade foram violadas ou deixaram de existir. Se não houve uma intencionalidade expressa de não respeitar os dispositivos de regulação e as recomendações normativas, a crise de grande intensidade aparece como involuntária. Todavia, se a crise não tem a sua origem em acidentes naturais, ela foi gerada pelos

comportamentos e pelas decisões, é um produto da dinâmica da sociedade – e o que se apresenta como involuntário é, de facto, o produto de decisões e de comportamentos voluntários que se mantêm na sombra ou que não são reconhecidos.

Quando uma crise atinge o grau de grande intensidade sem que se reconheça que tenha havido acções deliberadas para a provocar, aparece como uma surpresa, revelando que, por baixo da normalidade do campo de possibilidades em que se operava e em função do qual se tomavam as decisões, havia factores ocultos ou ignorados que estavam a alimentar processos e dinâmicas muito distintos do que se descrevia quando se observava apenas a superfície. Interpretar esta surpresa que se vive no presente obriga a estabelecer o que era a perspectiva do passado (para se saber por que se chegou a este estado inesperado), mas também precisa de se imaginar o que será a perspectiva do futuro (porque é o que vier a resultar da evolução da crise de grande intensidade que efectivamente interpretará tanto o passado como o presente). Essa perspectiva do futuro não será o que resultou da experiência dos que viveram esse passado e este presente sem terem visto a formação da crise de grande intensidade, mas sim o que será visto do futuro como resposta ao que estava oculto no passado, era surpreendente no presente, mas será óbvio e transparente para quem observar da perspectiva que o futuro irá oferecer.

O efeito de paralaxe que se obtém com a mudança de perspectiva na observação de uma crise de grande intensidade, não altera a realidade dos factores e dos processos da crise. O real é o que é, independente da perspectiva pela qual for observado – e continuará a ser o que é mesmo que os observadores não o vejam. Mas será diferente o que os agentes e decisores vêem se aceitarem variar a perspectiva que habitualmente usam – sendo certo que haverá sempre observadores que nem sequer admitem que a sua perspectiva de observação possa variar e que continuarão a recusar que possa existir um real que seja diferente do que querem ver.

Sendo uma crise de grande intensidade, que não seja desencadeada por acidentes naturais, o resultado dos comportamentos e das decisões dos agentes sociais, as suas interpretações dos acontecimentos, que dependem do seu ângulo de observação, vão ser factores instrumentais da dinâmica dessa crise. O real é o que é, não depende de quem o observa. Todavia, o que cada um faz com o que for a sua observação vai condicionar a evolução do processo da crise e vai produzir as realidades seguintes nas sucessivas fases dessa crise. O que se vê, e o que se faz com o que se vê, produz as fases seguintes da crise – aumentando ou reduzindo a sua intensidade.

Uma crise de grande intensidade não foi contida ou controlada pelos dispositivos de regulação que a deviam ter evitado, não foi antecipada nem interpretada pelos modelos analíticos que a descrevem, não resultou de uma intenção deliberada e é vivida no presente na forma de surpresa. Apesar disso, foi uma crise produzida pela sociedade quando esta operou sobre si mesma através dos comportamentos e das decisões, não resultou de um cataclismo, não foi um golpe do destino.

Neste sentido, uma crise de grande intensidade aparece como sendo um paradoxo.

Não devia existir, porque deveria ter sido controlada pelos dispositivos de regulação e pelos métodos de análise. Não devia ser motivo de surpresa, porque resulta de acções humanas no quadro de relações sociais. E deveria encontrar uma resolução rápida, por intermédio da correcção de comportamentos e das normas orientadoras das relações sociais. É o paradoxo da crise social: é produzida pelos próprios agentes sociais que depois se mostram surpreendidos com a intensidade da crise que desencadearam, com os comportamentos e as decisões que produziram uma realidade muito diferente do que era desejado e esperado – e, não obstante ser um produto da sociedade, esta é surpreendida pela crise de grande intensidade e não consegue interpretá-la e controlá-la, justamente porque foi provocada sem intencionalidade.

Se os responsáveis pela crise podem invocar que não tinham a intenção de a provocar, quem observa as dinâmicas sociais tem de manter a precaução (e a preocupação) de procurar identificar os sinais anunciadores de uma trajectória de crise. Antes da evidência da crise, há o caminho em direcção à crise.

A atenção ao funcionamento dos dispositivos de regulação será a primeira exigência a respeitar dentro desse princípio de precaução. Mais importante, porém, será a observação das mudanças que ocorrem no campo de possibilidades da sociedade quando a sua evolução altera os padrões de relações habituais. Esta alteração pode ser tão gradual que se torna socialmente imperceptível, até que aparece a revelação de que as expectativas formadas no campo de possibilidades do passado não encontram confirmação no campo de possibilidades do presente. Mudou o campo de possibilidades, mas os comportamentos e as decisões continuam a ser referenciados ao campo de possibilidades anterior – e é por isso que a crise surpreende.

A mudança do campo de possibilidades é um gerador espontâneo de crises de grande intensidade porque essa mudança de padrão não é socialmente reconhecida. Os primeiros sinais de desequilíbrio, que deve-

riam accionar os dispositivos de regulação, têm como resposta medidas de correcção que continuam referenciadas ao padrão anterior, o que torna essas medidas insuficientes ou contraproducentes. Os decisores, sobretudo quando legitimados democraticamente, estão vinculados aos programas que formularam no quadro do padrão anterior. Os eleitores, por sua vez, formaram as suas expectativas em função dos programas apresentados nas campanhas eleitorais e não têm a percepção de pequenas variações que, sendo cada uma delas pouco pronunciadas, têm um efeito cumulativo que desencadeia dinâmicas de amplificação rápida.

Uma crise conjuntural ou uma crise de baixa intensidade pode, assim, evoluir rapidamente para uma crise de grande intensidade quando ocorre num contexto histórico de mudança de um campo de possibilidades.

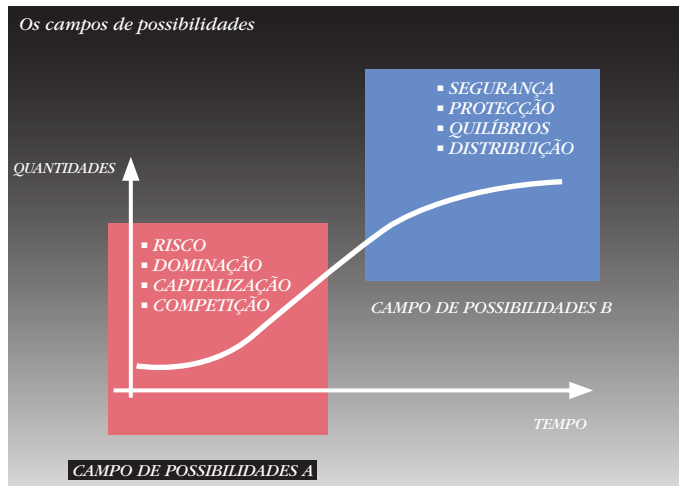
Entre a última década do século XX e a primeira década do século XXI ocorreu uma mudança do campo de possibilidades nas sociedades desenvolvidas, quando estas passam para o seu estado de sociedades maduras (com alterações relevantes no seu padrão demográfico) e quando o processo da globalização competitiva (aumentando a escala e a intensidade das relações económicas) veio revelar a redução do potencial de crescimento económico destas sociedades maduras desenvolvidas em comparação com a vitalidade revelada pelas sociedades emergentes.

Formam-se, então, duas correntes distintas, uma descendente e outra ascendente, criando assimetrias nas relações do comércio internacional e nos movimentos de capitais, que acentuam as crises nas sociedades maduras desenvolvidas. É esta dualidade de correntes de evolução que forma o contexto de uma crise de grande intensidade: é a divergência que acentua a vulnerabilidade das sociedades maduras e aumenta o potencial de crescimento económico nas sociedades emergentes com maior vitalidade, amplificando as assimetrias e acentuando a divergência.

A evolução das sociedades e a sigmóide na mudança do campo de possibilidades

A evolução das sociedades da sua fase de vitalidade para a sua fase de maturidade obedece a uma forma genérica de sigmóide, em que se passa da fase de rendimentos crescentes para a fase de rendimentos decrescentes, ou da fase de elevado potencial de crescimento (onde o desafio consiste em descobrir novas oportunidades de aplicação de capitais e dos produtos da ciência em iniciativas empresariais que sejam criadoras de valor e de acumulação de capitais) para a fase de crescimento assintótico tendendo

para zero (onde o desafio consiste em regular esse equilíbrio estabelecido a um nível elevado de desenvolvimento, para evitar a sua passagem para a desorganização e a precipitação numa dinâmica de decadência). Cada uma destas fases corresponde a um campo de possibilidades próprio, com propriedades que são específicas de cada um.



O primeiro campo de possibilidades é caracterizado por comportamentos sociais que assumem o risco, que são estruturados pela vontade de dominação, que têm uma cultura económica de capitalização e de competição. É o padrão de sociedades em expansão. O segundo campo de possibilidades é caracterizado por comportamentos sociais que preferem a segurança e que procuram dispositivos de protecção, que têm uma cultura económica e social do equilíbrio e que optam por políticas de distribuição. É o padrão de sociedades maduras, que procuram controlar a sua perda de vitalidade.

A passagem de um campo de possibilidades para o outro acontece num ponto de inflexão que também tem propriedades bem definidas.

A mudança de padrão ou de paradigma tem três indicadores característicos: a perda de eficácia dos dispositivos de crescimento rápido (inovações tecnológicas aplicadas em novos produtos que criam novos mercados em condições de produtividade competitiva), a alteração do padrão demográfico (com a geração seguinte a ser menor do que a geração anterior e com a esperança de vida a aumentar, o que gera uma assimetria de gerações com custos crescentes gerados nas gerações mais idosas) e a passagem do regime de capitalização para o regime de endividamento



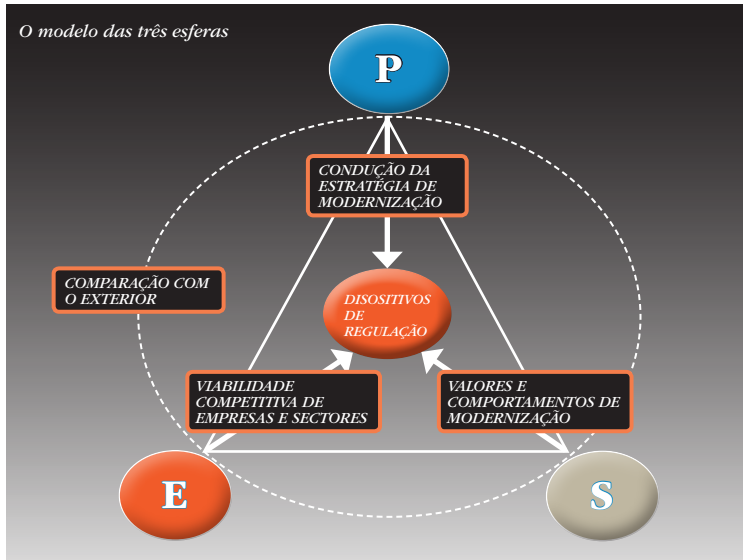
(porque aumentam os custos com os dispositivos de segurança social e militar por efeito do envelhecimento e da evolução tecnológica, quando o potencial de crescimento económico diminui).

Mas a questão crítica que fica aberta com este ponto de inflexão é que os sistemas de políticas públicas do primeiro campo de possibilidades não conservam as suas condições de viabilidade quando o padrão muda para o segundo campo de possibilidades. Se esta perda de viabilidade não for corrigida com rapidez, o crescimento do endividamento irá impossibilitar a gestão dos equilíbrios na fase de maturidade. Se as sociedades mantiverem activas as memórias do anterior campo de possibilidades quando já passaram para um novo campo de possibilidades, irão gerar crises a que respondem com perplexidade: está a acontecer o que não poderia acontecer e não foram cativados os recursos necessários para financiar o que não poderia acontecer.

A configuração de três esferas e os dispositivos de regulação

A evolução de uma sociedade é, em termos gerais, determinada pela configuração de três esferas – a esfera política, a esfera económica e a esfera social – e pela sua articulação com a evolução externa. Esta configuração opera com a intervenção de dispositivos de regulação, cuja missão é corrigir desequilíbrios que se revelem nas relações entre as três esferas, de modo a que estes desvios à trajectória esperada não se amplifiquem até

atingirem crises de instabilidade. Na sua forma canónica, esta configuração tem a representação que se regista na figura seguinte.



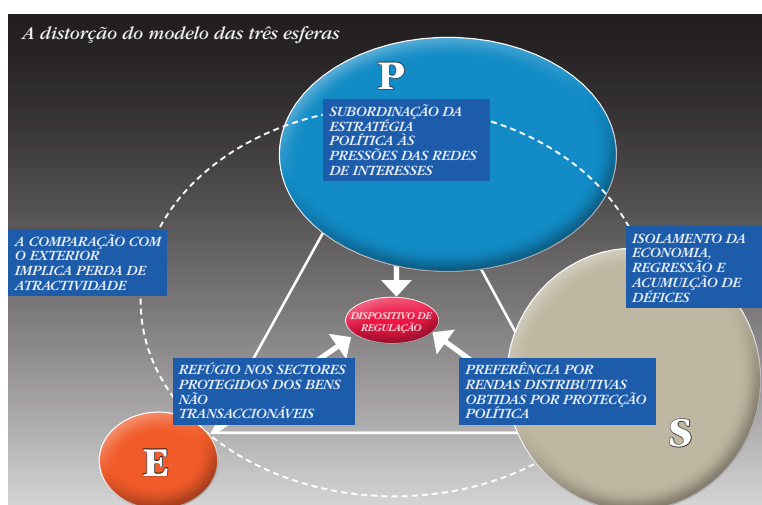
Esta forma canónica tem a utilidade de estabelecer as condições normais que asseguram a estabilidade desta configuração. A esfera política conduz as estratégias de modernização, a esfera económica satisfaz o critério da viabilidade competitiva das empresas nos diversos sectores em que operam, e a esfera social estabelece as suas preferências em função dos valores e dos comportamentos de modernização. Internamente, as três esferas são congruentes (a evolução de cada uma reforça a evolução das outras), e a comparação com o exterior, com as outras sociedades que estão em níveis idênticos de desenvolvimento, permite estabelecer a comparação de controlo para avaliar a qualidade dos resultados obtidos. E o funcionamento normal dos dispositivos de regulação garante que desvios temporários ao padrão estável poderão ser corrigidos antes de provocarem processos cumulativos de afastamento do equilíbrio.

A deformação desta configuração pode ocorrer por diversas vias, mas a que aparece como mais comum nas sociedades maduras desenvolvidas tem um padrão bem definido. A esfera económica refugia-se nos sectores de bens não transaccionáveis, restritos ao mercado interno e sob protecção da esfera política, para não ter de se confrontar com a competição externa. A esfera social afirma as suas preferências, através das escolhas eleitorais, em termos de capturar rendas que são originadas nas políticas sociais, de

tipo distributivo, que são decididas e sustentadas pela esfera política. A esfera política alimenta as preferências da esfera económica e da esfera social, subordinando a estratégia política às pressões das redes de interesses que se estruturam e manifestam nas esferas económica e social.

Embora seja deformada em relação ao que é o padrão normal deste sistema de relações das três esferas que configuram a sociedade, esta configuração é internamente consistente, no sentido em que corresponde à expressão dos interesses internos que procuram protecção em relação às pressões competitivas, quando o processo da globalização competitiva obrigou a retirar as tradicionais barreiras defensivas (fronteiras e pautas aduaneiras) e o diferenciador cambial (inerente à existência de uma moeda própria). Neste sentido, é uma resposta natural nas sociedades maduras quando são colocadas perante a pressão competitiva das sociedades emergentes, com maior vitalidade e com um potencial de crescimento económico superior, complementado com um peso menor das suas despesas com políticas públicas de protecção social.

Apesar de internamente consistente, esta configuração deformada, que se encontra nas sociedades maduras desenvolvidas, é muito instável e sem sustentabilidade no tempo. De facto, o refúgio nos sectores de bens não transaccionáveis gera a redução do nível de investimento nos sectores abertos à competição global, de que decorre a diminuição do potencial de crescimento económico e o inevitável recurso ao endividamento, fazendo aumentar os encargos financeiros que vão contribuir para a redução do nível de investimento – isto é, estabelece-se uma circularidade destrutiva, uma espiral recessiva.



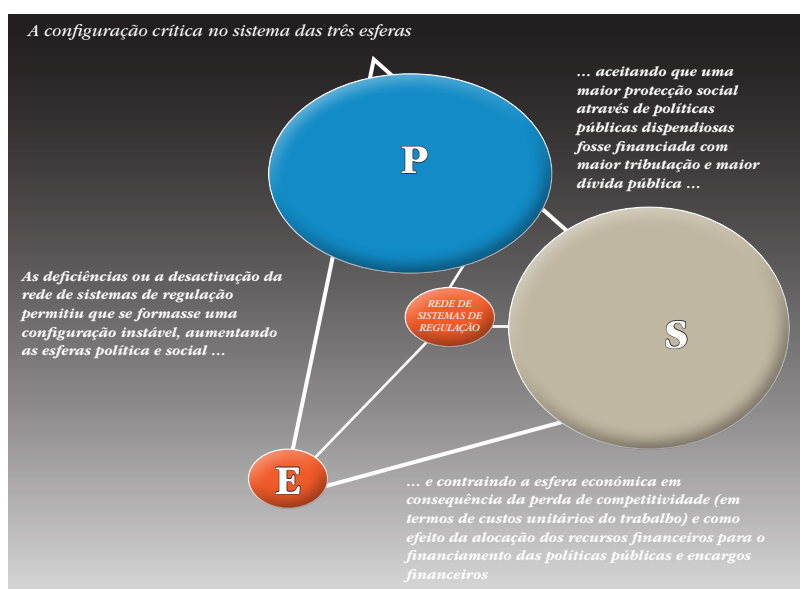
A esfera política alarga-se, porque passou a depender da decisão política a satisfação das estratégias económicas e sociais. Mas como a esfera política não tem recursos próprios, este alargamento da esfera política implica que fica dependente do que for a sua capacidade de extracção de recursos na esfera social e na esfera económica. A esfera social também aumenta a sua dimensão pela pressão que induz na despesa com as políticas públicas, de que depende para a satisfação das preferências de grupos sociais e do eleitorado – o que significa que este aumento da dimensão da esfera social vai privilegiar as políticas distributivas que serão conduzidas pela esfera política, na medida em que esta extrai recursos a uns grupos sociais para os entregar a outros através da execução das políticas públicas. Em contrapartida, a esfera económica atrofia-se, porque deixa de ter o estímulo da competição quando escolhe a protecção política garantida nos sectores de bens não transaccionáveis e não gera acumulação de capital que financie novos investimentos com potencial de modernização, o que significa que contribui para a redução do potencial de crescimento económico.

Na comparação com o exterior, esta configuração deformada perde atractividade, porque não há sectores de especialização que justifiquem o interesse de investidores externos. E isso implica o isolamento da economia, que fica fechada nas suas relações distributivas internas (distribuição de rendas garantidas na esfera económica, distribuição de rendimentos na esfera social), implica a regressão da sociedade que perde a motivação para a modernização (entrando num regime de conflitualidade de soma nula, onde o que um grupo social ganha implica a perda correspondente de outro grupo social) e implica a acumulação de défices nas relações comerciais com o exterior (porque as empresas perdem competitividade e porque as necessidades internas alimentadas pelas políticas distributivas fazem aumentar as importações) e nos orçamentos públicos (porque aumentam as despesas com as políticas públicas, sem que aumentem as receitas fiscais extraídas pela esfera política na esfera social e na esfera económica).

Esta deformação da configuração das três esferas fecha a sociedade sobre si própria, numa escolha defensiva que rejeita a comparação competitiva com o exterior, o que significa que deixa de ter acesso aos factores de mudança que são a comparação com o exterior e a procura de ajustamento às melhores práticas das sociedades que tenham níveis de rendimento comparáveis. É a escolha defensiva que resulta da percepção de perda de vitalidade ou da passagem de fases anteriores de rendimentos crescentes para a fase actual de rendimentos decrescente – e é porque

há esta mudança de padrão na dinâmica dos rendimentos que se torna inevitável o recurso ao endividamento que, temporariamente, encobre as consequências da perda de vitalidade que esteve na origem da deformação da configuração das três esferas.

O resultado final deste processo de deformação é uma configuração instável, onde se formam crises de grande intensidade porque já não há equilíbrios naturais ou espontâneos, nas relações entre as três esferas, que determinem o seu ajustamento automático. Todavia, para se chegar a este resultado foi necessário que os dispositivos de regulação não tivessem realizado as suas funções ou tivessem sido deliberadamente desactivados.



A regulação política, que deve articular as preferências do eleitorado com as possibilidades da acção política, não evitou a amplificação das esferas política e social, numa relação de dupla dependência que conduz a um estado de impossibilidade, porque os recursos financeiros existentes são apenas reciclados de uma esfera para a outra, mas não têm amplificação para além da que for criada pelo crescimento económico (que aumenta as receitas fiscais) ou pelo endividamento (que disponibiliza liquidez, mas que implica encargos financeiros futuros e a amortização do capital em dívida).

A regulação financeira, que deve avaliar o risco das aplicações de recursos e diferenciá-las em função das taxas de juro aplicadas, não evitou a concentração nos sectores de bens não transaccionáveis, nem impediu

que a rejeição do critério da competitividade tenha contribuído para a diminuição do potencial de crescimento económico, tendo como consequência última a acumulação de imparidades nos balanços bancários, quando os valores registados na titulação das dívidas deixam de corresponder aos valores de mercado.

A regulação social, que deve respeitar o equilíbrio entre o regime de acumulação e o regime de distribuição numa perspectiva de segurança e estabilidade a longo prazo das famílias e da comunidade, foi distorcida pela preferência pela distribuição, tendo de se recorrer ao endividamento para ocultar a impossibilidade de prolongar no tempo o regime distributivo estabelecido, mas já sem se poder corrigir o erro cometido na formação de expectativas que não serão concretizáveis, deixando diversos grupos sociais sem defesa perante a mudança do campo de possibilidades.

Com o fracasso dos seus dispositivos de regulação, as sociedades maduras desenvolvidas ficaram bloqueadas num espaço paradoxal, onde o anunciado (na esfera política) e o esperado (na esfera social) não corresponde ao realizado (na esfera económica).

A incerteza sobre o que será o futuro, que daí decorre, cria as condições para a preferência pela liquidez como regime de precaução, quando fica posta em causa a continuidade do regime de distribuição e já não há vitalidade social para passar a adoptar o regime de acumulação. Os tradicionais estímulos ao crescimento económico (baixa taxa de juro e défices orçamentais) perdem eficácia, porque a percepção social de que o endividamento continuará a crescer no futuro não favorece nem justifica novos investimentos, do mesmo modo que não gera a confiança que alimenta altos níveis de consumo. E a diminuição do potencial de crescimento económico reforça a incerteza sobre o que será o futuro, que tinha começado por justificar o regime de precaução. Fica, assim, criado uma circularidade de estagnação, onde a incerteza impede a reconstituição do passado e não permite a construção do futuro.

Das crises de grande intensidade à crise de descontinuidade

A deformação da configuração das três esferas conduziu as sociedades maduras desenvolvidas para uma espiral recessiva que, na melhor hipótese, poderá ser estabilizada num estado de estagnação. Numa dinâmica de recessão ou de estagnação, em sociedades que, sendo desenvolvidas, têm rendimentos elevados e um alto grau de diferenciação de especializações e de complementaridades funcionais, a perda de potencial de crescimento

acentua os seus desequilíbrios iniciais e gera crises de grande intensidade, quando as decisões que foram tomadas num sistema de expectativas e de pressupostos sobre o que seria o futuro são invalidadas pela evolução real que desmente essas expectativas. Em sociedades de altos rendimentos, com diferenciação de especializações e redes complexas de complementaridades, as crises de grande intensidade desenvolvem-se com mais rapidez do que nas sociedades de baixos rendimentos e de maior autonomia e auto-suficiência dos indivíduos e dos grupos.

Neste sentido, as sociedades maduras desenvolvidas são as mais vulneráveis a crises de grande intensidade, cuja resolução implica a recomposição da sua configuração das três esferas, de modo a restabelecerem condições de equilíbrio e de regulação. Todavia, a persistência das memórias do passado contribui para que a resolução das crises de grande intensidade só se torne possível quando estas crises atingirem o extremo da crise de descontinuidade – o equivalente estrutural aos efeitos de uma guerra ou de uma revolução, que abre um novo campo de possibilidade depois de um período de destruição. A crise de descontinuidade é a que desliga o passado do futuro, e acontece quando o presente deixa de poder estabelecer essa ligação entre os dois segmentos do tempo.

Na sua aceção abstracta ou genérica, a descontinuidade ocorre quando já não é possível prolongar a trajectória que se seguiu no passado até ao presente. Na sua aceção concreta, porém, o corte de continuidade não é instantâneo nem linear, desenvolve-se num período que pode ser longo, como acontece numa ruptura de ligamentos ou com um tecido que rompe. Não é um acto de vontade (mesmo nas descontinuidades revolucionárias ou no fim de guerras), é um processo de ajustamento da sociedade a um novo campo de possibilidades, onde a avaliação crítica do que era habitual e já não é possível será a base de partida para a construção do campo de possibilidades futuro.

Quando o processo de ajustamento é mais lento do que a mudança do campo de possibilidades, a crise de grande intensidade evolui para o extremo da crise de descontinuidade e o corte é determinado pela passagem para o novo campo de possibilidades, que anula a viabilidade das actividades económicas e das políticas públicas que continuarem referenciadas ao campo de possibilidades anterior. A crise de descontinuidade é, assim, a forma extrema da crise de grande intensidade quando se concretiza a mudança do campo de possibilidades.

Todavia, há contextos históricos em que uma crise de descontinuidade desencadeia o processo de mudança do centro de hegemonia na escala mundial, o que é uma forma extrema de descontinuidade que se pode

designar como uma grande divergência, quando muda o padrão da estratégia de modernização porque mudou o centro de dominação.

Esta forma extrema de descontinuidade combina a mudança do campo de possibilidades (descontinuidade localizada) com a mudança do paradigma da modernização (descontinuidade generalizada). Não é um processo unilateral, em que a acumulação de vantagens competitivas num lado permita a dominação do outro lado que não conseguiu acompanhar esta evolução. A mudança do paradigma de modernização acontece num processo bilateral, onde a expansão de um lado é facilitado e consolidado pela decadência do outro lado, onde se localizava antes o centro de hegemonia.

É esse processo bilateral que será considerado a seguir, através da ilustração de diferentes dispositivos de estratégias de modernização e de desenvolvimento.

II. AS DIFERENCIAÇÕES NA GLOBALIZAÇÃO COMPETITIVA

O regime da globalização competitiva é caracterizado pela remoção das diferenciações nacionais criadas pelas fronteiras, reforçadas pelas barreiras alfandegárias e pelas relações cambiais entre as moedas nacionais, e abriu um processo de mundialização dos mercados, em função das quatro liberdades da circulação de capitais, de produtos, de serviços e de pessoas.

O esbatimento das diferenciações das economias nacionais permite a formação de grandes mercados relativamente homogêneos nas suas regras de funcionamento, onde os diferenciadores principais passam a ser a competitividade e a atractividade: o primeiro determina as vantagens nas relações comerciais, o segundo determina a direcção dos fluxos de capitais, sendo de esperar que competitividade e atractividade sejam convergentes – o que significa que haverá um processo cumulativo em que a vantagem competitiva será reforçada pela atracção de capitais que procuram obter a melhor remuneração entre as diversas oportunidades de aplicação.

Na origem deste regime da globalização competitiva está a expansão das sociedades do Ocidente desde o século XIV, que teve um ponto de inflexão ascendente com a afirmação da hegemonia britânica, induzida pela industrialização do século XIX, e teve um novo ponto de inflexão na última década do século XX, quando a desagregação da União Soviética consolidou o domínio hegemónico dos Estados Unidos como representante dos valores e do poder do Ocidente. Porém, é também a partir deste

período de afirmação dos valores ocidentais que a sua incorporação pelas sociedades do Oriente (depois das experiências bem sucedidas no Japão e na Coreia do Sul com os seus programas de integração competitiva na economia mundial, nas décadas de 1960 e 1970) teve o efeito inesperado de alimentar um processo de crescimento económico rápido e de modernização social em agregados populacionais de grande escala, com um efeito de amplificação sem precedentes históricos.

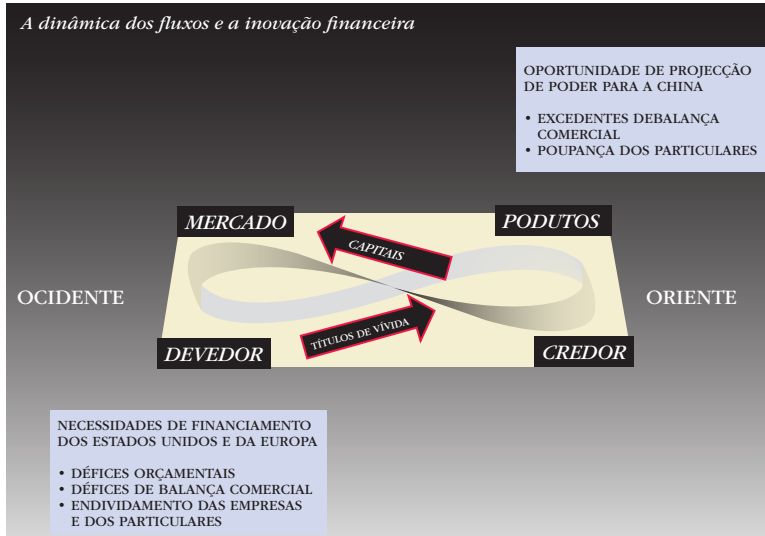
Mas também se manifestou, neste processo de integração das economias do Oriente nos mercados mundiais, um efeito de ironia histórica, na medida em que foi o êxito dos valores ocidentais que melhor promoveu a prosperidade e o poder crescente das sociedades orientais.

Todavia, não basta conhecer a fórmula do êxito, é preciso ter o campo de possibilidades em que ela possa ser aplicada e adaptá-la ao que são as condições estruturais em cada sociedade concreta. É neste novo campo estratégico, onde cada participante compete em função de uma fórmula de modernização comum mas explorando as diferenças das condições da sua aplicação, que o processo da globalização competitiva estabelece a diferenciação entre as sociedades maduras desenvolvidas e as sociedades emergentes. E se é possível imaginar que as sociedades emergentes com sucesso também serão um dia sociedades maduras desenvolvidas, não se pode rejeitar a possibilidade de as sociedades que são hoje maduras desenvolvidas evoluírem para uma dinâmica de estagnação e de declínio.

Assimetrias nas balanças comerciais e fluxos de capitais na escala global

Neste novo sistema de relações entre o Ocidente e o Oriente, já é visível o efeito das assimetrias nas relações do comércio internacional, com as correspondentes turbulências nos fluxos de capitais entre as regiões de excedente e as regiões de défice. É a consequência da diferenciação gerada pelos dois critérios básicos da actual globalização, a competitividade e a atractividade.

A vantagem competitiva do Oriente permitiu a atracção da produção industrial em boas condições de custos, ao mesmo tempo que a circulação da informação e das tecnologias permite obter, nessas economias, produtos com adequada sofisticação técnica sem terem de passar pelas diversas fases que as economias desenvolvidas maduras tiveram de percorrer para conceber esses produtos e essas cadeias de produção. Esta vantagem competitiva é também útil para as economias do Ocidente, porque lhes



permite ter acesso a produtos de qualidade por um preço muito inferior ao que teriam de pagar se fossem produzidos nas suas economias. A diferenciação entre economias de produtos e economias de mercados decorre desta diferença de competitividades, onde de um lado está a eficiência da produção com baixos custos e, do outro lado, estão os rendimentos que sustentam a procura.

Esta relação entre produtos e mercados estrutura a relação entre devedores e credores: os mercados produtores acumulam excedentes comerciais e os mercados compradores acumulam défices comerciais, mas os excedentes de uns podem ser aplicados a financiar os défices de outros – porque essa é a condição para não interromper a circularidade entre a procura e a oferta. Porém, sob esta superfície virtuosa e mutuamente benéfica de articulação entre mercados de procura e mercados de oferta, desenvolve-se uma outra assimetria, onde os devedores emitem títulos de dívida que são aceites pelos credores, que assim transferem capitais que lhes poderão dar acesso aos activos das economias que emitem dívida.

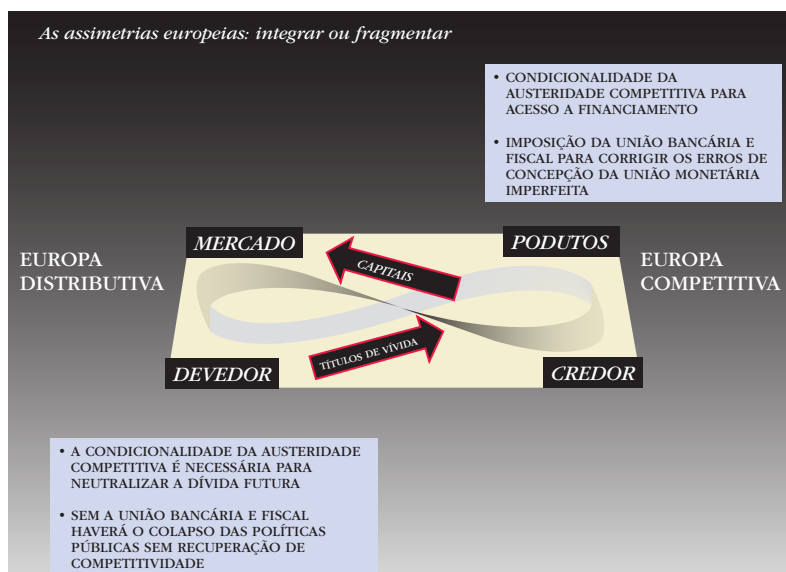
Esta dinâmica dos fluxos de capital, quando se torna estrutural (isto é, quando as necessidades de emissão de dívida das sociedades devedoras se tornam continuadas e não apresentam tendência de correcção), oferece às sociedades credoras a possibilidade de projectarem poder, na medida em que os títulos de dívida que detêm correspondem a direitos sobre os activos das sociedades devedoras. E mesmo que não sejam exercidos esses direitos, existirá um poder de influência que está directamente associado às posições detidas pelas sociedades credoras. Ou seja, as assimetrias de

competitividade e as assimetrias dos fluxos de capitais traduzem-se em assimetrias no potencial de projecção do poder.

A dívida é um meio de conquista sem ter de combater. Ao contrário da guerra, porém, esta projecção do poder através das assimetrias nas relações comerciais e nos fluxos de capitais não é unilateral, não decorre de uma declaração de guerra. É uma dinâmica bilateral: é preciso que as necessidades de financiamento dos devedores persistam para que os credores possam invocar e usar os seus direitos para continuarem a participar nesse financiamento dos devedores. É por isso que é a conjugação dos défices orçamentais, dos défices comerciais e do endividamento das famílias e das empresas, no Ocidente, que oferece a oportunidade de projecção de poder no Oriente, onde se conjugam os excedentes comerciais e um nível elevado de poupança dos particulares.

Este mesmo tipo de dinâmica encontra-se em regiões económicas de escala mais limitada, como é o espaço económico europeu. Neste caso, é a articulação entre sociedades competitivas e sociedades distributivas que gera as assimetrias que se originam na esfera económica e se difundem na esfera social e na esfera política – mas também com consequências na projecção de poder. Ainda que na escala mais reduzida do continente europeu, as dinâmicas dos diferenciais de competitividade e dos fluxos de capitais são idênticas às que se encontram na escala global.

Mas se as dinâmicas são idênticas nas duas escalas, a global e a regional, as questões que essas dinâmicas trazem para a superfície são de tipo



diferente. No caso europeu, com uma moeda comum e diferenciais de competitividade, com as consequentes correntes de fluxos de capitais, a questão primária é a de construir a homogeneidade neste espaço económico de moeda única e política monetária comum. Neste contexto, os processos de projecção de poder, no interior deste espaço económico, estão referenciados ao modo de concretizar o objectivo da estabilidade interna, com a instalação dos adequados dispositivos de regulação, estruturando um espaço económico integrado.

Do lado das sociedades devedoras, que são as sociedades distributivas, a condicionalidade da austeridade competitiva é necessária para neutralizar a dívida futura, mas também será necessário avançar no sentido da união bancária e da uniformização fiscal para que não haja o colapso das finanças públicas, que não serão financiáveis sem recuperação da competitividade. Do lado das sociedades competitivas, a imposição da condicionalidade competitiva às sociedades devedoras é o critério a respeitar para poderem ter acesso a financiamento continuado, mas a união bancária e fiscal é também uma condicionalidade para que possam ser corrigidos os erros de concepção de uma união monetária que se revelou imperfeita e sem regulação adequada.

As configurações das três esferas e os modelos de desenvolvimento

Estas diferenças entre áreas credoras (regiões de excedentes) e áreas devedoras (regiões de défices), ou entre áreas competitivas (regiões de acumulação de capital) e áreas distributivas (regiões de distribuição de rendimentos) resultam dos modos diferentes com as sociedades estabelecem as suas configurações das esferas política, económica e social.

Para cada campo de possibilidades, é possível distinguir diferentes espaços de referência em função da taxa de crescimento obtida e do grau de estabilidade na dinâmica das sociedades.

Nas sociedades que atingem taxas de crescimento acima de 2% a 3% ao ano, há sociedades de equilíbrio sustentado e há sociedades em expansão. Nas sociedades que têm taxas de crescimento anual inferiores a esse limiar, há sociedades em estagnação e sociedades em declínio ou em contracção. Não são posições imutáveis: quando mudam os campos de possibilidades, sociedades que antes estavam em expansão podem passar à contracção e ao declínio, tal como sociedades de equilíbrio sustentado podem passar para a estagnação quando perdem potencial de

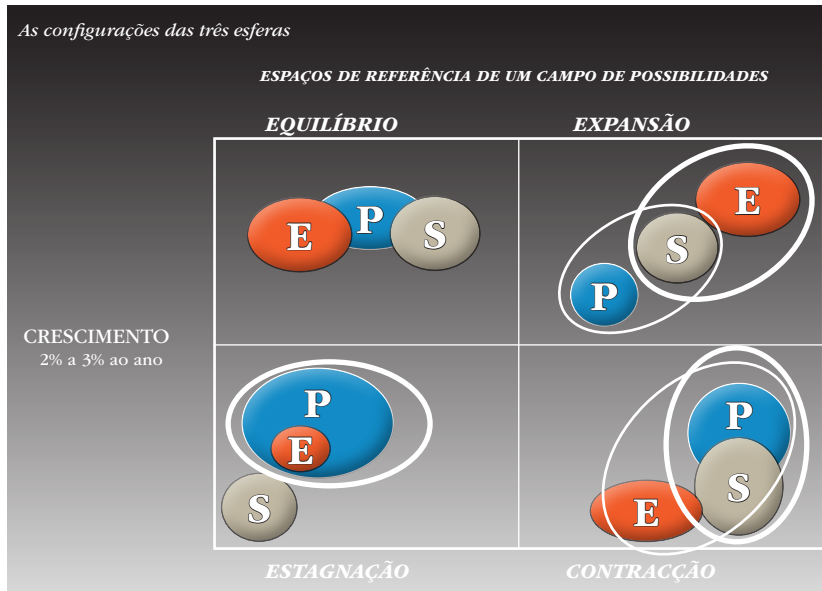
crescimento. Mas também poderá acontecer que sociedades estagnadas tenham numa dotação favorável de recursos naturais valiosos o factor que lhes permita aspirar a mudar de estatuto e a atingirem níveis superiores no seu potencial de crescimento.



Estes resultados estão associados a configurações muito diferentes das esferas política, económica e social. E é este segundo tipo de informação que é realmente relevante para estabelecer o que é o potencial estratégico em cada época e em cada campo de possibilidades.

As sociedades pouco desenvolvidas, estagnadas ou com crescimento muito lento, apresentam uma configuração em que a esfera política apropriada a esfera económica, pelo patrimonialismo da “casa do rei” e dos apoiantes do líder político ou pelo intervencionismo do Estado, o que mantém a esfera económica numa dimensão muito reduzida, sem um mercado interno alargado. A sociedade é mantida separada das esferas políticas e sociais, sem políticas públicas de protecção e sem mobilização para programas de modernização, limitando-se a gerir os ajustamentos ao nível de subsistência.

É uma configuração típica das sociedades tradicionais, onde as ligações entre as três esferas são dependentes da incorporação em instituições (forças armadas, estruturas religiosas e serviços burocráticos), porque não há vitalidade social e económica suficiente para gerar centros de acumulação de capital, de onde pudessem surgir agentes e projectos de moder-



nização com capacidade para romper a membrana que protege a relação principal desta configuração, aquela que se estabelece entre a política (personalizada) e a economia (sem potencial de crescimento).

As sociedades de equilíbrio sustentado e com taxas de crescimento elevadas têm uma articulação harmonizada das três esferas, porque cada uma delas se ajusta às outras com a finalidade central de se adaptarem ao que for o seu campo de possibilidades. Não são sociedades desprovidas de conflitualidade ou que não tenham grupos de interesses que procuram capturar benefícios e protecções. Mas são sociedades que têm uma cultura política que privilegia a formação de consensos para obter vantagens comuns e penaliza as conflitualidades que procuram apropriar vantagens unilaterais. É esta cultura política que promove e faz respeitar as instituições e as funções de regulação, concentrando as atenções e os recursos na avaliação das mudanças no campo de possibilidades, que são mais relevantes para a consolidação das vantagens comuns do que os jogos conflituais de soma nula, onde o que um grupo social ganha corresponda ao que outro grupo social perde. Numa configuração deste tipo, a óptica da competitividade (ou da conflitualidade dirigida para o exterior) será mais importante do que a óptica da distribuição (extrair a uns para entregar a outros, numa relação interna).

A combinação de uma cultura política que promove o consenso e valoriza as instituições de regulação, com a escolha colectiva pela óptica

competitiva com atenção permanente à evolução do campo de possibilidades, oferece a estas sociedades um grau elevado de flexibilidade que, por sua vez, é uma condição para a garantia do equilíbrio sustentado que caracteriza estas sociedades.

As sociedades em expansão, também agora designadas como sociedades emergentes que se diferenciam das sociedades desenvolvidas, apresentam uma configuração das três esferas que se assemelha ao padrão que se encontrava nas sociedades ocidentais no seu período de expansão, a partir do século XIV e até à última década do século XX. É a esfera económica que tem uma dinâmica mais forte, arrastando a esfera social para a exploração das novas oportunidades que são oferecidas pelas actividades económicas. A esfera política não tem um papel de iniciativa operatória (que é deixada para os agentes económicos), mas tem um papel de condução estratégica para criar e regular as condições mais favoráveis para que as iniciativas dos agentes económicos tenham sucesso continuado. Em especial, é a esfera política que tem de preservar os equilíbrios sociais, assegurando que as vantagens obtidas pelos grupos sociais e pelas regiões mais modernizadas não geram conflitualidade com os grupos sociais e com as regiões que ainda não foram incorporados no processo de crescimento económico e dos seus níveis de vida.

Esta configuração também foi a que gerou a época da expansão das sociedades ocidentais, e tem como traço característico a aplicação das vantagens competitivas na formação de centros de acumulação de capitais, que são os pontos de aceleração onde são tomadas as decisões de investimento que sustentam a modernização continuada – e, portanto, a garantia de continuidade das vantagens competitivas. Contudo, é esta semelhança de configurações que se formam em épocas distintas que sinaliza a vulnerabilidade da actual configuração expansionista.

Desde logo, as dificuldades que se encontram agora na configuração das sociedades maduras desenvolvidas, no Ocidente e no Japão, revelam o que poderá ser a evolução da configuração expansionista actual se seguir a mesma trajectória que foi percorrida pela anterior configuração expansionista. Mas também será preciso considerar o que poderá ser o efeito da acentuação da crise nas sociedades maduras desenvolvidas no que se refere à sustentação do crescimento das sociedades emergentes em expansão, que ainda não têm um mercado interno com escala suficiente para alimentar o seu crescimento continuado e, portanto, precisam dos mercados das sociedades maduras desenvolvidas.

As sociedades em contracção são sociedades instáveis porque ainda têm a memória (e as expectativas) da sua anterior época de expansão, mas

estão confrontadas com desequilíbrios crescentes no financiamento das suas políticas públicas (o que se reflecte nos seus défices orçamentais) e na defesa dos seus graus de competitividade (o que se reflecte nos seus défices comerciais), sempre com o resultado final de aumentarem o seu endividamento e, portanto, de acentuarem a sua crescente dependência dos seus credores.

Na medida em que é na área das sociedades em contracção que se localiza o centro hegemónico que estrutura a ordem mundial actual, a sua instabilidade repercute-se em sucessivas crises internacionais de baixa intensidade, que sinalizam a diluição do poder de dissuasão que é, em condições normais, exercido pelo centro hegemónico. A redução do poder de dissuasão do centro hegemónico implica a diminuição do poder de regulação das instituições internacionais que têm por missão monitorizar e controlar a formação de desequilíbrios fundamentais, contribuindo para a formação de uma ordem mundial multipolar, baseada em áreas de influência de poderes regionais.

A configuração das sociedades em contracção, que corresponde à época de declínio das sociedades que antes tiveram a configuração das sociedades em expansão, aparece com duas esferas muito expandidas, a política e a social, como resultado da sua maior dependência mútua: a esfera social depende das políticas públicas e a esfera política depende da satisfação das preferências manifestadas na esfera social – o que implica a expansão continuada das duas esferas e o reforço da sua interdependência. Por sua vez, a esfera económica vai sendo contraída, porque perde condições de competitividade e porque a afectação de recursos ao financiamento das preferências de segurança e protecção da esfera social implica que os recursos disponíveis, tanto para investimento como para a pesquisa de novos produtos, sejam insuficientes para recuperar a anterior tendência de expansão pela via das vantagens competitivas.

A co-evolução das quatro configurações

A configuração da contracção, ou do declínio, das sociedades maduras desenvolvidas coloca a questão crítica de avaliar em que medida ela é o destino inevitável da configuração da expansão. Esta mesma questão crítica pode ser colocada de outro modo: em que medida o sucesso da competição e a recolha dos dividendos da expansão através de políticas de distribuição põe em causa a continuidade da trajectória da expansão? A resposta a esta questão crítica é importante para as sociedades que estão

em contracção, mas também é uma indicação necessária para as sociedades que estão em expansão e precisam de estabelecer as condições de continuidade da sua expansão.

As quatro configurações básicas coexistem no tempo, o que significa que se influenciam mutuamente. Mas essa coexistência no tempo destes quatro horizontes de possibilidades também significa que a evolução de cada configuração é uma fonte de oportunidades e de ameaças para as outras. Por um lado, a informação obtida no exame da trajectória de cada configuração será útil para corrigir as trajectórias seguidas pelas outras, de modo a evitar que se formem desequilíbrios e assimetrias. Por outro lado, o facto de coexistirem no tempo amplifica os efeitos das assimetrias que se formarem nas suas relações, tornando mais pesados os custos dos desequilíbrios que forem permitidos em cada configuração.

As sociedades em expansão têm uma dinâmica autónoma que lhes permite sustentarem o seu crescimento, mas precisam das outras sociedades para poderem amplificar o benefício das vantagens competitivas que souberam organizar e consolidar. Se as outras sociedades entrarem numa época de declínio, as vantagens competitivas das que estão em expansão não encontrarão os mercados de grande escala onde se concretizem, não existirá o volume de procura que permita explorar o seu potencial de crescimento. Para se manter a dinâmica autónoma das sociedades em expansão quando os mercados externos perdem escala, elas terão de recorrer ao seu mercado interno, centrando-se numa dinâmica endógena que é menos interessante do que seria o processo de alargamento da área de influência e que, para além disso, não assegura condições de crescimento continuado a longo prazo.

A co-evolução das quatro configurações indica que tanto os que estão na fase ascendente da expansão, como os que estão na fase descendente da contracção, precisam de gerir a sua convivência – os primeiros para poderem continuar a expansão, os segundos para corrigirem os factores que os colocaram numa trajectória de contracção. Esta gestão da convivência não é, porém, linear, já que os movimentos de expansão e de contracção são divergentes e são ramos de evoluções históricas distintas. As sociedades em expansão vêm de baixo para cima, as sociedades em contracção vêm de cima para baixo. As primeiras pretendem explorar as dificuldades das segundas para consolidarem as posições que estão a conquistar, as segundas pretendem evitar que as suas perdas de posições se tornem definitivas.

É esta complexidade que pode desencadear dinâmicas de crises de grandes intensidades que saem da zona de controlo dos diversos protago-

nistas. Os diferenciais de competitividade nas relações comerciais geram diferenciais de pressões nos movimentos de capitais, e essas assimetrias provocam instabilidades que têm um elevado potencial de destruição. Como cada parte não aceita os sucessivos equilíbrios conjunturais porque pretende melhorar ou defender a sua posição, não se neutraliza esse potencial de destruição, nem se chega a uma zona de estabilidade em que se possa fazer uma avaliação serena de toda a informação que foi recolhida nestes movimentos.

Nestes contextos críticos de grande fluidez, a procura de uma plataforma institucional que consolide toda a informação disponível é a resposta que se apresenta como racional e a mais prudente para que se evite a perda de controlo nestes processos.

Uma instituição como o Fundo Monetário Internacional tem os participantes e a informação necessários para se estabelecer a plataforma de convergência que estabeleça a correcção das assimetrias formadas nas correntes comerciais e nas correntes de capitais, de modo a controlar os efeitos da instabilidade. Contudo, a dificuldade que se coloca à concretização desta função de arbitragem está no facto de as sociedades em expansão considerarem que as propostas de convergência que forem apresentadas não reconhecem o que consideram ser o seu potencial de crescimento, enquanto as sociedades em contracção consideram que as condicionalidades que lhes são impostas são excessivas e que os sacrifícios que impõem são superiores ao que teriam de suportar se nenhum acordo for celebrado.

Não é por falta de informação, ou porque se desconhecem as propriedades da co-evolução das quatro configurações básicas, que não se estabelece uma plataforma de convergência entre os diversos agentes relevantes para se encontrar uma resolução para a instabilidade destruidora que se encontra na crise económica actual. É a instabilidade das posições, com a esperança de expansão adicional para uns e a expectativa de interromper a contracção para outros, que estrutura o contexto em que não há quem reconheça estar interessado em participar numa resolução negociada porque todos consideram que esta seria uma resolução prematura.

É neste tipo de contexto – onde o que efectivamente se debate é quem pode ocupar a posição de centro hegemónico, porque é dele que depende a ratificação da resolução que for encontrada – que se abre a possibilidade da formação de uma Grande Divergência, um processo idêntico ao que, no início do século XIX, separou as trajectórias do Ocidente e do Oriente, da Inglaterra e da China. Tendo em conta a importância

do alvo, é natural que as setas sejam guardadas até que se chegue ao momento adequado para as lançar em direcção a esse alvo, sem deixar de preparar a oportunidade para poder vencer sem ter de combater, para chegar à posição de centro hegemónico por virtude das vantagens competitivas e da gestão adequada dos créditos acumulados que constituem direitos sobre os activos que garantem as dívidas.

III. AS GRANDES DIVERGÊNCIAS E A FORMAÇÃO DA HEGEMONIA

Observada na perspectiva de Inglaterra ou, de modo mais geral, na perspectiva da Europa protestante, a Revolução Industrial aparece como o resultado da combinação de desenvolvimentos tecnológicos com a facilidade de acesso a minas de carvão que vão ser instrumentais para fornecer a energia necessária para a aplicação daqueles desenvolvimentos tecnológicos. Observado na perspectiva comparada com o estado de desenvolvimento então atingido pela China, nesse mesmo período da segunda metade do século XVIII até à passagem para o século XIX, o movimento da Inglaterra, que abre o período de expansão que a conduzirá à posição de centro hegemónico no mundo, tem de ser interpretado não só em termos do que foi a sua dinâmica própria, mas também por comparação com o que foi a evolução da China para uma configuração de estagnação, apesar de ambas as sociedades partirem de um estado de desenvolvimento semelhante.

A primeira Grande Divergência

O que foi designado como a Grande Divergência não é só o processo ascendente de Inglaterra (depois arrastando a Europa), aparece como um movimento bilateral, onde o sucesso estratégico de um lado é complementar do fracasso estratégico do outro lado, e onde cada parte do movimento bilateral é auto-reflexivo e cumulativo, amplificando assim a divergência inicial. Sendo processos complexos, em cada um dos movimentos da divergência e na inter-relação entre eles, não se pode esperar encontrar relações causais simples que determinem dinâmicas tão diferentes. Mas há alguns factores que aparecem sublinhados no contraste que se obtém quando se comparam os dois movimentos.

O primeiro factor é a localização das minas de carvão que, em Inglaterra, estavam próximas de zonas populosas, onde era maior o para a

localização de actividades que utilizassem essas fontes de energia. Também a China tinha minas de carvão, mas estavam localizadas a maior distância das zonas que tinham maior desenvolvimento económico. Este factor instrumental não seria suficiente para estruturar uma divergência de trajectórias sem o complemento do factor estratégico que constituiu, para Inglaterra, a incorporação das áreas colonizadas, onde emergiram novos mercados e se encontraram novas fontes de matérias-primas.

É este factor estratégico que ofereceu a Inglaterra uma profundidade do espaço económico que não foi aberta na China, onde a diferenciação entre as zonas desenvolvidas e as zonas tradicionais concentrou a atenção dos responsáveis políticos nos equilíbrios internos e, portanto, no desenvolvimento do mercado interno. Um terceiro factor, instrumental, apareceu no grau de monetarização que tinha sido atingido na economia chinesa, baseada na circulação da prata como meio de troca, e que vai ser instrumental para a penetração dos interesses económicos do Ocidente que podiam usar a prata que extraíam, a baixo custo, nas áreas coloniais e depois usavam para comprar os produtos da economia chinesa, perturbando os equilíbrios internos da China.

A expansão territorial no Ocidente alargou os seus espaços económicos e sustentou a sua expansão económica e estratégica, acumulando poder ao mesmo tempo que aumentava o seu potencial de crescimento. Pelo contrário, o Oriente – na China, na Índia, no Japão – manteve-se concentrado na gestão das suas diferenciações internas, tentando assegurar que as zonas mais desenvolvidas promovessem a modernização das zonas mais tradicionais, conduzindo a expansão económica como incorporação do interior, regulando o poder interno mas sem ganhar maior potencial de crescimento.

Embora o Delta do Yangzi e Inglaterra não partissem de bases de modernização das suas economias muito diferentes, a combinação do factor instrumental (facilidade de acesso a fontes de energia), com o factor estratégico (abertura de novos mercados a longa distância, sem ter se satisfazer equilíbrios internos e, pelo contrário, abrindo válvulas de escape para as tensões internas) e o factor monetário (a facilidade de penetração da prata como moeda de troca nas relações comerciais com a China) criou vantagens competitivas para os interesses europeus, tanto para a sua expansão rápida, como para as suas relações com as economias orientais, ao mesmo tempo que bloqueava as sociedades orientais numa configuração de contracção.

Em termos das configurações das três esferas, era em Inglaterra (e depois na Europa) que se encontrava o padrão da expansão, e era no

Oriente, com as suas preocupações com a estabilidade social e, portanto, com as suas atenções viradas para o interior, que se encontravam os padrões da contracção (porque não aproveitou a potencialidade da expansão) ou da estagnação (porque não libertou a esfera económica da sua subordinação à esfera política, nem incorporou a sociedade numa estratégia de modernização que a afastasse das relações tradicionais). As estruturas nacionais da China, da Índia e do Japão eram constelações de províncias e de regiões contíguas, com o financiamento do poder político dependente da tributação extraída a nível local, o que implicava concentrar a atenção nos equilíbrios internos. Na China, o contraste entre o desenvolvimento das regiões costeiras e o atraso nas regiões interiores não favorecia o projecto estratégico da expansão para o exterior, antes promovia a contenção do progresso nas regiões costeiras para evitar a conflitualidade com as regiões do interior.

De um lado, uma configuração aberta ao exterior fazia do movimento para fora o centro da estratégia de expansão, canalizando para o exterior os conflitos que se formassem no interior da sociedade. De outro lado, uma configuração orientada para o interior fazia da contenção da expansão o centro da estratégia de regulação dos equilíbrios internos, para que as desigualdades do desenvolvimento não evoluíssem para a conflitualidade. De uma inicial base comum, saem dois vectores com orientações divergentes, sendo cada um internamente consistente, mas conduzindo inevitavelmente a destinos muito distintos.

Os incidentes que ocorrem em cada um desses vectores serviram de estímulos para interpretações analíticas distintas. Em geral, na cultura ocidental esses incidentes fundamentaram a teoria do progresso, que era a que melhor correspondia a um movimento ascendente. Na cultura oriental, esses mesmos incidentes foram usados para reforçar uma leitura cíclica dos movimentos históricos, em parte porque essa era a teoria que funcionava como base de esperança para sociedades que se encontravam num processo de estagnação e de subordinação a poderes superiores. Noutra parte, porém, esta atenção da cultura oriental à propensão das coisas recomendava a procura dos indicadores que se podiam detectar para além da superfície dos acontecimentos e que revelavam uma causalidade latente, que seria mais instável e mais imprevisível do que se reconhecia nas descrições correntes do que eram os campos de possibilidades, elaboradas pelos que ocupavam as posições dominantes.

O efeito de uma dobra no tempo

Estes destinos muito distintos, que emergem da grande divergência do início do século XIX, foram prosseguidos no intervalo longo de dois séculos, onde se salientam dois períodos críticos: 1950-1973 e 2001-2013.

O primeiro desses períodos críticos aparece na sequência da Segunda Guerra Mundial, com um nível excepcional de crescimento económico das economias mais desenvolvidas, que beneficiam dos efeitos da reconstrução combinados com uma alteração profunda do campo de possibilidades que é obtida através de uma nova articulação das três esferas económica, social e política. Foi um período de interdependência positiva das três esferas nas sociedades desenvolvidas, mas que foi reforçada pela interdependência positiva dos mercados dessas sociedades desenvolvidas, o que veio permitir um alargamento da escala dos campos de possibilidades de cada uma dessas sociedades desenvolvidas.

O fim deste primeiro período crítico ocorre em 1973, com a crise do petróleo. O incidente detonador foi a primeira crise do petróleo, quando entram em cena as economias fornecedoras de uma matéria-prima vital para as economias industrializadas, que depois se vai reflectir na perturbação dos mercados de capitais.

Foi a formação da assimetria entre países exportadores de petróleo (que acumulam excedentes de capitais, que depois injectam no sistema monetário internacional) e países importadores de petróleo (que depois têm de reciclar esses capitais no interior dos seus próprios mercados) que produziu a primeira perturbação no sistema monetário internacional que tinha sido estabelecido nos acordos de Bretton Woods de 1944.

Todavia, a visibilidade deste incidente encobriu uma outra mudança estrutural, que ocorreu nas tendências demográficas das sociedades desenvolvidas. É na década de 1970 que a geração seguinte passa a ser menor do que a geração anterior, iniciando o processo que vai conduzir para o estado de sociedades desenvolvidas maduras que se encontra hoje no Ocidente e no Japão. O que poderia ser apresentado como uma evolução natural na tendência do progresso, continha o início da impossibilidade de financiar os dispositivos de articulação entre a esfera social e a esfera política (com as suas políticas de distribuição de rendimentos e com o seu dispositivo de financiamento da idade da reforma), que foram concebidos e calibrados na expectativa de que se manteriam as taxas de crescimento da esfera económica que se conheceram no período 1950-1973. Quando esta previsão não se confirma, muda o campo de possibilidades, mas essa mudança não pode ser reconhecida por razões sociais e por razões políticas.

O segundo período crítico, que se inicia em 2001 (embora tenha começado no Japão dez anos antes), é caracterizado pela instabilidade inerente ao confronto entre o campo de possibilidades ilusório (que se fundamentava na memória do passado) e o campo de possibilidades real (que já é formatado pelas tendências do futuro), uma instabilidade que se manifesta em sucessivas crises conjunturais, que vão revelando a configuração da descontinuidade (quando o presente não estabelece a ligação entre o passado e do futuro).

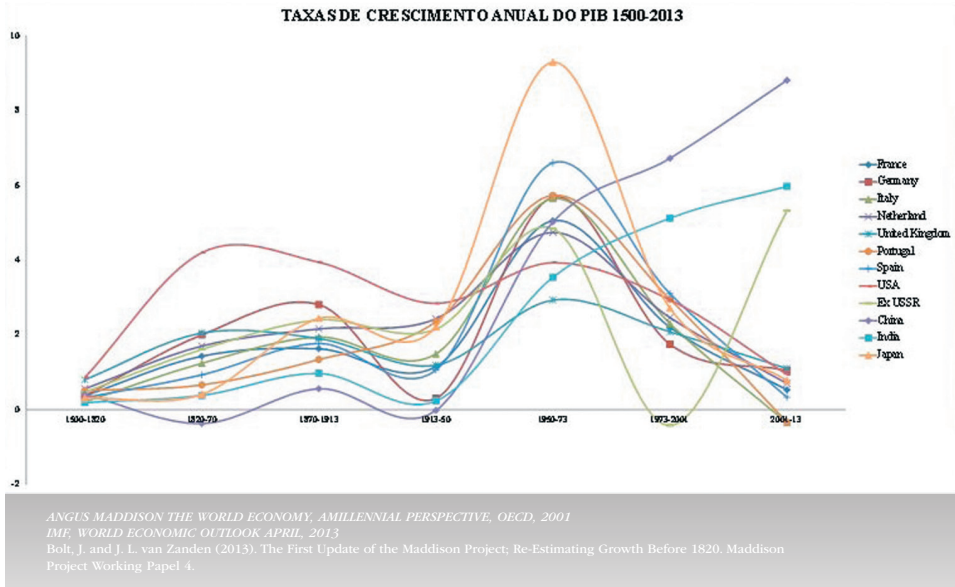
É durante este segundo período crítico que se revela o potencial de expansão das sociedades emergentes, que obtêm níveis de competitividade superiores aos que se atingem nas sociedades maduras desenvolvidas e que lhes permitem fazer acumulação de capitais (resultantes dos seus excedentes comerciais) que podem aplicar em investimentos nos mercados mais desenvolvidos (com aquisição de dívida pública e com apropriação de activos). Para a cultura ocidental, esta evolução é uma surpresa, porque se afasta da linha previsional do progresso cumulativo. Para a cultura oriental, esta evolução é a confirmação da propensão das coisas e da trajectória cíclica, onde são os factores internos que produzem os pontos de inflexão da vitalidade para a maturidade, da expansão para a contracção.

Esta sequência de acontecimentos em períodos longos está bem visível nos indicadores – confirmando que o real é o que é, independente das interpretações que sobre ele sejam feitas. Usando o indicador de vitalidade que é a taxa de crescimento do produto interno bruto, a imagem que se obtém é a que se regista na figura seguinte.

Com a excepção dos Estados Unidos e da Alemanha até ao período de 1870-1913, o crescimento das economias não se afasta dos 2% ao ano, que seria a norma secular. O período 1950-1973 veio mostrar, no entanto, que havia um outro campo de possibilidades: se os Estados Unidos e o Reino Unido não se afastam muito dos seus valores históricos, as economias europeias e a japonesa têm uma significativa aceleração dos seus ritmos de crescimento económico. Continuavam a ser economias nacionais, com moedas próprias e barreiras alfandegárias delimitadoras de mercados – e, apesar disso, evoluíram em sincronia, o que indica que factores comuns estruturaram a sincronia no crescimento destas economias mesmo sem haver decisões comuns.

Contudo, esta não era uma nova linha de tendência que caracterizaria um futuro de prosperidade continuada, era apenas uma dobra do tempo, construída por uma conjugação excepcional de factores. Quando esta conjugação se desfez, estas economias continuaram em evolução sin-

Taxas de crescimento e a dobra do tempo



cronizada – mas agora em processo descendente (onde só a Alemanha consegue reduzir a intensidade da queda). Nem sequer se pode invocar uma conjugação excepcional de factores desfavoráveis, porque o que se encontra no período que se segue à dobra do tempo é a passagem à fase de maturidade de sociedades que antes tinham a seu favor as propriedades das configurações com vitalidade. De facto, a dobra do tempo criou uma imagem ilusória do campo de possibilidades, que serviu de base para a concepção e aprovação de dispositivos de políticas públicas que eliminavam o risco e ofereciam a segurança – um futuro tão promissor que não poderia deixar de estruturar as preferências eleitorais nas sociedades democráticas, tornando normal o que realmente era excepcional.

Quando se passa para o último período, 2001-2013, acentua-se a redução nas taxas de crescimento nas economias maduras desenvolvidas, temporariamente encoberta, em termos dos rendimentos, com o crescente recurso ao endividamento e com a utilização dos mercados financeiros para gerar rendimentos que não estavam ligados a melhorias de competitividade. Os incidentes que aparecem neste último período tomam a forma de crises financeiras, mas esta qualidade é apenas sintomática e superficial, pois na sua base estão os indicadores reais da perda de competitividade e o excesso de despesa pública com políticas sociais que foram instaladas num singular campo de possibilidades e não foram corrigidas a ajustadas

quando esse campo de possibilidades mudou. Esta, porém, é só uma parte da história que o gráfico da evolução das taxas de crescimento do produto regista.

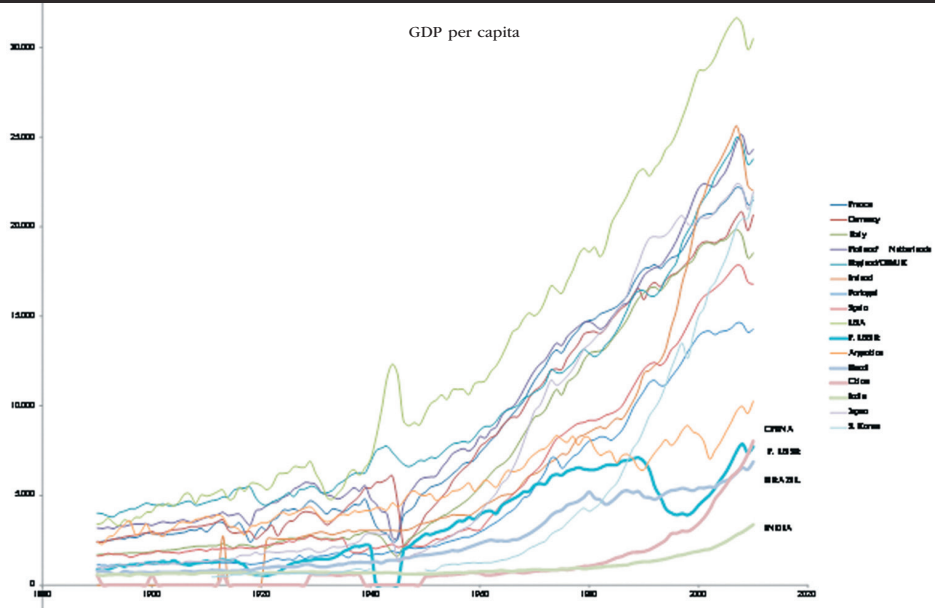
A outra parte aparece na evolução deste indicador nas economias da China e da Índia (e também na área da antiga União Soviética, ainda que aqui as oscilações pronunciadas tenham motivos locais próprios). Os indicadores de vitalidade das economias da China e da Índia resultam da combinação complexa de diversos factores, alguns dos quais singularizam as configurações destas sociedades e as tornam incomparáveis com as sociedades ocidentais ou mesmo com o Japão (como o comunismo político com capitalismo económico na China, ou as desigualdades estruturais de uma sociedade de castas que se encontram na Índia). Os factores mais relevantes, porém, serão a escala, a motivação competitiva dos grupos sociais e a capacidade de projecção no espaço mundial que lhes é proporcionada pela escala e pela acumulação de excedentes que obtém no comércio internacional.

Há, no entanto, um factor imaterial que poderá ser o mais decisivo em termos estratégicos: a evidência de que os sucessos da China e da Índia são contemporâneos da perda de vitalidade das economias maduras desenvolvidas. Esta evidência é o sinal de que se poderá estar na vizinhança de uma nova grande divergência, simétrica da que ocorreu há dois séculos. Uma degradação rápida das economias desenvolvidas não seria favorável à continuação dos bons resultados obtidos pelas economias da China, da Índia e das outras economias emergentes, porque precisam desses mercados e ainda não atingiram um desenvolvimento dos seus mercados internos que lhes oferecessem condições de autonomia. Mas este é o dano colateral do seu sucesso e, em qualquer caso, não há muito que as economias emergentes possam fazer para corrigir as dinâmicas internas das sociedades maduras desenvolvidas.

A possibilidade de se estar na vizinhança de uma nova grande divergência, quando se considera o indicador de vitalidade que é a taxa de crescimento anual do produto, não deve fazer esquecer que ainda se está muito longe da alteração das hierarquias quando se considera o indicador da riqueza, através do rendimento per capita. Apesar da sua vitalidade, o rendimento per capita da China, da Índia ou do Brasil ainda estão nos níveis inferiores, como se pode ver no gráfico seguinte.

Nas sociedades desenvolvidas, o crescimento do rendimento é continuado desde 1950, não teve as inflexões que se encontram na evolução das taxas de crescimento do produto. E foi esse efeito de rendimento crescente que escondeu, em termos sociais e políticos, a dobra do tempo

Produto interno bruto per capita 1890-2010



Bolt, J. and J. L. van Zanden (2013). The First Update of the Maddison Project; Re-Estimating Growth Before 1820. Maddison Project Working Paper 4.

que se encontrou na evolução das taxas de crescimento anual do produto. Na fase final, a partir de 2007, a inflexão descendente na generalidade das sociedades maduras desenvolvidas pode indicar que foi interrompido o processo de crescimento do rendimento per capita quando não há crescimento anual do produto que o sustente e deixa de se poder recorrer aos mercados financeiros para gerar valor. Mas não se pode esquecer que uma crise económico prolongada em sociedades de altos rendimentos terá efeitos de instabilidade superiores ao que se encontraria com uma crise económica de idêntica intensidade em sociedades de baixos rendimentos.

Na medida em que uma grande divergência, comparável nos seus efeitos estratégicos ao que foi a grande divergência do século XIX, será um processo bilateral como foi a anterior, a instabilidade nas sociedades de altos rendimentos terá como efeito prático a valorização das posições estratégicas das sociedades emergentes e a acentuação da crise do centro hegemónico que estrutura a ordem mundial actualmente estabelecida. Desaparecida a sincronia da co-evolução, as crises nas sociedades de altos rendimentos tenderão a aumentar de intensidade e a ficarem mais tempo sem resolução satisfatória.

As crises de transição entre centros de hegemonia

Uma crise de grande intensidade, que evolui para a sua forma extrema de crise de descontinuidade, tem como consequência última a crise do centro de hegemonia, quando o poder do pólo hegemónico deixa de ter capacidade para coordenar e regular a estrutura de ordem mundial onde continua a ser o poder dominante em termos quantitativos. Quando o poder quantitativo (o poder da força e do domínio) não tem correspondência no poder qualitativo da orientação estratégica e da regulação dos equilíbrios (o poder da razão e do projecto), há uma instabilidade generalizada na estrutura de ordem mundial, com usura rápida do poder quantitativo porque não pode usar o efeito qualitativo da mobilização e da coordenação. O poder da força sem capacidade de coordenação de estratégias de desenvolvimento esgota rapidamente os seus recursos e não tem modo de os renovar.

Em condições de instabilidade da ordem mundial, todas as partes são prejudicadas pelo efeito de incerteza e pela generalização da arbitrariedade, que são consequências inevitáveis da incapacidade que atinge os centros de regulação, nacionais e internacionais, que foram instalados antes dessa instabilidade se ter difundido. Não tendo sido eficazes para evitar a formação dessa instabilidade, essas entidades de regulação ficaram sem autoridade institucional para serem geradores de correcção de trajectórias, menos ainda para assumirem o risco de propor trajectórias novas. Nestas circunstâncias extremas, entra-se num campo de possibilidades paradoxal, em que é a dinâmica da crise que conduz a própria crise, autonomizando-se das sociedades que a produziram mas ficaram sem controlo sobre o que produziram.

Nestes contextos de incerteza e de subordinação ao que for a dinâmica espontânea da crise, quando o centro de hegemonia ainda existente se revela incapaz de restabelecer condições de ordem que sejam colectivamente reconhecidas, é a configuração de cada sociedade, o modo como articula as três esferas política, económica e social, que decide qual será o seu grau de flexibilidade no ajustamento aos efeitos da crise e qual será a sua capacidade para aproveitar as oportunidades que surgirem neste contexto de grande fluidez. Um centro de hegemonia enfraquecido precisa de recorrer a alianças regionais, mas também os que identificam as oportunidades de capturarem áreas de influência até agora controlados pelo centro de hegemonia procuram estabelecer as suas próprias alianças regionais. Nas zonas de atrito em que se sobrepõem áreas de influência distintas, aparecem os confrontos de baixa e média intensidade: não se encontra

uma resolução decisiva, mas também não desaparecem as tentativas de conservação e de conquista de posições.

As épocas de transição entre centros de hegemonia são longas, porque não há uma resolução decisiva, e são tempos de incerteza, porque a indefinição das hierarquias de poder prejudica os processos de negociação e de cooperação que conduzam a soluções que sejam satisfatórias para todas as partes. Se a guerra é a continuação da política por outros meios (na vizinhança de uma resolução decisiva pela identificação de vencedores e vencidos), a política é a continuação da guerra por outros meios (quando não há diferenciais de poder suficientemente nítidos para justificar o recurso à guerra para encontrar a resolução decisiva).

A defesa mais eficaz contra a eventualidade da guerra é a superioridade indiscutida (é o efeito do centro de hegemonia estável) ou o equilíbrio extremo da destruição mútua assegurada (é o efeito de uma dupla hegemonia de contenção recíproca, que depois se reproduz nos níveis regionais obedecendo aos mesmos equilíbrios do nível global). Quando se está numa época de enfraquecimento de um centro hegemónico e ainda não há candidatos à disputa desse lugar da supremacia global, a guerra não é provável porque não chegaria ao ponto da resolução decisiva, mas perfila-se no horizonte, passou a integrar o novo campo de possibilidades: se não houver alteração dessa tendência de enfraquecimento do centro hegemónico existente ou se não se estabelecer uma plataforma institucional de cooperação dentro de uma configuração multipolar, a trajectória da evolução mundial dirige-se para um ponto de resolução decisiva.

É neste ponto de bifurcação que se revela o valor estratégico da questão de uma nova Grande Divergência, o equivalente, no século XXI, da mudança estrutural que ocorreu no século XIX. A acontecer esta nova separação de tendências, entre uma ascendente e outra descendente, estaria a abrir-se a transição de um centro de hegemonia para outro, com a correspondente proliferação de conflitualidade. Esta eventual nova divergência na escala global iria implicar uma mudança de centro de hegemonia que seria inédita desde que, no fim do século XV, se iniciou a expansão europeia, no que foi a primeira globalização. Desde essa época, as mudanças de centro de hegemonia deram-se sempre dentro do espaço do Ocidente. Uma nova grande divergência implicaria a passagem da pólo hegemónico do Ocidente para o Oriente – e não há experiências históricas que sirvam de elemento de comparação para se avaliar que intensidade atingiria a conflitualidade numa transição deste tipo.

Tanto uma conflitualidade muito elevada, como uma queda acentuada dos níveis de rendimento e de consumo nas sociedades maduras desen-

volvidas, poriam em causa a estabilidade da transição entre o anterior e o futuro centro de hegemonia. A divergência resulta de dois movimentos em direcções opostas, um ascendente e outro descendente, mas a mudança de centro hegemónico é um processo de co-evolução, em que os dois movimentos da divergência se reforçam mutuamente e tornam natural a mudança de localização do centro de hegemonia. Na primeira grande divergência, os efeitos dos dois movimentos em direcções opostas tornaram dispensável a passagem pela conflitualidade – mas também porque a opção da China pelo desenvolvimento interno deixou livre o espaço de expansão da Inglaterra e dos outros poderes ocidentais, e a conflitualidade que existiu foi pela disputa de áreas de influência entre potências ocidentais.

O contexto de uma possível segunda grande divergência é muito diferente. A contracção das sociedades ocidentais irá abrindo áreas de influência às iniciativas de poderes orientais, ao mesmo tempo que o centro de hegemonia localizado no Ocidente se torna dependente de poderes orientais pelo efeito do endividamento. Não haverá, portanto, uma evolução natural que desencadeie a mudança do centro de hegemonia e dispense os incidentes e os episódios da conflitualidade. Para que o centro de hegemonia mundial possa ter a sua localização no Oriente será necessário que a expansão geográfica das potências orientais consolide as suas áreas de influência onde antes estavam áreas de influência dominadas por potências ocidentais. Será, portanto, uma evolução mais complexa e conflitual do que foi a expansão do Ocidente pelas áreas da colonização no século XIX.

A segunda grande divergência, se existir, será idêntica à primeira do ponto de vista estrutural (dois movimentos em direcções contrárias, um movimento de expansão e outro movimento de contracção), mas será muito diferente do ponto de vista processual (com um grau de conflitualidade superior). No actual contexto, a diferença é mais relevante do que a semelhança – porque é na diferença que está o potencial de conflitualidade que poderá fazer abortar o processo.

A configuração de uma nova grande divergência

A formação de uma grande divergência não depende da intencionalidade, depende da simultaneidade de dois movimentos em direcções opostas, um ascendente e outro descendente. Se uma das partes pode formar a vontade de dominação e até organizar os recursos para atingir

essa finalidade, não poderá concretizar esse objectivo se a outra parte não estiver limitada no seu potencial de acção por se encontrar numa trajectória descendente. Para além disso, não é indiferente a sequência histórica dos acontecimentos: uma segunda grande divergência não pode ignorar os efeitos que teve a primeira grande divergência.

A primeira grande divergência instalou áreas de influência onde antes apenas havia poderes locais com configurações tradicionais. Uma segunda grande divergência já ocorrerá com sobreposição das novas áreas de influência que se instalam sobre as anteriores áreas de influência – ou seja, a segunda grande divergência tenderá a ser mais conflitual do que a primeira, e só não será assim se a transição for negociada e arbitrada por instituições internacionais que regulem esse potencial de conflitualidade.

O processo de uma nova grande divergência tenderá a ser constituído pela sobreposição de áreas de influência. Não é provável que essas sobreposições sejam réplicas, na medida em que as intenções estratégicas serão ajustadas aos novos contextos, e porque não haverá correspondência exacta nos processos históricos que desenharam as primeiras e as segundas áreas de influência. O desenvolvimento ocorrido durante dois séculos alterou a qualidade e a localização dos alvos. Apesar disso, tanto as primeiras como as novas áreas de influência correspondem a visões estratégicas, são plataformas de apoio à concretização de um programa estratégico, são os conteúdos concretos da divergência.

Em termos das visões estratégicas características de duas épocas muito distintas, a primeira grande divergência, no século XIX, foi estruturada pela configuração do nacionalismo colonial, prolongando o Estado nacional europeu em redes imperiais de escala global. A segunda grande divergência, se for consumada, tenderá a ser estruturada por redes de produção competitiva e de abastecimento seguro de matérias-primas, com a criação de plataformas especializadas que alimentem as redes comerciais e que sejam financiadas pelas redes de circulação de capitais. As estruturas de poder imperiais da primeira grande divergência tenderão a ser substituídas, na segunda grande divergência, por redes de produção competitivas e por plataformas de atractividade (de recursos qualificados e de capitais) que estabelecem a escala das especializações e dos circuitos de comercialização.

Neste sentido, o conteúdo das áreas de influência, nas duas épocas de grande divergência, tenderá também a ser diferente. Na fase da expansão do nacionalismo colonial, as redes imperiais eram estruturadas como réplicas das configurações metropolitanas, com as necessárias adaptações às condições locais. O território, as populações e os recursos naturais eram

indicadores que se adicionavam aos factores de poder da capital imperial. Na fase de expansão das redes de competitividade e de atractividade, as áreas de influência tenderão a ser estruturadas em função das especializações que lhes forem atribuídas pelos centros de decisão que decidem a afectação dos recursos, e o adicional de poder que cada área de influência oferece ao centro dependerá do valor acrescentado que proporcionar no quadro das suas actividades económicas. Em lugar de áreas de influência para serem administradas pelo centro imperial, haverá áreas de influência que competem entre si para atrair as atenções e os recursos do centro, porque é do acesso aos recursos necessários para promover a competitividade que depende a sua posição na hierarquia das sociedades, como haverá áreas de influência que serão seleccionadas em função da sua dotação de matérias-primas.

Na configuração da globalização competitiva, é a circulação de capitais em função dos graus de atractividade de cada área que realiza a função de coordenação da ordem mundial em que se baseia o poder do centro hegemónico. Nas condições críticas actuais, várias localizações são possíveis para a sede de referência desse centro hegemónico, mas a referência territorial será menos importante do que foi no passado. Em contrapartida, as entidades de coordenação que seleccionam as oportunidades de aplicação dos fluxos de capitais serão mais importantes do que no passado, assumindo o estatuto de reguladores estratégicos que operam na escala global.

Índice

| | |
|-------------------------|---|
| Prefácio | 7 |
| <i>Roberto Carneiro</i> | |

1511-1515 – MALACA, CHINA, ORMUZ, E A SUMA ORIENTAL DE TOMÉ PIRES ("que trata do Mar Roxo até aos Chins")

| | |
|---|----|
| A China pelos Olhos de Malaca. A <i>Suma Oriental</i> e o conhecimento europeu do Extremo Oriente | 13 |
| <i>Paulo Jorge de Sousa Pinto</i> | |

| | |
|--|----|
| Tomé Pires: boticário, tratadista e embaixador | 23 |
| <i>Rui Manuel Loureiro</i> | |

| | |
|---|----|
| A importância da <i>Suma Oriental</i> de Tomé Pires na historiografia do Arquipélago Malaio: sobrevalorização ou dependência? | 37 |
| <i>Manuel Lobato</i> | |

1541-1552 – XAVIER E O SONHO DE CRISTIANIZAÇÃO DA CHINA: O PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE

| | |
|--|----|
| Cristianismo e Relações Interculturais Europa-China: Sec. XVI e XVII – Elementos de Problematização. | 55 |
| <i>Luís Filipe Barreto</i> | |

| | |
|--|----|
| São Francisco Xavier e a aprendizagem do Extremo Oriente | 65 |
| <i>João Paulo Oliveira e Costa</i> | |

| | |
|---|----|
| A Face Chinesa da Companhia de Jesus (séculos XVI-XVII) | 79 |
| <i>Isabel Murta Pina</i> | |

**SÉCULO XXI – DUAS LÍNGUAS DE FUTURO NO MUNDO:
PORTUGUÊS E MANDARIM**

| | |
|---|-----|
| O Fascínio do Império do Meio | 91 |
| <i>Guilherme d'Oliveira Martins</i> | |
| Português e Mandarim: as línguas portuguesa e chinesa como línguas globais | 99 |
| <i>José Ribeiro e Castro</i> | |
| 'Ting bu dong': a língua como barreira simbólica para os migrantes chineses em Portugal | 117 |
| <i>Irene Rodrigues</i> | |

**2000-2025 – O IMPÉRIO DO MEIO RENASCE
PARA A ECONOMIA GLOBAL:
OPORTUNIDADES PARA INTERMEDIAR E TRIANGULAR**

| | |
|--|-----|
| O Espaço Lusófono, os Oceanos e as Ásias | 131 |
| <i>José Félix Ribeiro</i> | |
| O Regresso do “Império do meio” e os Países de Língua Portuguesa | 139 |
| <i>Carla Fernandes</i> | |
| As grandes divergências: Crises Extremas e Complexidade Política | 159 |
| <i>Joaquim Aguiar</i> | |

